

Revista Volume 6 Número 2

TABLE OF CONTENTS / SUMÁRIO [PDF](#)

Pesquisas e Práticas Psicossociais 6(2), 160-345, São João del-Rei, agosto/dezembro 2011

Editorial

Queiroz e Melo, Maria de Fátima Aranha de; Machado, Marília Novais da Mata.

Text in portuguese - [PDF/MS Word](#)

Opening Conference Colloquium Among_Networks: Research with the other. Controversies: research with nonhuman. Part I: From the balance place to the "thinking in the middle". The cratérope écaillés. (Conferência de Abertura Colóquio Entre_Redes: Pesquisar com o outro. Controvérsias: pesquisa com não-humanos. Parte I: Do espaço de equilíbrio ao "pensar pelo meio". Os cratérope écaillés.)
Despret, Vinciane.

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

II Colloquium International Among_Networks. Talk with Vinciane Despret after Opening Conference. Rio de Janeiro, April 2011.

(II Colóquio Internacional Entre_Redes. Conversa com Vinciane Despret após Conferência Abertura. Rio de Janeiro, abril de 2011.)

Despret, Vinciane.

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Research: a verb or a noun? Narratives of seeing and not seeing (Pesquisar: verbo ou substantivo? Narrativas de ver e não ver)

Moraes, Márcia.

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Research in social psychology: substantive and procedural (A pesquisa em psicologia social: substantiva e processual)

Arendt, Ronald João Jacques.

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Vinciane Despret comenta as apresentações de Márcia Moraes e Ronald Arendt

Despret, Vinciane.

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Narrative-body: considerations from a dancing body (Corpo-narrativa: considerações a partir de um corpo que dança)

Monteiro, Ana Claudia Lima.

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**For a Logic of Unsubjectivation: Michel Foucault's Thinking In Human Sciences Research
(Por uma Lógica do Desassujeitamento: O Pensamento de Michel Foucault na Pesquisa em Ciências Humanas)**

Guareschi, Neuza Maria de Fátima; Lara, Lutiane de; Azambuja, Marcos Adegas de; Gonzales, Zuleika Köhler.

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Vinciane Despret comenta as apresentações de Ana Cláudia Lima Monteiro e Neuza Guareschi

Despret, Vinciane.

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**For an Epistemology of Technical Image
(Por Uma Epistemologia da Imagem Técnica)**

Jobim e Souza, Solange.

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**Forgoing the polarization between technical and social/cultural
(Abrindo mão da polarização entre o técnico e o social/cultural)**

Cukierman, Henrique Luiz.

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Vinciane Despret comenta as apresentações de Henrique Cukierman e Solange Jobim

Despret, Vinciane.

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**Psychology as a Production of Subjectivity Device: A Route through the Quantitative Methods
(A Psicologia como um Dispositivo de Produção de Subjetividades: Um Percurso pelos Métodos Quantitativos)**

Ferreira, Arthur Arruda Leal; Pereira, Camilla Stembrock; Hauttequest, Felipe; Gomes, Geovana de Azevedo; Brandão, Julia Torres; Pereira, Natalia Barbosa; Madeira, Rodrigo José Pires.

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**Intercessores e Narrativas: Por uma Dessujeição Metodológica em Pesquisa Social
(Intercessors and Narratives: For a Methodological Dessubjecting Social Research)**

Rodrigues, Heliana de Barros Conde.

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Vinciane Despret comenta as apresentações de Heliana Conde e Arthur Arruda Leal

Despret, Vinciane.

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Concluding Conference Colloquium Among_Networks: Research with the other. Controversies: research with nonhuman. Part II: Being animal, and as politely as possible.

(Conferência de Encerramento Colóquio Entre_Redes: Pesquisar com o outro. Controvérsias: pesquisa com não-humanos. Parte II: Ser animal, e o mais polidamente possível.)

Despret, Vinciane.

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**Knowledge, Ethics and Research
(Conhecimento, Ética e Pesquisa)**

Despret, Vinciane.

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

II Ciclo de Intercâmbio Internacional – PPGPSI-UFSJ. Diálogos com Vinciane Despret em São João del-Rei. 18 de abril de 2011.

Despret, Vinciane.

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

II Ciclo de Intercâmbio Internacional – PPGPSI-UFSJ. Diálogos com Vinciane Despret em São João del-Rei. 19 de abril de 2011.

Despret, Vinciane.

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**Traffic and Violence: a View from the Actor-Network Theory
(Trânsito e Violências: um Olhar a partir da Teoria Ator-Rede)**

Bonamigo, Irme Salete; Zanchet, Ana Maria.

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Considerations on the Use of a *Multiplayer* Video Game for Investigating the Phenomenon of Cooperation in Social Psychology

(Reflexões Sobre a Utilização de um Videogame *Multiplayer* para Investigar o Fenômeno da Cooperação em Psicologia Social)

Teles, Fernando; Queiroz e Melo, Maria de Fátima Aranha de; Nepomuceno, Erivelton Geraldo.

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

The Researcher Meeting with its Research Field: From Windows to Versions

O Encontro do Pesquisador com seu Campo de Pesquisa: de Janelas a Versões

Viégas, Marcelo Nuñez; Tsallis, Alexandra Cleopatre.

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**¿Tienen Los Artefactos Técnicos Afectividad?: Regímenes de Compromiso y Teleasistencia en España
(Os artefatos técnicos têm afetividade? Regimes de compromisso e tele-assistência na Espanha)**

Tirado, Francisco; Domènech, Miquel.

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**Restaurar el Orden del Telecuidado: Prácticas de Reparación y la Relación con los “Monstruos
Organizacionales”**

**(Restaurar a Ordem do Telecuidado: Práticas de Reparação e Relação com os “Monstruos
Organizacionais”)**

Sánchez-Criado, Tomás.

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Resenha do livro: “Penser comme um rat”

Book Review: “Penser comme um rat”

Arendt, Ronald João Jacques,

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Livros Novos

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Editorial

A revista *Pesquisas e Práticas Psicossociais* sela, com este número, uma importante parceria do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (Lapip) com o Grupo de Pesquisa Interinstitucional Entre_Redes, formado por profissionais e pesquisadores da psicologia da UERJ, UFF, UFRJ, UFF-PURO, PUC-Rio, UFSJ e UFRGS, cumprindo o compromisso de tornar público o material gerado no *II Colóquio Internacional Entre_Redes - As ciências das emoções: pesquisar COM os outros*.

Dando continuidade à proposta do encontro anterior, realizado em 2009, que instigou discussões em torno dos temas desenvolvidos pela filósofa, psicóloga e etóloga belga Vinciane Despret, o colóquio de 2011 buscou criar um espaço de interlocução em torno das práticas de pesquisa em psicologia, trazendo ao debate a preocupação de pesquisar *COM* o outro e não *SOBRE* o outro. Marcou, assim, uma diferença radical em relação às demais formas de interrogar o campo, uma vez que este “outro” não se restringe ao elemento humano, sendo possível levar em conta, ao longo do processo investigativo, na condição de parceiros e co-autores, entidades como animais e híbridos de sociedade e tecnologia.

A proposta do encontro deste ano trouxe, como diferenças em relação ao primeiro, a ampliação do corpo de conferencistas cujas apresentações foram disparadoras de debates temáticos que consolidam um método de pesquisa, a inclusão dos estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade no campo da psicologia e o alcance geográfico do evento, que atingiu, para além dos *campi* das universidades sediadas na cidade do Rio de Janeiro, outras comunidades acadêmicas como o Pólo Universitário de Rio das Ostras (UFF) e os programas de

pós-graduação da Universidade Federal de São João Del Rei, especialmente o Mestrado em Psicologia.

Este número de *Pesquisas e Práticas Psicossociais* apresenta, em decorrência do exposto, um formato atípico, que busca seguir o percurso dos acontecimentos a fim de que o leitor se sinta, o mais possível, incluído na cena das produções que fizeram parte do encontro. As conferências proferidas por Vinciane Despret se desdobram em blocos de questões elaboradas pelo público presente, assim como as falas dos palestrantes de cada mesa redonda são seguidas por comentários da pesquisadora, estratégia que confere uma dinâmica especial às idéias circulantes. Ao conjunto das apresentações, somaram-se artigos de outros pesquisadores que buscam realizar seus trabalhos de maneira conjunta com aqueles a quem interrogam. Vale destacar que todo o material aqui publicado foi enriquecido com os olhares de pelo menos dois pareceristas que trabalharam no sentido de problematizar os textos que lhes couberam examinar, seguindo a mesma lógica que balizou a organização do colóquio. Trata-se, portanto, de uma empreitada tecida a muitas mãos.

A Conferência de abertura do *Colóquio – Do espaço de equilíbrio ao “pensar pelo meio”*. *Os cratéropes écaillés*, pronunciada por Vinciane Despret, e o debate que se seguiu introduzem o número. Com exemplos da Etologia, Despret discute pesquisas realizadas e sugere um espaço de equilíbrio em que o “pensar pelo meio” permite discutir práticas científicas e narrar acontecimentos.

Na sequência, acompanhados por comentários da pesquisadora visitante e do público, vêm os artigos de Márcia Moraes – *Pesquisar: verbo ou substantivo? Narrativas de ver e não ver* – e de Ronald

João Jacques Arendt – *A pesquisa em psicologia social: substantiva e processual*. O primeiro artigo problematiza relatos de pesquisas feitas com pessoas com deficiência visual. No segundo, o autor recoloca a pergunta no contexto da Psicologia Social, propondo substituir a conjunção *ou* pela conjunção *e*, respondendo à indagação de Moraes sobre se pesquisar é verbo ou substantivo.

Seguindo o curso do *Colóquio*, o número traz, acompanhados igualmente por comentários de Vinciane Despret, os artigos de Ana Claudia Lima Monteiro – *Corpo-narrativa: considerações a partir de um corpo que dança* – e de Neuza Maria de Fátima Guareschi e seus estudantes (Lutiane de Lara, Marcos Adegas de Azambuja e Zuleika Köhler Gonzáles) – *Por uma lógica do desassujeitamento: o pensamento de Michel Foucault na pesquisa em ciências humanas*. Monteiro, tomando a dança como uma narrativa cuja expressão é corporal, propõe pensar o corpo simultaneamente como personagem e processo. Guareschi e colaboradores retomam contribuições de Foucault a fim de discutirem a relação objeto/sujeito na pesquisa com humanos.

Numa próxima sessão do *Colóquio*, Solange Jobim e Souza apresentou *Por Uma Epistemologia da Imagem Técnica*, em que discute as implicações epistemológicas e os usos da imagem técnica envolvendo a interação pesquisador/aparato tecnológico/sujeito. Henrique Luiz Cukierman apresentou *Abrindo mão da polarização entre o técnico e o social/cultural*, propondo novo enquadramento em que a transformação recíproca do técnico e do sócio/cultural é vista, da perspectiva da engenharia de software, sob um olhar sociotécnico. Às exposições, seguem-se os comentários de Vinciane Despret.

Na última sessão, Arthur Arruda Leal Ferreira, Camilla Stembrock Pereira, Felipe Hauttequest, Geovana de Azevedo

Gomes, Julia Torres Brandão, Natalia Barbosa Pereira e Rodrigo José Pires Madeira trouxeram *A Psicologia como um dispositivo de produção de subjetividades: um percurso pelos métodos quantitativos*, em que, valendo-se da Teoria Ator-Rede e da epistemologia política, propõem-se a investigar e compreender as subjetividades produzidas na rede das múltiplas e diversas psicologias. Heliana de Barros Conde Rodrigues apresentou *Intercessores e narrativas: Por uma dessujeição metodológica em pesquisa social* em que, cotejando reflexões de Portelli e Latour e valendo-se do conceito de intercessor, trata da representatividade e da relação entrevistador/entrevistado na História Oral, vista como um dispositivo epistemológico, político e narrativo. Seguiram-se os comentários da pesquisadora convidada.

Na conferência de encerramento – *Controvérsias: pesquisa com não-humanos* –, Vinciane Despret reviu diferentes trabalhos com animais e com humanos, sugeriu a polidez no fazer conhecimento, discutiu generalização, anonimato e dispositivos de pesquisa.

Em São João Del Rei, na UFSJ, os trabalhos foram abertos com a palestra *Conhecimento, ética e pesquisa*, na qual Despret reviu investigações antropológicas sobre as emoções, problematizou a prática etnográfica, seus pressupostos dualistas e sua postura racionalista, ao mesmo tempo em que apontou a importância dos mal-entendidos nesse trabalho de pesquisa para a compreensão das culturas. O debate que se seguiu, transcrito e traduzido, aparece na sequência.

Este número traz ainda: o artigo de Irme Salete Bonamigo e Ana Maria Zanchet – *Trânsito e violências: um olhar a partir da teoria ator-rede*, em que se estuda minuciosamente a rede do trânsito de Chapecó (SC), com base na Teoria Ator-Rede; o artigo de Fernando Teles, Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo e Erivelton Geraldo Nepomuceno – *Reflexões sobre a utilização de um*

videogame multiplayer para investigar o fenômeno da cooperação em Psicologia Social, estudo interdisciplinar sobre o fenômeno da cooperação através de um jogo multiplayer, também fundamentado na mesma teoria; o artigo de Marcelo Nuñez Viégas e Alexandra Cleopatre Tsallis – *O encontro do pesquisador com seu campo de pesquisa: de janelas a versões* que, a partir da noção de denúncia crítica de Latour e dos conceitos de versão e reflexividade de Despret, problematiza cenas de uma pesquisa de campo. Finalmente, há os artigos de Francisco Tirado e Miquel Domènech – *¿Tienen los artefactos técnicos afectividad?: regímenes de compromiso y teleasistencia en España*, assim como o de Tomaz Sanchez-Criado, *Restaurar el orden del telecuidado: prácticas de reparación y La relación com los “monstruos organizacionales”*, ambos fazendo parte de um projeto maior em que os pesquisadores buscam compreender o papel da tecnologia em casos de tele-assistência na Espanha: no primeiro, com base na Teoria Ator-Rede, os autores trazem a necessidade de explorar a conexão entre tecnologia e afetividade, numa investigação feita em serviços de tele-assistência para pessoas de idade avançada na Catalunha; no segundo, o autor apresenta um estudo etnográfico sobre o mesmo tipo de serviço em Madri, discutindo o trabalho dos técnicos enquanto uma constante restauração diante de arranjos que se impõem em suas práticas de cuidado às pessoas com idade avançada.

Contamos também com a resenha elaborada por Ronald Arendt do livro *Penser comme un rat* de Vinciane Despret e com a sessão de livros que trazem temáticas afins àquelas trabalhadas nesta edição. Dois deles, ainda não traduzidos para o português, são da pesquisadora em foco neste dossiê: *La faiseuses d’histoires*:

Que font les femmes à La penser (As fazedoras de histórias: o que as mulheres fazem ao pensamento) e Être Bête (Ser Animal). O terceiro livro, também inédito no Brasil, chama-se *Vivre avec les animaux: Une utopie pour le XXIe siècle (Viver com os animais: Uma utopia para o século XXI)* e é de Jocelyne Porcher, pesquisadora que desenvolve trabalhos com Vinciane Despret. O quarto livro apresentado, com o título *Yes, nós temos Pasteur: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil*, tem a autoria de Henrique Cukierman, um dos colaboradores nesta edição da PPP.

Esperamos que este número de *Pesquisas e Práticas Psicossociais* se constitua num marco diferencial em relação às maneiras de pesquisar e de criar realidades no trabalho do fazer conhecimento em Psicologia, na medida em que disponibilizamos um material ainda pouco divulgado que poderá servir como referência aos pesquisadores que desejam se familiarizar com a abordagem aqui proposta.

Maria de Fátima Aranha de Queiroz e
Melo
Marília Novais da Mata Machado

Endereço para correspondência: Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (Lapip/UFSJ). Praça Dom Helvécio, 74, Salas 2.09 e 2.10, São João Del Rei, MG, CEP: 36.301-160.

Despret, V. Controvérsias: pesquisa com não-humanos. Parte I: do espaço de equilíbrio ao "pensar pelo meio".
Os *cratéropes écaillés*. Conferência de Abertura Colóquio Entre_Netes: Pesquisar *com* o outro.

Conferência de Abertura Colóquio Entre_Netes: Pesquisar *com* o outro

Controvérsias: pesquisa com não-humanos

Parte I: Do espaço de equilíbrio ao "pensar pelo meio". Os *cratéropes écaillés*¹

Opening Conference Colloquium Among_Netes: Research *with* the other

Controversies: research with nonhuman

Part I: From the balance place to the "thinking in the middle". The *cratéropes écaillés*

Vinciane Despret²

Resumo

Nesta conferência, trazendo principalmente exemplos da Etologia, a pesquisadora Vinciane Despret faz considerações sobre a maneira como os pesquisadores lançam seus olhares para o campo pesquisado, mostrando como podemos entender a construção de suas teorias num espaço de equilíbrio que nos convinda a contar a história de seu acontecimento. Aborda alguns estudos conduzidos com animais e experimentos clássicos desenvolvidos no campo da Psicologia, problematizando as práticas científicas.

Palavras-chave: Teoria Etológica; Experimento de Rosenthal; Práticas científicas.

Abstract

In this conference, bringing mainly examples from Ethology, researcher Vinciane Despret focuses on how the researchers cast their eyes to the field of research, showing how we can understand the construction of their theories in a balance space which invites us to tell the story of how it happens. The author approaches some studies conducted with animals and classical experiments developed in the field of Psychology, questioning the scientific practices.

Keywords: Ethological Theory; Rosenthal's Experiment; Scientific Practices.

¹ **Tradução:** Alexandra Tsallis, Ângela Carneiro, Carlos Alberto Marconi da Costa, Ronald J. J. Arendt, Vera Schroeder, Dener Luiz da Silva, Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo, Rodolfo Luiz Leite Batista. **Revisão Técnica:** Alexandra Tsallis e Marcelo Nuñez Viegas.

² Filósofa, Psicóloga, Etóloga. Doutora em Filosofia e Letras. Departamento de Filosofia. Universidade de Liège, Bélgica. Endereço para correspondência: Place du 20-Août, 7, 4000. Liège, Belgique. Endereço eletrônico: v.despret@ulg.ac.be

Despret, V. Controvérsias: pesquisa com não-humanos. Parte I: do espaço de equilíbrio ao "pensar pelo meio".
Os cratéropes écailles. Conferência de Abertura Colóquio Entre_Redes: Pesquisar *com* o outro.

Há 60 anos, Bertrand Russell escreveu, não sem humor, em *Minhas ideias filosóficas*, que os animais, aparentemente, *sempre se conduzem de forma a provar a justeza da filosofia do homem que os observa*. (...) *No século XVIII, os animais eram ferozes, mas sob a influência de Rousseau, começaram a ilustrar o culto do Bom Selvagem no qual o Pavão zomba do Orangotango. Durante o reinado da rainha Vitória, os símios eram monogâmicos virtuosos, mas durante os anos 20, seus costumes se deterioraram de maneira desastrosa* (...). Quanto às teorias de aprendizagem fundadas na observação de animais, não podemos deixar de nos surpreender que enquanto *os animais observados pelos americanos agiam freneticamente até chegar por acaso a uma solução, os animais observados pelos alemães ficavam tranquilamente sentados coçando a cabeça até elaborarem uma solução em seus foros íntimos*.

Cada vez que surge uma teoria etológica, podemos colocar a questão nos mesmos termos propostos por Russell: podemos considerar, numa perspectiva crítica e construtivista, que encontramos os vínculos entre o que se observa nos animais – o que parece importante aos olhos do observador, o que faz sentido para ele, os fatos que ele seleciona –, a teoria que integra as observações e o contexto social, cultural e econômico no qual o discurso explicativo toma seu lugar.

Foi assim que, quando eu encontrei o cratélope écaille nos textos dos artigos do etólogo israelense Amotz Zahavi, eu decidi que seria a minha vez de expor, à etologia, a questão russelliana. No primeiro artigo, em que relato ter conhecido o cratélope e seu extraordinário observador, descrevia uma ave extraordinária que tinha inventado, de acordo com Zahavi, modos extremamente complexos de gestão de conflitos (Zahavi, 1990). Primeiro, o cratélope dança, em grupo, ao nascer ou ao pôr do sol, formando, com os membros de seu grupo, uma linha ou um círculo fechado. Dentro desta formação em movimento, as aves saltam umas sobre as outras para se inserirem, o máximo possível, no centro do círculo. Os cratéropes, assim como os mamíferos, brincam e se divertem perseguindo-se uns aos outros, saltando para tomar o lugar ocupado por outro. Os cratéropes se fazem presentes, mas de uma maneira particular. Assim, se um dominado apresenta uma oferta para um dominante, este irá agredir o doador. A cena será semelhante se um dominado propõe ao dominador de substituí-lo no seu papel de sentinela. Inversamente, quando um dominado interfere no acasalamento do dominante, a resposta se limitará a um pequeno assobio de

repreensão, e não é raro ver o dominante que foi impedido limpar aquele que lhe interrompeu.

Os cratéropes apresentam numerosos comportamentos chamados altruístas – eles se ajudam nos combates, alimentam as ninhadas de outros membros do grupo, protegem-se mutuamente, etc. – e, também, apresentam, na maioria das vezes, esta assimetria particular. Isto leva Zahavi a pensar que o altruísmo corresponde a um tipo de privilégio no contexto da gestão de conflitos. A relação entre o altruísmo-privilégio e os modos singulares de gestão de conflitos fica explícita na teoria original: a teoria da deficiência. Esta teoria é muito simples de se compreender: no centro do grupo, cada indivíduo é confrontado com um dilema. Ele deve tentar ocupar o melhor lugar na hierarquia, o que lhe dará um acesso prioritário aos recursos e às fêmeas. Para fazer isso, ele deve entrar em competição. Ao mesmo tempo, ele precisa de outros membros do grupo, porque sozinho, ele não pode defender seu território contra os outros grupos de cratéropes. Em outras palavras, de um lado, ele deve entrar em competição e não deixar nenhuma chance aos congêneres; por outro, ele depende totalmente da sobrevivência e até mesmo da saúde destes.

Nesta perspectiva, o conflito "armado" representa a pior das soluções. Além disso, o cratélope criou outras formas de gestão de conflitos: ele comunica aos outros suas reivindicações de superioridade mostrando sua força, mostrando "que ele tem seus meios" e esta exibição substitui a escalada sangrenta por uma promessa mais benéfica para cada um, assegurando um modo de reciprocidade direta bastante particular, próxima ao mutualismo³.

Na perspectiva proposta por Russell, seria preciso me voltar para o etólogo para tentar compreender a maneira como foram efetuados os processos de atribuição da subjetividade, as crenças e as expectativas do pesquisador. Nesse sentido, deve-se mirar o dedo do etólogo que designa o comportamento, que o seleciona, que decide ser ele mesmo o único que vai fazer história. Voltar, então, os olhos para o dedo do etólogo israelita Zahavi Amotz designando "sua" ave fabulosa – o cratélope écaillé – me permitiria decidir qual deles, o cratélope e o etólogo que o observa, havia conseguido transformar uma ave, provavelmente tão comum quanto a maioria das aves, em um tipo de símio voador, com comportamentos bastante complexos, necessitando de teorias igualmente

³ O mutualismo designa a situação na qual cada parceiro é imediatamente beneficiado a partir da relação.

Despret, V. Controvérsias: pesquisa com não-humanos. Parte I: do espaço de equilíbrio ao "pensar pelo meio".
Os cratéropes écailles. Conferência de Abertura Colóquio Entre_Redes: Pesquisar *com* o outro.

importantes. Olhar o dedo de Zahavi deveria me ensinar, me mostrar, como uma teoria singular, advinda de um etólogo um tanto estranho, inventivo ou delirante, havia transformado a vida de um pássaro em uma verdadeira epopeia. Olhar o dedo de Zahavi deveria, então, me mostrar como se contam as histórias que criam os pássaros mágicos, os primatas voadores.

Na perspectiva crítica adotada, podemos inicialmente tentar elucidar as razões que levaram Zahavi a adotar uma nova história para fazer existir seus cratéropes. A história da seleção de grupo, por exemplo, (Wynne Edwards, 1962, 1963; Lorenz 1969) não seria o caso, já que explica que as aves são altruístas porque os grupos de aves altruístas possuem mais chances de sobrevivência do que os egoístas e, portanto, os suplantam? De acordo com Zahavi, a experiência de fracasso dos kibutzim nos mostra muito claramente que a teoria de seleção de grupo não "funciona". O parasitismo lá se instalou e provoca a desmotivação dos membros, mesmo os mais ativos. Anteriormente, ele diz, o mundo era pequeno e o prestígio conquistado com os próximos era o suficiente para garantir a participação de cada um nos interesses coletivos. O mundo cresceu e o prestígio local não traz mais a atração suficiente para inibir as tentações egoístas.

Zahavi poderia muito bem ter contado a história dos cratéropes utilizando as ferramentas da teoria sociobiológica da seleção de parentesco (por exemplo Wilson, 1975), também destinada a resolver o paradoxo do altruísmo. De acordo com esta teoria, lembremo-nos, o altruísmo é determinado por um gene. No entanto, os comportamentos de apoio mútuo são favoráveis à sobrevivência do outro, mas, suspeita-se, não daquele que os emite. O problema a ser resolvido é saber como o material genético contendo um programa de altruísmo pode manter-se na população se aquele que possui este programa não se reproduz, já que se encontra totalmente ocupado em velar pelos outros. A sociobiologia se propõe a resolver o paradoxo afirmando que os altruístas ajudam preferencialmente os parentes, ou seja, aqueles que certamente possuem o programa altruísta (pois eles têm uma elevada probabilidade de terem o mesmo programa daquele que os ajuda). Os beneficiários do altruísmo se reproduzem e, com isso, mantêm o programa altruísta na população.

Se os argumentos de Zahavi contra a sociobiologia são argumentos relativamente simples e comuns nesta área – de início, os cratéropes não parecem ajudar preferencialmente os parentes; em seguida, eles não dão a impressão de serem guiados por um programa constituído por invariantes, mas sim criam respostas em função das informações

coletadas – os que ele utiliza para refutar a teoria de seleção de grupo são bastante incomuns. Eles o são na medida em que o autor, de algum modo, antecipa uma crítica externalista – e corta o mal pela raiz – vinculando seus "fatos" e o contexto sociocultural em que estes fatos são analisados.

Paralelamente às razões para não aceitar as antigas ficções para contar as histórias de seus cratéropes, Zahavi recolhe uma série de índices que constituem a trama de sua nova história. Assim, a assimetria dos presentes e o fato de eles serem precedidos por uma pequena *vibração* característica, destinada a chamar a atenção dos outros, ganha um significado muito particular. Estas pequenas diferenças nas configurações comportamentais, vale lembrar, são encontradas em outros lugares, especialmente na substituição da sentinela, no apoio ao ninho, na colaboração ao combate. Esses "detalhes" levam Zahavi a se tornar cada vez mais atento às pequenas diferenças daquilo que parece similar à primeira vista: diferenças na forma da oferta, diferenças no interior dos rituais, etc. De acordo com a teoria da deficiência, estes gestos não têm apenas uma função comunicativa, mas eles parecem, no jogo sutil das variações, no interior das similitudes, preencher uma função metacomunicativa, já que eles definem a relação – caracterizando o status social do emissor. Eles definem a relação no sentido mais performativo do termo: como gestos de exibição performática, os gestos altruístas podem não apenas esclarecer como é a relação, mas podem, ao mesmo tempo, produzir sua mudança e lhe dar um outro devir: assim, "fazer uma oferta" pode indicar quem é o dominante, mas pode também, quando a linha entre duas aves é próxima, *designar* o dominante.

Voltemos às condições de possibilidade para uma análise crítica da ciência e à entrada no discurso das ficções de Zahavi. Em outras palavras: como colocar aqui a questão de Russell? Uma análise epistemológica poderia levar em conta aquilo que está fazendo história, já que o ator principal da cena – a ave – está ausente? Que os símios de Russell fossem virtuosos monogâmicos ou perversos depravados nos faz compreender, talvez, acerca da relação entre o homem que os observa e a moral vitoriana – ou seu desaparecimento – mas não nos diz praticamente nada da relação deste mesmo homem com o símio que ele observa nem tampouco do próprio símio. Se quisermos pensar a história do cratéropo à luz da questão russelliana para saber como as expectativas de Zahavi impõem sua história à da ave, nós devemos ir ao campo onde se cria esta história e devemos tentar, seguindo o dedo que designa o

Despret, V. Controvérsias: pesquisa com não-humanos. Parte I: do espaço de equilíbrio ao "pensar pelo meio".
Os cratérope écailles. Conferência de Abertura Colóquio Entre_Redes: Pesquisar *com* o outro.

cratérope, identificar os momentos privilegiados do processo onde esta prática cria seu objeto e o coloca no discurso.

Mas o antropólogo enviado ao campo se encontra rapidamente confrontado com um problema insolúvel e inesperado. Eis que também ele se faz vítima da ilusão: ele vê os cratérope dançarem. E o pássaro se torna, para ele também, um pássaro mágico. Ele se pretende "outro", o que estabelece seu status no campo; mas, eis que assim ele se vê menos outro do que os seus outros!

Deveríamos, então, pensar que o antropólogo estava enganado quanto à questão ou quanto ao processo? Isto quer dizer então que, de um lado, o epistemólogo de gabinete pode *somente* se limitar à denúncia – Zahavi exige que o pássaro lhe conte a história do kibutz, o fracasso da seleção de grupo, mesmo a história da fronteira Israel-Jordânia – e, de outro lado, que o antropólogo em campo pode *somente* descrever uma realidade que impõe seus constrangimentos ao discurso?

O psicólogo americano Rosenthal (1966) já havia tentado elaborar as condições para uma crítica da prática científica construindo um dispositivo experimental que lhe permitisse pôr em evidência o fenômeno da expectativa do observador sobre os resultados de uma pesquisa. Este experimento deveria mostrar a que ponto as histórias que contamos escapam ao controle da realidade para responder às nossas crenças. O dispositivo é simples: trata-se de pedir aos pesquisadores de seu laboratório (estudantes, doutorandos) para testar, através de um labirinto, os descendentes dos ratos que Tryon, da Universidade de Berkeley, havia selecionado com base nos resultados de suas pesquisas sobre a hereditariedade da inteligência, realizada cerca de trinta anos antes. Os prestigiosos ratos de Berkeley são, então, distribuídos aos alunos, que são convidados a verificar se os descendentes dos *brilhantes* (restringidos após gerações a se acasalarem somente com a casta superior dos ratos intelectuais) ainda o são, e se os descendentes de *estúpidos* (restringidos, inversamente, a mistura de sua bagagem genética com outros tão incompetentes quanto eles) o são tanto quanto seus ancestrais. Os estudantes testaram os ratos e confirmaram os efeitos da seleção uma vez que os brilhantes obtiveram melhores resultados no teste que os estúpidos.

Evidentemente, suspeita-se que o dispositivo de Rosenthal previa uma distribuição de ratos totalmente "neutra", comprados ao acaso, sem apresentarem qualquer relação de parentesco com aqueles testados por Tryon. Em outras palavras, os alunos haviam lidado com ratos em resultados aleatórios *a priori*. Essa experiência havia sido

destinada simplesmente a mostrar a eficácia da predição autorrealizável, já que o aluno obtém os resultados que espera. Para estabelecer um paralelo com o nosso problema, podemos imaginar que um antropólogo de laboratório acompanha esta experiência e pode identificar os momentos do dispositivo nos quais se desenha, praticamente, a maneira pela qual os resultados são construídos. Por exemplo, o antropólogo teria podido observar uma das hipóteses de Rosenthal: relações de simpatia se instauram entre o aluno e o rato designado inteligente; relações de simpatia que, por sua vez, afetam o estado emocional do rato. Por sua vez, este estado emocional favorece a boa performance. Ou ainda, nosso antropólogo teria podido verificar a maneira pela qual os dados são coletados e como certos dados inesperados são atribuídos ao acaso, ao erro ou à inabilidade do aluno e deixados de lado. Ora, o que aparece quando vamos a campo para coletar este tipo de dados, ou seja, para coletar momentos onde a ideologia ou as expectativas constroem um objeto, é que só podemos constatar a impotência do pesquisador: nada mais aparece. Rosenthal reconhece isto afirmando que não podemos saber ao certo o que foi trabalhado. O antropólogo Rosenthal se encontra, portanto, tão impotente quanto o antropólogo de Zahavi e seu cratérope. Porém, a análise das condições da experiência permite lançar luzes sobre este fracasso e nos guia para a retomada da questão acerca da crítica construtiva. Ao analisar a experiência de Milgram, Isabelle Stengers (1993) apresenta de forma arguta a questão daquilo que Milgram, em nome da ciência, conseguiu mostrar: os "voluntários" eram carrascos que ignoravam tal condição ou que a ciência era capaz de formular dispositivos produtores de existência? A experiência de Rosenthal coloca o mesmo problema, e talvez de maneira ainda mais intensa, pois ela multiplica os níveis de produção da existência, ao mesmo tempo em que ela faz proliferar os objetos que se tornam sujeitos do experimento. E é assim que ela esclarece verdadeiramente que ela não pode nos ensinar nada sobre a maneira como jogam as expectativas, que ela deixa "aquilo que verdadeiramente ocorreu" nas neblinas do indecível. O que aconteceu permanece ainda nas neblinas do indecível porque a experiência embaraça um dispositivo que Rosenthal acredita controlar e um dispositivo do qual ele não é consciente. Pretendendo "revelar" que os seus alunos "criam" uma pseudo-realidade (os ratos inteligentes/ídiotas), Rosenthal falha na reflexividade necessária para sua análise. **O que fez ele próprio senão colocar seus alunos na mesma situação em relação à sua própria expectativa,**

Despret, V. Controvérsias: pesquisa com não-humanos. Parte I: do espaço de equilíbrio ao "pensar pelo meio".
Os *cratéropes écailles*. Conferência de Abertura Colóquio Entre_Redes: Pesquisar *com* o outro.

assim como eles fizeram com os ratos em relação às suas expectativas⁴? É colocar-se neste espelho que torna o processo totalmente indecível e que nos impede de conhecer o que vai valer: a história contada ao rato pelo aluno, a história contada por Rosenthal ao seu aluno – e inversamente, a história contada pelo rato sensível às expectativas do aluno e a história contada pelo aluno sensível às expectativas de Rosenthal para com este. Rosenthal, colocando-se na posição da ironia, não conseguia apreender o humor da situação: ele foi enganado por seu dispositivo assim como ele acreditava que os alunos o foram. Se voltarmos à metáfora do início, segundo a qual o antropólogo critica seguindo o dedo do etólogo (ou aquele do aluno que faz seu rato correr), podemos tomar emprestado de Bruno Latour (1996, p. 77) um provérbio chinês que se aplica perfeitamente à atitude denunciatória da crítica: *quando o sábio mostra a lua, os imbecis olham o dedo*. Rosenthal nos parece, e sempre nos termos de Latour, ao descrever a atitude crítica, como um fetichista se anunciando como um anti-fetichista: *ele se engana sobre a origem da força*. Como anti-fetichista, ele fabrica um dispositivo com a ideia de denunciar, no dispositivo, como tantos fetichistas, os alunos (e os cientistas que são supostamente representados, que fornecem o papel), quando estes atribuem o trabalho e a força aos seus ratos. Mas ele permanece fetichista já que atribui, ao seu aluno o trabalho, a força do dispositivo que ele acaba de criar. A indecibilidade aparece ainda melhor se compararmos a nossa situação àquela dos africanos descrita por Latour, quando diante do colonizador português, são convocados por este último a escolher entre a afirmação segundo a qual eles teriam construído seus fetiches e a afirmação incompatível, aos olhos do português, de que seus ídolos são verdadeiras divindades. De acordo com essa comparação, seríamos forçados a escolher entre uma interpretação construtivista (os alunos construíram um artefato) e uma interpretação realista (os ratos se tornaram inteligentes – ou pouco competentes – na verdadeira realidade), e nós poderíamos apenas repetir: os ratos são artefatos, eles são os produtos do dispositivo constituído das expectativas dos alunos e, ao

mesmo tempo, os ratos adquiriram competências⁵. A indecibilidade se repete em outro nível, aquele que reflete a relação que une os alunos, Rosenthal e o dispositivo do engano, uma vez que o aluno é para Rosenthal o mesmo que o rato é para o aluno: **ele responde às expectativas daquele que lhe propôs a situação**.

Esse caráter absolutamente indecível das relações complexas entre os cientistas e seus objetos-sujeitos nos leva a considerar como inevitável o fracasso das tentativas epistemológicas que ambicionam separar aquilo que, das histórias do etologista e da realidade verdadeira do pássaro – do rato, do macaco –, imprime ao outro seu sentido. Essa epistemologia, se ela pode tratar do discurso e das suas ligações com o contexto, encontra seu limite no fato de que sempre lhe falta a ligação ontológica mais essencial: a ligação do discurso com o *objeto* do qual trata o discurso – este último tem sido substituído pelo *sujeito* do discurso, o qual ocupa todo o espaço. Tomemos um exemplo simples, tornado clássico na história da etologia: a zoologia do príncipe anarquista Pierre Alexandre Kropotkine. Em seu livro, *l'Entr'aide, un facteur de l'évolution* [A ajuda mútua, um fator da evolução] (1903), Kropotkine compartilha conosco seu espanto por não encontrar, durante seus passeios, qualquer um dos fenômenos de concorrência e de competição relatados por Darwin. Os animais, ele diz, são muito mais solidários que aqueles que o conceito de concorrência vital ou de luta pela sobrevivência deixa entender. Por exemplo, os problemas de superpopulação face aos recursos são geralmente resolvidos por outros modos que não o combate: assim, a migração de uma parte do grupo é frequentemente adotada, por exemplo entre os castores, e esta estratégia constitui exatamente um fator de evolução. Os epistemólogos (por exemplo, La Vergata, 1992) que se interessam por Kropotkine nos mostram como seu “complexo discursivo” pode ser analisado como um discurso que criou afinidades eletivas com um sistema sócio-político particular, no caso, uma utopia. Ou um zoólogo, Toddes⁶, faz uma observação bastante pertinente e esclarecedora: as observações de Kropotkine não são o puro produto de suas expectativas a respeito do campo. Elas não são organizadas para contar a história que Kropotkine lhes impôs. O campo com o qual ele lida não é um campo darwiniano: as estepes descritas estão cheias

⁴ O que fica claro quando Rosenthal diz que a experiência não é contaminada pelos efeitos de poder, pois, diz ele, o destino dos alunos em nada é afetado pelos resultados da pesquisa. Porém isso não é somente uma relação de poder com a qual temos de lidar, mas uma relação de autoridade no sentido batesoniano do termo: dizemos que uma pessoa está sob a autoridade de outra, quando ela faz tudo que está sob seu poder para tornar verdadeiro o discurso da pessoa em posição de autoridade.

⁵ Ao analisar o experimento paralelo realizado por Rosenthal com os instrutores, percebemos a que ponto chega o dispositivo que produz a existência da realidade verdadeira e autônoma, já que, ninguém vai negar, crianças “eleitas” realmente aprendem melhor.

⁶ Citado por Stephen Gay Gould (1993)

Despret, V. Controvérsias: pesquisa com não-humanos. Parte I: do espaço de equilíbrio ao "pensar pelo meio".
Os *cratéropes écailles*. Conferência de Abertura Colóquio Entre_Redes: Pesquisar *com* o outro.

de possibilidades no que diz respeito à densidade populacional. A concorrência ali ganha formas muito diferentes e as soluções consideradas por aqueles que a vivem podem ser, portanto, soluções originais em relação às soluções que imprimiram suas histórias nos esquemas de Darwin. Assim, o que nos é dito, é que, se o olhar do observador imprime uma história no campo, essa história foi primeiramente contada pelo campo. Aqui, adotei um ponto de vista cronológico contrário ao ponto de vista construtivista convencional. Mas esse ponto de vista inverso do construtivismo não satisfaz ainda a complexidade das relações com as quais temos que lidar. O que se situa nessa relação entre Kropotkine e sua história, no encontro das histórias das estepes da Sibéria e das histórias de um príncipe zoólogo e anarquista, é o que poderíamos chamar de um espaço de equilíbrio. Ele nos situa no cerne mesmo da relação, no espaço do indecível, e esta situação nos convida à perplexidade e ao humor. Esse espaço, que é um espaço epistemológico e ético, me obriga sempre a falar do outro quando eu falo de um, e me propõe como exigência situar-me a meio caminho do encontro entre o dedo e a lua. Eu me coloco diante de um encontro entre duas histórias que “caminham bem juntas” – na medida em que, de seu encontro, vai se criar uma articulação nova – e meu trabalho consiste em criar esse espaço de equilíbrio que me permite – ou que exige – que eu dê conta desse encontro⁷. Bruno Latour⁸ designa o evento, que se situa nesse campo epistemológico e geográfico que eu chamo de espaço de equilíbrio, pelo termo *de ocasião*, no sentido do *kairos*, de ocasião que faz o ladrão, da solução de expediente que não pode jamais assegurar a estabilidade, mas também a ocasião do acontecimento, que articula dois fenômenos, fazendo disso alguma coisa singular, nova, que vai nos ensinar mais acerca daquilo que temos a dizer.

Assim, eu não podia mais decidir qual dos dois, Zahavi ou o cratélope, havia dominado o outro. Zahavi mudou suas questões porque ele se viu confrontado por um pássaro pouco comum. Mas esse pássaro ficaria tão banal quanto um mero

pardal espanhol,⁹ se o olhar de Zahavi não fosse afetado pela relação com esse pássaro e, por conta disso, ele aceitou mudar suas questões. E essas questões não teriam podido mudar, sem dúvida, se ele houvesse estudado os pardais espanhóis. O que teria acontecido se o cratélope não tivesse recebido, como biógrafo e diretor, este figura tão original que é Zahavi?

Podemos esboçar algumas linhas a respeito, pois esse espaço de equilíbrio merece ser multiplicado, se abrindo ao encontro de outras histórias. Jon, o zoólogo de Oxford, também chegou a observar os cratéropes e nos fornece uma boa ocasião. Essa oportunidade, para mim, será a de restabelecer um equilíbrio que eu respeitei pouco quando descrevi pela primeira vez a prática de Jon.

Eu acompanhei Jon inúmeras vezes no campo e tentei me familiarizar com seu cratélope. Jon vem de Cambridge e nos oferece um excelente modelo de cientista portador do ideal das ciências teórico-experimentais, introduzindo a natureza em processo e criando dispositivos manipulatórios, iscas para eliminar as ficções alternativas que pretendem erroneamente explicar o real. Um dia, estávamos sentados perto de uma árvore na qual havia um ninho e filhotes. Um assistente da pesquisa se aproximou do ninho, entrou na mata e emitiu o silvo característico da oferta de alimento, mas ao que me pareceu, sem nada oferecer. A hipótese do “falso sinal” de aporte de alimento foi, de início, interpretada por Jon como uma manobra “antiblefe”. Podemos relacionar essa hipótese ao modelo teórico geral – a muito oxfordiana corrida armamentista¹⁰ – que constitui o quadro de leituras de suas hipóteses e mostrar que esse enunciado podia depender em grande medida desse quadro. Podemos também, como eu havia feito um pouco rapidamente em minhas primeiras análises, mostrar que Jon pratica um comportamento atributivo: com efeito, o que faz o pássaro, na hipótese de Jon? Ele verifica a fome real da ninhada criando uma experiência “teste”. Ele atua sobre uma variável para medir o desvio em relação à norma, ele cria uma armadilha que lhe permite desempatar a duplicidade de causas, ele não se fia nas evidências e faz da ninhada o local da experimentação. Assim,

⁷ Em um espaço de indecidibilidade entre duas questões extremas – cuja articulação por si só é, ao mesmo tempo, pertinente mas produtora de indecidibilidade, de perplexidade: “Kropotkine aprendeu da terra da Sibéria e de seus habitantes a história de sua utopia?”, ou, ao contrário, “A utopia de Kropotkine impôs seu fio narrativo à terra siberiana?”.

⁸ *Primate relativity—reflexions of a fellow-traveller* (notas para um projeto a ser escrito após a Conferência Wenner-gren *Changing Images of Primate societies: the role of theory, method and gender*, Rio, junho de 1996).

⁹ *Spanish sparrows* [pardais espanhóis], que formam uma paisagem alada, barulhenta e indistinta, servem como pano de fundo à cena dos cratéropes.

¹⁰ A corrida armamentista é um modelo explicativo da coevolução da presa e do predador, do mentiroso e do crédulo, do parasita e de seu hospedeiro. Segundo esse modelo, a cada nova estratégia defensiva da presa/do crédulo/do hospedeiro, corresponde uma nova estratégia ofensiva do predador/mentiroso/parasita. E a esta corresponde uma nova estratégia defensiva, etc.

Despret, V. Controvérsias: pesquisa com não-humanos. Parte I: do espaço de equilíbrio ao "pensar pelo meio".
Os *cratéropes écailles*. Conferência de Abertura Colóquio Entre_Redes: Pesquisar *com* o outro.

de acordo com essa crítica, Jon, em sua leitura do comportamento do pássaro, cria um “efeito de espelho”, atribuindo-lhe um comportamento idêntico àquele que utiliza habitualmente: ele atribui ao pássaro seu próprio comportamento, seu quadro de pensamento, seu procedimento. A metodologia, então, torna-se, ela também, fonte e modelo de ficções. Mas essa crítica transgride a exigência do espaço de equilíbrio porque denuncia, atribui um comportamento atributivo a Jon sem colocar em questão o outro polo: e se a natureza houvesse lhe ensinado sua poética etológica (sua *poiese* etológica e a poética de seu *ethos*, de seus costumes)? Se ele houvesse seguido escrupulosamente os métodos, quando ela procede, no transcorrer da história do vivente e dos viventes, por ensaios, erros, testes e aprendizagens? Contar a história dessa maneira nos engaja, entretanto, no caminho da perplexidade, no espaço de um equilíbrio, de um indecível e nos convinda a contar o acontecimento de uma ocasião. Contar a história dessa maneira nos faz romper com a tentação da ironia para nos inscrever na tradição das ciências do humor, e nos propõe acabar com a dúvida para reiniciar com a perplexidade. Para explicitar essas diferenças, poderíamos dizer que a dúvida está para a perplexidade como a ironia está para o humor¹¹. A dúvida sendo a atitude geral de rejeição ou de desconstrução de hipóteses, a perplexidade, uma forma de vigilância frente a frente consigo mesma tornando-se indecível. A ironia e o humor oferecem sua dose de humor e de prazer a cada uma dessas atitudes.

Então, olhar para o dedo não é completamente – nem somente – uma dificuldade do idiota. Olhar apenas para ele nada pode nos ensinar e exerceria, concretamente no campo, uma violência tal e um absurdo tão forte que isto anularia toda possibilidade de emergência nesse campo. Mas, além disso, o cratérope, contrariamente à lua, se preocupa por vezes com o dedo que se estende, porque é nas cenas do encontro que esse dedo se liberta. Olhar somente para ele teria evidentemente pouco sentido. Isso seria como ir assistir a uma partida de futebol e tentar compreender as regras focando-se na agitação dos espectadores. Mas observar apenas os jogadores e a bola eclipsando o que lhes rodeia nos permitiria compreender realmente o que cria o futebol: um espetáculo, um momento social etc.? Sem os espectadores isso teria ainda um sentido? Sim, sem dúvida, mas não o mesmo. Trata-se, então, de um outro futebol.

Talvez valha a pena ir um pouco mais longe com a metáfora, porque estamos descrevendo, até aqui, uma rede pouco conectada: poderíamos acrescentar que é na relação entre os torcedores (aqueles que observam) e os jogadores (aqueles que agem) que se situa aquilo que permite compreender o sentido do encontro (no sentido amplo) e eu não estou tão longe de pensar que a bola é projetada igualmente pelos pés dos jogadores e pelos gritos dos espectadores. Mas isso é uma outra história bem diferente, uma vez que, ao contrário do futebol, entre os cratéropes, a ausência de espectadores não os impede de dançar.

Mas o próprio Zahavi, muitos anos após minha passagem por seu campo, proporá uma resposta, uma resposta com a qual me sinto à vontade, pois ela retoma, por caminhos que ignoro, as questões que eu lhe coloquei, há quase 20 anos, e às quais ele jamais me respondeu. Eis o que encontrei em um de seus últimos artigos publicados em *Animal Behaviour*¹² [*Comportamento Animal*], e deixarei a ele a tarefa de concluir: “Eu frequentemente me pergunto, ele escreve, se houvesse vivido em Oxford ou outro centro de pesquisas sociobiológicas, teria desenvolvido essa teoria e suas implicações. A principal desvantagem das teorias dominantes, que são aceitas por todo o mundo ao redor de vocês, é que os observadores de campo têm uma tendência muito marcada de não ver as coisas que não concordam com a teoria. E, mesmo quando a teoria é falsa, o que acredito seja o caso das teorias da seleção parental e da reciprocidade, os pesquisadores de campo tendem a não acreditar que as exceções que observam lhes sugerem que a teoria seja errônea; essas exceções ou não são consignadas, ou, se o são, não são consideradas como importantes na discussão dos dados (...). Estar na periferia apresenta, então, benefícios: se eu fosse dependente de meus colegas para o avanço de minha carreira científica ou de meu *status* social, não teria sido capaz de continuar a desenvolver uma teoria que, durante anos, foi objeto de uma rejeição unânime. Felizmente, eu vivia em um pequeno canto do mundo, e interagia com outros sociobiólogos somente uma vez por ano, em conferências. Em casa, meu *status* social e minha carreira científica estavam assegurados graças completamente ao meu trabalho anterior, e altruísta, de conservação da natureza”.

Recebido: 26/09/2011

Revisado: 03/11/2011

Aceito: 28/11/2011

¹¹ Com essa frase ligo diversos momentos do belíssimo livro de Leon Chertok, Isabelle Stengers e Didier Gille: *Les mémoires d'un hérétique* [As memórias de um herege].

¹² Zahavi, A., 2003. Indirect selection and individual selection in sociobiology: My personal views on theories of social behaviour. *Animal Behaviour*, 65, 859-863

Despret, V. Conversa com Vinciane Despret após Conferência de Abertura Colóquio Entre_Redes: Pesquisar com o outro. Rio de Janeiro, abril de 2011.

II Colóquio Internacional Entre_Redes

Conversa com Vinciane Despret após Conferência Abertura

Rio de Janeiro, abril de 2011¹

II Colloquium International Among_Networks

Talk with Vinciane Despret after Opening Conference

Rio de Janeiro, April 2011

Vinciane Despret²

A gente está estudando uma pesquisadora holandesa, a Ane Marie Mol, que estuda o diabetes. Ela diz que a estratégia dela é estudar o caso com muito aprofundamento para que o pesquisador não generalize, mas ganhe sensibilidade sobre situação pesquisada para que ele possa utilizá-la em outras oportunidades. Eu gostaria de saber se isso tem a ver com a conclusão do Zahavi com a qual você fechou a palestra.

Vinciane Despret: Primeiramente, há uma cumplicidade evidente entre o que faz a Annemarie Mol e o que eu tento fazer do meu lado. Primeiro, porque existe uma filiação comum e existe também uma proximidade, já que moramos há alguns quilômetros uma da outra. Dependendo do momento, quando ela está em Amsterdam, são duas horas e meia de viagem, mas quando ela morava em Maastricht era muito mais perto. Sei que isso parece apenas um detalhe, mas para mim não é, pois mesmo que nossas histórias não sejam as mesmas, elas se aproximam. Portanto, tenho

sempre vontade de contextualizar a questão e de ver por que é que chegamos a esse ponto, qual contexto foi favorável para que chegássemos a pontos muito próximos. Do lado da Annemarie Mol, encontraremos a ética do *care*, as preocupações feministas, os envolvimento políticos e as questões relativas à história das ciências, especialmente por meio de sua colaboração com John Law. Eu passei por um outro caminho mas que, finalmente, pode ser trilhado em paralelo. Creio que haja um ponto em comum entre a Annemarie Mol e eu, além do Latour, além do feminismo, além do *care*, que é o fato – foi a Annemarie Mol que me disse um dia – de viver em países nos quais a benevolência do governo é tal que torna-se difícil nos revoltarmos. Se decidimos nos manifestar contra o governo, a polícia instala barreiras na rua para nos proteger e para garantir que não haja um motorista nervoso que atropela um manifestante. Assim, quais são as condições de resistência nesse contexto? As condições de resistência vão se instaurar muito localmente e me parece que esse tipo de contexto encoraja a querer mudá-lo por pedaços bem

¹ Tradução e transcrição de Christiano Sanches. Revisão de Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo.

² Filósofa, Psicóloga, Etóloga. Doutora em Filosofia e Letras. Departamento de Filosofia. Universidade de Liège, Bélgica. Endereço para correspondência: Place du 20-Août, 7, 4000. Liège, Belgique. Endereço eletrônico: v.despret@ulg.ac.be

Despret, V. Conversa com Vinciane Despret após Conferência de Abertura Colóquio Entre_Redes: Pesquisar com o outro. Rio de Janeiro, abril de 2011.

pequenos. Numa pesquisa, o que significa, por exemplo, nós - as duas, pois tenho a impressão de que ela também se encontra nesse tipo de contexto – nos perguntarmos “o que é que muda, se eu fizer minha pergunta dessa forma ou de outra, com relação à pesquisa futura?” Quer dizer que as respostas às nossas perguntas têm uma importância secundária e que pensamos fazer mais por nossas práticas ao buscar as boas perguntas. Creio que são as perguntas que podem alterar o campo de nossas práticas, mais do que as respostas – ali onde as respostas não as modificam realmente. Assim, me parece que, quando a Annemarie Mol se pergunta “como é que a minha pesquisa vai modificar a sensibilidade dos outros pesquisadores?”, ela se encontra nessa perspectiva. Quando estou, por exemplo, numa pesquisa com a Jocelyne Porcher e decidimos fazer perguntas aos criadores de suínos e de bovinos, fazemos ao criador não a pergunta de um pesquisador, mas perguntamos a eles “na sua opinião, como criadores, como devemos aprender a formular nossas perguntas para interessar criadores?”. Fazendo assim, corremos o risco de não obter respostas, mas apenas perguntas. Contudo, essas perguntas, nesse momento, poderão talvez convencer outros pesquisadores de que uma verdadeira pesquisa trata primeiramente da maneira como as pessoas pensam que serão interrogadas. E, felizmente, temos respostas para nossas perguntas, pois, é preciso ser realista: se não as tivéssemos, correríamos o risco de não interessar a outros pesquisadores. Portanto, somos obrigados a fazer uma aposta dupla: ao mesmo tempo deixar que as próprias pessoas formulem suas perguntas, mas também obter respostas que respondam às *nossas* perguntas. E aí onde eu encontro com o trabalho de John Dewey, que diz que toda investigação social é um experimento que modifica o pesquisador e aquele que ele interroga e almeja fazer convergir os interesses cognitivos do pesquisador e os interesses ainda não qualificados, os interesses em geral, ou apenas os interesses – não “em geral”, mas “não qualificados” - daqueles que ele interroga, de forma que, num determinado momento, a convergência seja suficiente para produzir, ao mesmo tempo, um saber interessante para a comunidade dos pesquisadores e produzir também uma identidade para aqueles que são interrogados. Acho que quanto a essa questão a Annemarie Mol poderia se juntar a nós também. Respondi a pergunta de maneira bastante técnica, mas poderia ter tomado uma outra via que eu não tomei, que se trata de fazer um paralelismo entre um trabalho que objetiva tornar os seres mais interessantes – que quer dizer, ao mesmo tempo, interessados e interessando aos outros – e um trabalho que objetiva tornar os seres

mais sensíveis, também no duplo sentido do termo, de ser percebido pelos outros – uma matéria é sensível porque nós a sentimos – e no sentido mais tradicional da sensibilidade, ou seja, de aumentar a sua sensibilidade. Acho que essa também seria uma perspectiva interessante para explorar, mas me exigiria um nível de improvisação mais elevado.

A gente entra num determinado campo com uma teoria já predeterminada, buscando, naquele campo e nas coisas que estão acontecendo ali, afirmar aquela teoria que a gente já tem em mente. Como você colocou que, muitas vezes, quando a gente se liberta e começa a pensar que, quando a gente está observando um determinado campo, muitas vezes a gente acredita que o observador influencia quem está sendo observado, mas quando a gente pensa que também aqueles que estão sendo observados acabam nos manipulando, então, como podemos pensar em entrar nesse campo de uma outra forma, que não seja com essa identidade, ou essa ideia fixada de um pesquisador que está ali para afirmar aquela teoria? Como despir-se disso para pensar, dentro daquele campo, de uma outra forma, as questões que acabam chegando?

Vinciane Despret: Obrigada pela pergunta. É verdade que, da maneira como ela foi apresentada de início, e como a Vera o resumiu muito bem, poderia ser o estereótipo mais cientista, ou poderia ser o contrário, como deixar o maior espaço possível àquele que interrogo, o que é totalmente diferente, mesmo que às vezes seja apresentado como equivalente. Nesse ponto não sou eu que vou responder, é o Bruno Latour e a Isabelle Stengers, mais especificamente com a noção de recalcitrância. A noção de recalcitrância nós a encontramos em um conto de Melville, *Bartleby*, Bartleby o escrivão. Bartleby é empregado de um cartório e, cada vez que lhe pedem alguma coisa, ele responde: “Eu preferiria não”. Isso é a recalcitrância, é poder resistir aos pedidos. Eu os deixarei ler a história para ver como ela termina, é bem pequena, mas o que o Bruno Latour ensinou a Isabelle Stengers e a mim mesma é que, finalmente, a objetividade era colocar os objetos que interrogamos na capacidade máxima de resistir a nós. Há objetos que possuem uma resistência muito boa. As moléculas são excelentes na ação de resistência. Os íons, os prótons, os nêutrons têm uma resistência fabulosa, porque não estão nem aí para a teoria de vocês. Isso não influenciará o comportamento deles e eles não modificarão seu comportamento de molécula para serem gentis, complacentes ou benevolentes com vocês. Por

Despret, V. Conversa com Vinciane Despret após Conferência de Abertura Colóquio Entre_Redes: Pesquisar com o outro. Rio de Janeiro, abril de 2011.

outro lado, os seres humanos são muito complicados. Pode-se fazer a eles as perguntas mais idiotas, fazer com que façam as coisas mais absurdas, se vocês o propuserem em psicologia experimental, eles o farão. Martin Orne, o psicólogo especialista em hipnose, dizia que, se pedíssemos a um de nossos amigos “Você pode me fazer um favor?” ele responderia “Sim, sem dúvida”. Então você pede a ele “Faça para mim cinco flexões” e ele responderá “Mas por quê?”. Se você for psicólogo e pedir a um sujeito “Você pode me fazer um favor?”, como o sujeito está persuadido de que é para o interesse da ciência, ele responderá “Sim”. E se, então, você pedir a ele “Faça para mim cinco flexões”, ele perguntará “Onde você quer que eu faça?”. Isso quer dizer que, pelo fato de você ser um pesquisador ou cientista, é muito provável que os sujeitos nunca questionem as perguntas ou demandas que lhes sejam feitas e que tentem, na realidade, dar razão à sua teoria. Portanto, a questão é “Como fazer para dar ao sujeito humano a mesma capacidade de objetar que possuem as moléculas?”. Assim, invertamos a tradição humanista e, ao invés de dizer “Tratem seus sujeitos como verdadeiros sujeitos”, dizemos “Tratem-nos como objetos”, pois os objetos são melhor tratados pelos cientistas do que os sujeitos. Então pensávamos que isto era bom para pesquisar com os seres humanos, mas nos demos conta de que vai muito além disso e que os macacos também fazem muitas coisas para validar as teorias dos pesquisadores. Depois, nos demos conta ainda de que os ratos também o fazem. Mas isso levanta um problema, pois os ratos são o famoso experimento de Rosenthal. O problema com o experimento de Rosenthal é que ele nos levará a conclusões que são, na minha opinião, muito positivistas. Vocês conhecem a experiência de Rosenthal com os ratos? O objetivo de Rosenthal era afirmar a necessidade de mais objetividade nas pesquisas. O problema de Rosenthal - eu vou dizê-lo muito rapidamente aqui e de uma forma que ainda não o disse - é que há outras maneiras de criticá-lo, mas eu escolhi essa: de que ele não trata os ratos suficientemente como objetos. Ou seja, ele não procura identificar aonde os ratos possuem uma capacidade de objetar. Se os ratos fossem interrogados, diriam “Nós preferimos ser tratados como ratos inteligentes”. Porque não existe uma verdade do rato. Há diversas maneiras de ser rato em um laboratório. Mas, mesmo buscando entre as diversas maneiras, todas igualmente verdadeiras, em todas as maneiras de ser um rato (burro, neutro, inteligente), eles responderiam, sem dúvida, “É mais interessante ser um rato interessante e inteligente”. Isso exige mais trabalho de nossos pesquisadores, porque é preciso

talento para produzir um rato inteligente, e, portanto, a experiência com um rato inteligente e com um pesquisador cheio de talento é mais interessante e, portanto, mais objetiva, pois responde às objeções do rato. E responde certamente às objeções dos estudantes que se divertiram mais com os ratos inteligentes, que aprenderam mais e que, sobretudo, passaram menos tempo no laboratório, pois fazer um rato inteligente realizar uma tarefa é mais fácil do que fazê-lo com um rato burro. Poderíamos dizer, com certeza, que o rato poderia objetar com o fato de que correr num labirinto não é o que mais o interessa. Eu responderia que não sei nada a esse respeito, pois talvez o que interesse o rato seja a relação e, se o labirinto for um suporte de relações, tudo estará bem. Se eu me enganar, eu digo que vivo num mundo tal como ele é e não como deveria ser e procuro os pequenos caminhos para melhorá-lo e não um abalo impossível.

A partir da maneira como você colocou o problema da pesquisa nesta manhã, falando sobre a questão do agenciamento entre o pesquisador e o seu objeto, sobre a circularidade não linear, você acha que ainda haveria sentido em a gente falar na validação dos resultados de uma pesquisa, ou se essa seria hoje uma falsa questão?

Vinciane Despret: Vou começar com uma história, como de hábito. Li um artigo que foi publicado no *New York Times*, no final de dezembro, em que o autor começava por se inquietar com o fato de que os medicamentos psicotrópicos produzidos pelas empresas farmacêuticas perdiam eficácia a cada ano. Desta forma, um antidepressivo lançado nos anos 80, que era muito eficaz, alguns anos mais tarde, não valeria mais nada. Então é preciso lançar um medicamento novo. O problema é que vamos comparar o novo medicamento com o efeito do fim do anterior, quando na verdade deveríamos compará-lo com o efeito do início. Eu entendo que possamos nos dizer que vamos comparar o efeito do final de um com o efeito do início do outro, mas nesse caso não podemos estimar que haja um progresso. Nesse caso não podemos falar de um progresso da indústria farmacêutica, pois não há progresso enquanto não medirmos a eficácia do início de um com aquela do início do outro. O fato é que constatamos que algumas pesquisas em psicologia experimental seguiam exatamente o mesmo padrão. Temos resultados fabulosos no começo do experimento e, à medida que o pesquisador a repete, ou que outros pesquisadores a experimentem, percebemos que os efeitos

Despret, V. Conversa com Vinciane Despret após Conferência de Abertura Colóquio Entre_Redes: Pesquisar com o outro. Rio de Janeiro, abril de 2011.

diminuem, algumas vezes tornando-se nulos. Foi, por exemplo, o caso dessa hipótese que considerávamos revolucionária: num determinado momento havia uma hipótese, na qual acreditávamos, de que acompanhar pela linguagem a memorização de rostos melhorava a memória, enquanto que a experiência nos mostra que acontece o contrário. Um bom choque para a comunidade científica é quando, num dado momento, repetimos a experiência - se a repetimos - e ela não funciona mais. Um pesquisador utilizou um termo muito bonito que é *declínio cósmico*: quando toda a natureza declina diante de nossas experiências, como se estivesse entusiasmada no começo, mas acontecesse um fenômeno de desgaste, como nos casamentos. É claro que imaginamos que os pesquisadores estejam menos entusiasmados, mas eu desconfio das interpretações que atribuem todo o crédito ao ser humano. Então, que validade esperar, por exemplo, com relação a isso? Se eu comecei com essa pequena história é porque ela ressoa com minhas antigas preocupações e me permite dar a mesma resposta, só que articulada de maneira diferente. Todos os problemas que vocês mencionam são os problemas que Martin Orne havia chamado de *validade ecológica* das experiências. O que quer dizer a validade ecológica? É o fato de que o resultado de uma experiência possa ter valor fora do âmbito da experiência. Eu confesso, honestamente, que não creio na validade ecológica das experiências. Eu adoro a psicologia experimental, eu até a pratiquei, mas estou persuadida de que aquilo que aprendemos no laboratório é válido para as condições que temos no laboratório e não em outra parte. Isso quer dizer que aprendemos muitas coisas em laboratório, mas essas coisas só poderão ser validadas a partir do momento em que outra pessoa chegue e diga “Ah, olha, eu também!”. Percebam vocês que a maior parte das pesquisas em psicologia experimental não favorece esse “Ah, olha, eu também!”. Não tenho certeza de que teria vontade de dizer, após a experiência de Milgram, “Eu também teria eletrocutado todo mundo”, mas, após as experiências de Solomon H., “Eu também sou alguém muito influenciável e gostaria de saber como contamos”. Então, o “Ah, eu também”... Visivelmente, será preciso que a psicologia também procure interrogar os sujeitos ali onde são capazes de dizer “Eu também”. Essa seria uma primeira maneira de responder. Outra maneira seria novamente fazer referência a John Dewey, seria fazer a pergunta “Como é que a minha pesquisa foi criadora de identidade?”, e de identidade que conta, que transforma as pessoas que interpelei como pesquisador, de tal forma que possam, por exemplo,

dizer “Sei me apresentar melhor do que antes, depois que um pesquisador esteve aqui”.

Recebido: 12/09/2011

Revisado: 19/11/2011

Aceito: 28/11/2011

Moraes, M. Pesquisar: verbo ou substantivo? Narrativas de ver e não ver.

Pesquisar: verbo ou substantivo? Narrativas de ver e não ver¹

Research: a verb or a noun? Narratives of seeing and not seeing

Marcia Moraes²

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir os modos de narrar e relatar os resultados dos trabalhos de pesquisa realizados com pessoas com deficiência visual. Enfatiza-se a pesquisa como prática engajada e performativa. No âmbito de tal prática, o narrar é afirmado como uma ação sempre parcial e situada. O relato de pesquisa é considerado à luz da lógica do patchwork e não da grande narrativa. Desse modo, visa-se a proliferar as narrativas feitas a partir do campo de pesquisa problematizando as concepções não marcadas de deficiência e eficiência. Trata-se, portanto, de afirmar as variações de ver e não ver, de subverter as fronteiras entre deficiência e eficiência.

Palavras-chave: pesquisar; deficiência visual; narrar; conhecer.

Abstract

The aim of this paper is to discuss the manners of narrating and reporting the results of researches conducted with people with visual disability. We emphasize that research is an engaged and performative practice. In the realm of this practice, narrating is affirmed as an always partial and situated action. The research report is considered from a patchwork logic perspective and not from the big narrative perspective. We aim to multiply narratives created from the research field putting in doubt unmarked concepts of ability and disability. Therefore, it all comes down to affirming the variations of seeing and not seeing, of subverting the frontiers between disability and ability.

Keywords: research; visual disability; narrating; knowing.

¹ Financiamento de pesquisa: Cnpq, Faperj, UFF/PROEX.

² Professora Associada III, Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, atua na graduação e na pós-graduação *strito sensu* (mestrado e doutorado). Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Bolsista de Produtividade 2 / Cnpq. Endereço para correspondência: Campus do Gragoatá - Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, bloco O, sala 214, Gragoatá, Niterói, RJ, Brasil. CEP: 24210-201. Endereço eletrônico: mazamoraes@gmail.com

Introdução: Pesquisar: verbo e substantivo

Pesquisar: verbo ou substantivo? Esta pergunta orienta um dos debates do *II Colóquio Internacional Entre_redes: As ciências da emoção: pesquisar com outros*³. Diante de tal interrogação sinto-me, inicialmente, inclinada a afirmar o verbo. Isso porque o pesquisar, no modo como nele me engajo, é um processo contínuo de estar com outros, de conhecer com eles – e no trabalho que realizo⁴, os outros a que me refiro são pessoas com deficiência visual, algumas cegas, outras com baixa visão. Pessoas que adquiriram a cegueira já adultas, seja por alguma doença que progressivamente lhes tirou a visão, seja por algum tipo de acidente. Mas no mesmo momento em que o pesquisar como verbo ganha força em minha prática de investigação, os substantivos me tomam de assalto: hesitação, solavanco, angústias, as paradas, os impasses, os mal entendidos. E a pergunta insiste, retorna: Pesquisar: verbo ou substantivo? E ela volta, e volta, e volta.

Neste Colóquio, eu – e outras pessoas⁵ – somos como “agentes duplos”: estive no grupo que o organizou. Logo, fui uma das pessoas que formulou esta pergunta: pesquisar: verbo ou substantivo? Acontece que no tempo entre a elaboração do evento e a escrita deste texto, tal pergunta foi se processando em mim e foi se tornando problemática – o tempo, este tempo que não é só cronológico, não é um antes e um depois. É um tempo intensivo, algo que se passa no meio, na travessia, tempo que resgata muitas experiências de pesquisa, muitos encontros com pessoas com deficiência visual, anos de trabalho, e que, quando resgatados, se apresentam como impasses, estado de coisas, paradas. Mas, no ato mesmo de serem resgatados, impõem mudanças, desviam o curso do

pensamento, da prática de pesquisa, refazem assim, o presente. Trata-se, portanto, de sublinhar alguma coisa que se passou no meio da travessia destes anos de pesquisa com pessoas com deficiência visual.

A proposta que lanço com este trabalho é a de refazer a pergunta que lhe serve de título de modo a não mais apresentá-la como uma alternativa e, ao mesmo tempo, indicar a pesquisa como relação inextrincável entre verbo e substantivo. “E” no lugar do “ou” - o que faz toda a diferença porque inclui, como disse, a dimensão de coisa, de parada, que indico como de solavanco. E é este solavanco que força o pensar, que faz o pensamento pensar alguma coisa e que porta uma temporalidade intensiva, cuja lógica é tortuosa, idas, vindas, rememorações, tateios, aproximações. E os verbos, voltar, rever, refazer, resgatar, interferir, pesquisar. O que agita estas linhas é menos partilhar os resultados da pesquisa do que os seus impasses.

Versões de deficiência e eficiência⁶

O pesquisar com pessoas com deficiência visual levou-me ao encontro de alguns textos, muitos deles inspirados pelos trabalhos de Foucault (1988, 1999) sobre o biopoder e que apontavam para o caráter histórico de uma certa concepção de deficiência como falta, como déficit – uma injunção de certas práticas, de saberes e poderes, articulam a deficiência, no mundo ocidental, a um desvio por relação a uma norma corporal. Data do século XVIII, mais especialmente do século XIX, a concepção de cegueira como deficiência, ou antes, como patologia. Isto é, o que autores como Martins (2006a, 2006b) sinalizam é que, se antes dos

3 A escrita deste relato de pesquisa foi motivada pela minha participação, como palestrante e membro da comissão organizadora, no II Colóquio Internacional Entre_Redes : *As ciências da emoção: pesquisar com outros*, evento realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em abril de 2011. O colóquio foi organizado pelo grupo de pesquisa Entre_redes, do qual faço parte, e contou com a participação da filósofa e psicóloga belga Vinciane Despret.

4 Nos últimos anos tenho me dedicado à pesquisa com pessoas com deficiência visual. Para conhecer outros relatos deste trabalho de pesquisa o leitor deve conferir: Moraes e Kastrup, 2010; Moraes, 2008; Moraes e Arendt, 2011.

5 Compuseram comigo a comissão organizadora do *II Colóquio Internacional Entre_redes*: Alexandra Tsallis; Ana Claudia Monteiro; Carlos Marconi; Laura Quadros; Maria Carolina Barbalho; Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo; Ronald Arendt e Vera Schroeder.

6 Ao longo deste texto faço uso da noção de “versão” quando me refiro a “versões de deficiência”. Não se trata, neste caso, de afirmar que são versões de uma mesma substância, ela mesma inalterada. Mas de considerar que cada versão é um ator-rede (Mol, 2007), isto é, um emaranhado de conexões que ligam pessoas a coisas, a objetos, a diagnósticos, a afetos... Uma versão performa um mundo, efetua e faz existir uma certa realidade da deficiência. Sem dúvida, as versões não existem isoladamente, mas muitas vezes co-existem, se atritam, se vinculam no dia a dia das pessoas com deficiência, produzindo efeitos, não raro, díspares e heterogêneos. Segundo Despret (1999), uma versão não “se impõe, ela se constrói. Ela não se define no registro da verdade ou da mentira e da ilusão, mas naquele do devir: devir de um texto incessantemente retrabalhado e revirado, devir de um mundo comum, devir das reviravoltas e das traduções. A versão não desvela o mundo nem o vela, ela o faz existir num modo possível. A versão não é o feito de um homem sozinho, ela é fonte e fruto da relação, ela é trabalho, no seio da relação, ela é negociação que se desvia, se transforma, se traduz (Despret, 1999, p.44).

séculos XVIII e XIX, a cegueira estava articulada a certas concepções místicas, espiritualizadas, o seu desencantamento, a sua laicização – digamos assim – ocorre no seio das práticas de controle e de regulação da vida que marcam o século XVIII e, mais fortemente, o XIX. Neste sentido, a cegueira passa a estar atrelada a uma concepção de doença como desvio, a uma patologia a ser, em última instância, corrigida, superada, reordenada. Já no século XX, vários são os autores que retomam esta concepção de deficiência como falta ou déficit para indicar que esta é uma versão hegemônica da deficiência (Oliver, 1996; Belarmino, 2004; Moser, 2000).

O século XX é sacudido por movimentos sociais das pessoas com deficiência, especialmente a partir dos anos 60, no auge da contracultura, que visam desfazer ou subverter esta versão de deficiência em prol de outra, não patologizante, mas uma concepção de deficiência como efeito, consequência de um cenário social excludente, opressor. Há, parece-me, uma tensão entre duas versões de deficiência: uma que faz da deficiência uma patologia que deve ser apropriada pela biomedicina e por um conjunto de práticas cuja ambição é, acima de tudo, “corretiva”. Outra que ganha força no século XX que pretende desnaturalizar e politizar a deficiência, fazendo da deficiência não uma falta localizada num corpo individual, mas um efeito – alguém é tornado deficiente (*disabled*) por uma sociedade opressora, que descarta e marginaliza corpos que não se enquadram em certos padrões (Oliver, 1996; Martins, 2006a, 2006b).

De modo bastante resumido, podemos dizer que as versões de deficiência que se delineiam nestes últimos séculos oscilam entre, de um lado, a concepção de que a deficiência é uma patologia, um acometimento do corpo individual que o lesa, seja física, mental ou sensorialmente. De outro lado, há a concepção de deficiência como efeito de um cenário social opressor, portanto, uma versão social da deficiência e não mais biológica.

Se retomo tais concepções de deficiência, é para situar a pesquisa que realizo neste campo, mas numa posição bastante singular. O que move minhas pesquisas nesta área é investigar a cegueira longe de qualquer concepção essencialista – nem apenas um acometimento do corpo biológico, nem puramente uma construção social. O desafio que marca as investigações que realizo é justamente o de tomar o cegar como um processo: situado, localizado em certos arranjos práticos que reúnem

elementos, ou atores⁷, muito heterogêneos: o não ver, a bengala, as práticas de reabilitação, as relações familiares, a cidade, a vida cotidiana. Sem dúvida, as inspirações que tomo como referência são aquelas que encontro nos trabalhos de Latour (2008, 2001, 1994), Law (2004), Mol (2008), Despret, Chauvent e Lemaire (1996), entre outros autores. De que modo tais atores se articulam, se conectam para produzir versões do não ver? Esta é uma pergunta que me é cara, é em suma, o que persigo. Dito de outro modo, o que me interessa é seguir, no cotidiano, as táticas de viver sem a visão. Entendo por táticas estas articulações, por vezes precárias, que exigem esforço, e que fazem existir modos singulares de deficiência e eficiência. Assim, se não tomo a cegueira nem como algo puramente fisiológico/biológico, nem como puramente social, do mesmo modo, não considero que deficiência e eficiência sejam dados de antemão, definidos de uma vez por todas em algum lugar (Moraes, 2010). O que me interessa é, pois, seguir as modulações, as variações entre eficiência e deficiência. Tal maneira de investigar não é de modo nenhum isenta, neutra, e sem compromissos: ao longo destes anos de trabalho, fui tomada pela ambição de pesquisar para interferir – interferir onde?

De um lado, interferir na concepção de deficiência como falta, como incapacidade, que por vezes aparece de forma insidiosa em diversas práticas, até naquelas em prol da inclusão (Moraes, 2011). Mas interferir também, de outro lado, naquilo que Mol (2008) chama de normalidade não marcada. Na verdade, parece-me que estas duas coisas se ligam: a concepção de deficiência como falta parece fazer existir também uma normalidade a ser alcançada – uma meta a ser atingida, um padrão corporal a se chegar. Normalidade não marcada: o que é isso?

A normalidade não marcada está atrelada a uma certa concepção de sujeito – um sujeito desencarnado, sem corpo, autônomo, ponto de partida central de todas as suas ações. Isso se faz notar, por exemplo, em muitas práticas de reabilitação que visam produzir sujeitos autônomos, autossuficientes, independentes. A normalidade não marcada⁸, salienta Mol (2008), faz desaparecer as

7 Latour (2001, p.346) utiliza-se do termo ator, ou actante, para indicar que os estudos ator-rede não tomam como ponto de partida as entidades que já compõem o mundo, mas antes, “ênfatizam a natureza complexa e controversa do que seja, para um ator, chegar a existência. O segredo é definir um ator com base naquilo que ele faz”, seja ele humano ou não humano.

8 A concepção de “categoria não marcada” é bastante analisada e criticada por Haraway (2000). Na esteira de sua convocação

conexões, os vínculos que nos fazem fazer coisas, que nos fazem agir. Isso é extremamente problemático, porque medida por este padrão, a pessoa com deficiência aparece sempre como estranha, como faltosa: é ela que precisa da bengala para andar, enquanto eu – o tal do sujeito normal -, aparentemente, sou capaz de agir sem nenhuma determinação, sem nenhum vínculo. A concepção de normalidade não marcada produz a deficiência como falta, como desvio, porque as condições que fazem agir as pessoas com deficiência - as bengalas, os pisos táteis, os sinais sonoros - aparecem sempre, nunca são invisibilizados. Quando uma destas conexões falha, é a pessoa quem fracassa. Logo, no meu trabalho de pesquisa, desde o início, havia esta ambição: interferir na versão da deficiência como falta, interferir na concepção de que há uma normalidade não marcada. Enfim, atuar para fazer proliferar as versões de eficiência e deficiência, para redistribuir de modo mais amplo aquilo que nos faz agir, que nos “faz fazer”⁹ coisas.

A fim de pôr em ação tal interferência no campo da deficiência visual, engajei-me em duas práticas interligadas:

a) a primeira, um dispositivo de pesquisa – uma prática com pessoas com deficiência visual, um trabalho de campo: uma oficina de corpo¹⁰.

b) a segunda, os textos que escrevo a partir da prática da pesquisa, isto é, aquilo que narro a partir da experiência do campo.

Narrar, interferir, conhecer

E é justamente sobre este último ponto que faço incidir as reflexões que permeiam este texto. Narrar é uma tarefa que se impõe aos pesquisadores. O encontro com o campo de pesquisa é, de algum modo, narrado através dos textos que escrevemos, das palestras, dos relatórios de pesquisa. Enquanto pesquisadores, fazemos uso das palavras¹¹ para

política e epistemológica, Haraway clama por um conhecimento situado, localizado: marcado. Para subverter as categorias não marcadas é preciso estar em algum lugar (Haraway, 2000).

9 “Fazer fazer” é uma noção proposta por Latour para indicar o caráter distribuído das fontes da ação. Cf. Latour, 2002a, 2008.

10 A oficina de experimental corporal é um dispositivo de intervenção com pessoas com deficiência visual, realizado numa instituição especializada, situada no Rio de Janeiro. Participam da oficina 35 adultos, alguns cegos, outros com baixa visão. Os encontros ocorrem duas vezes por semana e visam promover a sensibilização do corpo e a consciência corporal. A metodologia de trabalho com o grupo está baseada no PesquisarCom (Moraes, 2010; Despret, Chauvent & Lemaire, 1996). Para conhecer mais sobre este trabalho, sugiro ao leitor cf. Moraes, 2008, 2010.

11 Nessa discussão, considero que o “fazer uso da palavra” diz

produzir textos acadêmicos que circulam, são publicados; usamos a palavra falada nas conferências, nas salas de aula, nos grupos de estudos; a ação de narrar o que se passa no campo não é, pois, de menor monta. Latour (2002b) chama mesmo a atenção para o fato de que o texto é nosso laboratório – nele performamos realidades, reunimos e misturamos certos ingredientes, produzimos mundos.

A ação de narrar não está de modo algum desvinculada do que, como salientei acima, move as pesquisas que realizo: a ambição de interferir. Narrar é interferir, naqueles dois sentidos mencionados acima. Ou como salienta Gagnebin (2006), o pesquisador é aquele que faz também do exercício da palavra um campo de atividade. Mas, se pretendo ser fiel ao que move minha pesquisa – seguir as táticas de viver sem a visão, fazer proliferar os múltiplos modos do não ver, problematizar as grandes narrativas identitárias e essencialistas acerca da cegueira, então é claro que quando falo de narrativas não pretendo lidar com narrativas lineares, contínuas, unívocas. Fiel à multiplicidade de versões de eficiência e deficiência que colhemos no campo, narramos a partir de cacos, fragmentos. Num mundo, como Latour (1994) sublinha, cuja ontologia é de geometria variável, as narrativas são modos de manejar, de lidar com a multiplicidade de versões de deficiência e eficiência articuladas em um cenário – a lógica aqui é a do *patchwork* (Law & Mol, 1995, p.288) na qual nos movemos de um lugar para outro, procurando conexões locais, sem a expectativa de um padrão único ou de uma totalidade. Assim, na aposta metodológica que orienta a pesquisa não busco uma narrativa última, cabal e exemplar acerca da cegueira. O trabalho é o de costurar estas histórias, colocando-as uma ao lado da outra fazendo emergir a diferença pela criação e proliferação de novas relações, o que nos permite escapar da ditadura da versão única.

Haraway (2000) apresenta considerações bastante interessantes sobre a escrita tomando-a como tecnologia necessária para subverter o mundo das categorias não marcadas e dos dualismos

respeito àquilo que Latour (2001) define como “inscrição”: “termo geral referente a todos os tipos de transformação que materializam uma entidade num signo, num documento, num pedaço de papel, num traço (...) as inscrições são sujeitas a superposição e combinação” (Latour, 2001, p. 350). Nos relatos que fazemos das pesquisas, as palavras dos entrevistados, recortadas e colocadas entre aspas, as notas de diários de campo, são inscrições no sentido de que transformam o acontecimento em traço, em registro a ser combinado e recombinado. Talvez fosse necessário levar mais longe essa discussão, mas isso trabalho para outro texto.

essencialistas que caracterizam o pensamento ocidental. Comentando sobre o papel da escrita na literatura feminista e científica, Haraway (2000) afirma que a escrita tem a ver com o poder de sobreviver, não com base numa história única, numa identidade universal ou em qualquer categoria não marcada. Mas antes com base numa tomada de posse pelas mulheres dos mesmos instrumentos para marcar o mundo que as marcou como outras. “Os instrumentos são, com frequência, histórias recontadas, que invertem e deslocam os dualismos hierárquicos de identidades naturalizadas (...) as histórias feministas (...) tem a tarefa de recodificar a comunicação e a inteligência a fim de subverter o comando e o controle” (Haraway, 2000, p. 94-5). A questão da escrita é para a autora de fundamental importância para redesenhar as fronteiras do mundo em que vivemos: fronteiras entre o humano e a máquina, entre o físico e o não físico, entre o humano e o animal. E, completamos, seguindo as pistas abertas por Haraway (2000), as fronteiras entre eficiência e deficiência. Não se trata apenas de uma desconstrução literária, “mas de uma transformação limiar” (Haraway, 2000, p.98) operada através da escrita ciborgue¹².

Assim, não há nenhuma transparência no que é dito sobre o que se passa no campo, seja este dito na forma oral ou escrita. O dito não é um espelho fiel que reproduz exatamente o que está lá fora, no mundo longe de nós. Dizer o que se passou no campo de pesquisa é uma prática performativa que liga, de modo inexorável, política e epistemologia. Assim, conhecer não é senão um modo de engajar-se, de performar realidades também através do que se narra.

Concordo com Gagnebin quando ela afirma que o narrador pesquisador é o sucateiro, trapeiro (Gagnebin, 2006), que recolhe e costura os cacos, os fragmentos, aquilo que escapa às grandes narrativas. Esta é, sem dúvida, uma ação que se faz no âmbito do que Mol (2007) chama de política ontológica: se não há uma versão única de eficiência e deficiência, se em suma, a realidade é performada em certas práticas – aí incluídas as práticas de pesquisa - cabe perguntar: em que mundo queremos viver? Que realidades serão performadas a partir de nossas práticas e dispositivos de pesquisa? Juntar estes termos – política e ontologia – significa dizer que a realidade

é efeito, é performada. O pesquisador é um ator neste cenário – suas práticas produzem realidades. Cabe ao pesquisador, de algum modo, puxar certos fios do campo, trazê-los à cena, torná-los visíveis, enquanto outros serão deixados de fora, ficarão ausentes daquilo que se narra. E é aí, neste jogo do que se mostra e do que se deixa de fora que uma realidade é performada. E é aí também que política e ontologia se articulam.

Durante os últimos anos, experimentei narrar estes fragmentos, apostando na multiplicidade dos modos de existir sem a visão, apostando em última instância, nas potências do não ver, mais do que nas deficiências. Apostando, em suma, que uma das maneiras de interferir naquela concepção de normalidade não marcada – que, como disse, está atrelada à versão da deficiência como déficit – era justamente fazer proliferar outras versões, outras formas de ver e não ver. Era aí que estava – e está – a aposta do meu trabalho (Moraes, 2008; Moraes, 2010; Moraes & Arendt, 2011). Mas, no curso deste tempo, na travessia, me dei conta de que havia certos acontecimentos do campo que estavam sempre ausentes daquilo que era narrado pelo meu grupo de pesquisa. Algo no campo insistia, voltava, retornava, aparecia de novo, sem que nós, pesquisadores jamais nos detivéssemos nisso que insistia. Do que se trata?

Cena 1¹³: Alice

Alice é uma mulher entre 40 e 50 anos, ficou cega há pouco tempo, em consequência de uma doença progressiva que lhe tirou a visão. Alice chega à Oficina de Corpo falando muito, é agitada. O marido bate nela e diz que depois que ficou cega, ela não serve mais para nada. Mas ela diz que se vira: arruma a casa, faz a comida, vai até a casa da filha que mora em outro bairro, treina usar a bengala com o cabo de vassoura. Resolveu buscar uma instituição especializada para aprender mais coisas. Ela serve, sim, diz ela, para muitas coisas. Nas Oficinas de Corpo diz que gosta de pesquisar o corpo e que pesquisa em casa também, experimenta, testa, não se intimida. Diz que um dia o marido vai voltar a gostar dela. Durante alguns meses, acompanhamos as conquistas de Alice, a rua, a autoestima, o amor do marido que, segundo ela nos contou, voltou a desejá-la. Mas um dia,

13 Os nomes utilizados nos relatos de campo são fictícios. Os relatos foram registrados através de notas tomadas em diário de campo, feitas durante as Oficinas de Corpo, e de entrevistas. A pesquisa realizada segue as normas de ética em pesquisa com seres humanos, tendo sido aprovada pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos.

12 Haraway (2000) utiliza esta expressão para indicar que a escrita é um espaço de luta importante para interferir nas categorias não marcadas. A escrita ciborgue é local, situada, marcada.

numa Oficina de Corpo onde foi pedido a todos que fechassem os olhos. Foi quando Alice disse:

- Faz diferença sim fechar o olho. Porque eu vejo um clarão, faço tudo no clarão. Vivo o tempo todo no clarão, tudo igual, claro, aceso. Minha cegueira é um clarão mas eu sei quando a noite chega, porque à noite o clarão é diferente. Então, fechar o olho, faz diferença sim, fica tudo diferente.

E prosseguiu:

- Mas não gosto de fechar o olho não! É ruim. Eu sinto uma coisa aqui, uma coisa aqui – um sofrimento (diz, apontando para a garganta). É aqui que dói, é aqui que dói. É mentira, é mentira a pessoa que perde a visão não falar da tristeza. Eu sonho sempre que estou enxergando e é bom, mas quando eu acordo é um horror: o clarão, o clarão! Dá uma depressão danada.

Cena 2: Juliano¹⁴

Juliano, entre 20 e 25 anos, chega à Oficina de Corpo. Aos 10 anos de idade, sua visão começou a declinar, até que recentemente ficou totalmente cego. Ele andava sempre com a mãe e ela nos disse: “a cegueira do Juliano foi uma tragédia. Enquanto ele via, eu aceitava, mas depois da cegueira, foi o fim, foi inaceitável”. Juliano e a mãe tinham muita vergonha de frequentar a Instituição especializada - “era tornar visível para todo mundo a cegueira dele”. A irmã de Juliano, mais velha, também era cega. E eles viviam em casa, quase não tinham laços sociais, fora da família. Juliano decidiu procurar uma instituição especializada, ainda que com muita vergonha. Um dia, numa das Oficinas de Corpo, Juliano começa a gritar:

- Eu não estou ouvindo, eu não estou ouvindo. Ai que angústia, não estou ouvindo, não ouço nada!!!! Eu não vejo, e agora não ouço!!!

O grupo todo fica atônito, aquela angústia toma todo o espaço. A pesquisadora se aproxima de Juliano, toca no seu braço e diz no seu ouvido, bem pertinho:

- Eu estou aqui, estou perto de você, não vou te deixar sozinho.

Juliano vai se acalmando, o grupo também. Ele perdia a audição.

Outras cenas: considerações finais

No meio da travessia, o solavanco – o substantivo, algo que parece produzir uma sensação de parada no processo da pesquisa. Nas cenas acima, o que insistia eram as perdas. Foram muitos os encontros nos quais estas falas apareciam, insistiam, voltavam, vinham de novo, retornavam. Sem dúvida, elas vinham acompanhadas de muitas outras que falavam da reinvenção da vida após a cegueira. “Só porque o olho é perto do cérebro, as pessoas acham que os cegos têm problemas na cabeça. Quando a gente fica cego, a gente apura a pele toda”, comentou um jovem cego congênito, durante um dos encontros de pesquisa. Ou ainda, num outro encontro, um menino que tinha em torno de 15 anos e que havia ficado cego há pouco mais e dois anos, comentou: “Cegos jogam queimado como qualquer pessoa! Alguém joga queimado sem gritar? Além do guizo na bola, há os gritos das pessoas, o vento que se sente quando alguém passa correndo perto da gente, as vibrações do chão, há muitas coisas acontecendo no jogo de queimado e o cego aprende a perceber estas outras coisas...”. Tais falas apontam para as reinvenções da vida, para os arranjos singulares que são postos em ação no cotidiano daqueles que perdem a visão. Elas operam uma complexificação nas fronteiras entre eficiência e deficiência e apontam para as conexões – as marcas – que fazem as pessoas fazerem coisas, agirem no cotidiano.

Mas por que neste texto trago fragmentos do campo que apontam para a perda? Num primeiro momento, retomar tais falas parecia colocar em xeque a aposta fundamental da pesquisa: interferir na concepção de deficiência como falta, subverter o seu correlato, a concepção de que há uma normalidade não marcada. Mas a perda, de algum modo, retorna no campo. O que fazer com isso que retorna, insiste, volta?

No percurso da pesquisa, fui me dando conta de que o grande desafio que o campo nos coloca é o de sermos fiéis aos acontecimentos. Mas o que quer dizer sermos fiéis ao campo? Por certo que esta “fidelidade” não diz respeito a uma relação de espelho entre o que narramos e o acontecido. As narrativas que fazemos nos nossos relatos de pesquisa são como mosaicos que compomos e não decalques. Logo, a fidelidade a que me refiro diz respeito à política ontológica, isto é, à realidade que performamos com os nossos textos. As concepções mais clássicas de método de pesquisa, muitas vezes, parecem apagar esta dimensão performativa do método, o que produz um efeito de que a realidade

¹⁴ O material relatado foi publicado em versão ampliada em Moraes, Lima e Manso, 2011.

é como é, está dada. No modo como venho discutindo o que é pesquisar, não há como separar o método - e epistemologia - da política.

Nos encontros de pesquisa, nós, pesquisadores, somos também interpelados por aqueles que pesquisamos. Há, nesta interpelação, alguma coisa como uma exigência e talvez a fidelidade a que me referia acima diga respeito a uma dupla exigência: de um lado, feita pelas interpelações que recebemos do outro que interrogamos e, de outro lado, pelas nossas apostas políticas e epistemológicas.

Sim, o outro que interpelamos, nos interpela de volta, cobra que testemunhemos também uma dor, quase indizível, que é perder a visão e, para Juliano, também a audição. O outro exige que sejamos dignos do trabalho que fazemos juntos, COM eles e não SOBRE eles (Moraes, 2010). Eis aí o que me pareceu ser uma exigência que importava (no sentido da expressão em inglês: *matter of concern*).

É mais uma vez Gagnebin (2006) que nos ajuda a pensar no que fazemos com os acontecimentos do campo. Ela retoma Primo Levi (1988), um químico italiano, capturado pelos nazistas no período da II Guerra Mundial e levado ao campo de extermínio, onde permaneceu um longo tempo e sobreviveu. O italiano escreveu relatos impressionantes sobre a experiência passada sob o domínio dos nazistas. A autora menciona o sonho de Primo Levi (1988) no qual ele está contando os horrores vividos no campo de extermínio e o público se retira, se recusa a ouvir, vai embora. Nas palavras da autora:

No sonho de Primo Levi (...) para desespero do sonhador, [os ouvintes] vão embora, não querem saber, não querem permitir que essa história, ofegante e sempre ameaçada por sua própria impossibilidade, os alcance, ameace também sua linguagem ainda tranquila; mas somente assim poderia essa história ser retomada e transmitida em palavras diferentes. Nesse sentido, uma ampliação do conceito de testemunha se torna necessária; testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos (...) a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (Gagnebin, 2006, p. 57).

Não ir embora. Levar adiante a palavra do outro, como num revezamento. Narrar e

testemunhar se conectam. Pesquisar é verbo. No percurso, na travessia destes anos de pesquisa, fui me dando conta que este “não ir embora” é necessário. Fui me dando conta de que nas narrativas de campo, de algum modo, estas palavras do outro, precisavam aparecer, conectar-se com as muitas outras versões de deficiência que apostam nas reinvenções da vida. Porque suprimir estas palavras das narrativas de pesquisa, acaba por gerar uma versão romantizada de cegueira – versão desencarnada e que não é de ninguém – ignorar esta dimensão, deixá-la na obscuridade é, me parece, quase um insulto. É deixar de fora o fato de que a reinvenção da vida se faz nos laços, nos vínculos que cada um constrói articulando outras pessoas, bengalas, ventos, braille, gritos, vibrações do chão, pele, bolas, guizos, conquistas e perdas. Pôr em xeque as versões essencialistas de deficiência é uma aposta político metodológica do trabalho que realizo. Mas se ambição é interferir nas concepções de normalidade não marcada, desfazer as versões de deficiência como falta, como déficit, o pesquisador narrador sucateiro não pode deixar de pegar estas palavras, levá-las adiante e também com elas refazer o presente, e também com elas pôr em xeque as versões totalizantes e desencarnadas da deficiência, quaisquer que sejam elas. É apenas aceitando e enfrentando este desafio que posso efetivamente afirmar que, neste caso, o conhecimento é situado: um conhecimento que parte de algum lugar e fala de (COM) alguém.

Referências

- Belarmino, J. (2004). *Aspectos comunicativos da percepção tátil: a escrita em relevo como mecanismo semiótico da cultura*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Despret, V. (1999). *Ces émotions que nous fabriquent*. Paris: Lês Empecheurs de Penser en Rond.
- Despret, V., Chauvent, A. & Lemaire, J-M. (1996). *Clinique de la reconstruction. Une expérience avec les réfugiés en ex-Yougoslavie*. Paris: L'Harmattan.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Moraes, M. Pesquisar: verbo ou substantivo? Narrativas de ver e não ver.

- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: A Vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Gagnebin, J. M. (2006). *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34.
- Haraway, D. (2000). Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: D. Haraway, H. Kunzru & T.T. Silva (Orgs.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Latour, B. (2008). *Reassembling the social. Una introducción a la teoría del actor-rede*. Buenos Aires: Manantial.
- Latour, B. (2002a). *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. São Paulo/Bauru: EDUSC.
- Latour, B.(2002b). *A dialog on ANT*. Recuperado em 10 março, 2005, de <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/90-ANT-DIALOG-LSE-GB.pdf>
- Latour, B. (2001). *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: Edusc.
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Law, J. (2004). *After method. Mess in social science research*. London: Routledge.
- Law, J. & Mol, A. (1995). Notes on materiality and sociality. *The Sociological Review*, 43(2), 274-294.
- Levi, P. (1988). *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco.
- Martins, B. S. (2006a). *E se eu fosse cego? Narrativas silenciadas da deficiência*. Portugal: Afrontamento.
- Martins, B. S. (2006b). *A Cegueira como Transgressão: corpos marcados aos corpos que marcam*. Recuperado em 15 julho, 2009, de http://www.apantropologia.net/publicacoes/acta_scongresso2006/cap7/MartinsBruno.pdf
- Mol, A. (2008). *The logic of care. Health and the problem of patient choice*. London: Routledge.
- Mol, A. (2007). Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In: J. A. Nunes & R. Roque (Orgs.). *Objetos impuros – Experiências em Estudos Sociais da Ciência*. Porto: Edições Afrontamento.
- Moraes, M. (2011). Modos de Ordenar Eficiência e Deficiência Visual: Breve Leitura de um Documento. *Revista Pesquisa e Práticas Psicossociais*, 6(1), 53-61.
- Moraes, M. (2010). Pesquisar COM: Política ontológica e deficiência visual. In: M. Moraes & V. Kastrup (Orgs.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa COM pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora / Faperj.
- Moraes, M. (2008). A contribuição da antropologia simétrica à pesquisa intervenção em psicologia social: uma oficina de expressão corporal com jovens deficientes visuais. *Psicologia e Sociedade*, 20(esp.), 41-49.
- Moraes, M. & Arendt, R. (2011). Aqui eu sou cego, lá eu sou vidente: modos de ordenar eficiência e deficiência visual. *Caderno CRH (UFBA. Impresso)*, 24 (61), 109-120.
- Moraes, M. & Kastrup, V. (Orgs.). (2010). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa COM pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora / Faperj.
- Moraes, M.; Lima, L. F. F. & Manso, C. C. (2011). Variações sobre ver e não ver: dois relatos de casos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(1), 101-110.
- Moser, I. (2000). Against normalization: subverting norms of ability and disability. *Science as Culture*, 9 (2), 201-240.
- Oliver, M. (1996). *Understanding disability. From theory to practice*. London: Palgrave.

Recebido: 02/08/2011
Revisado: 20/09/2011
Aceito: 04/10/2011

A pesquisa em psicologia social: substantiva e processual

Research in social psychology: substantive and procedural

Ronald João Jacques Arendt¹

Resumo

A pergunta colocada por uma das mesas-redondas do IIº Colóquio Internacional Entre_Redes foi se pesquisar é um verbo ou um substantivo. Tal pergunta pode ser recolocada no contexto da psicologia social: seria esta substantiva ou processual? Como abordar o problema do objeto da psicologia social? Repassando contribuições conceituais de autores contemporâneos como John Law e Vinciane Despret o autor deste ensaio conclui que o pesquisador ao mesmo tempo agiria a partir da aprendizagem do que foi construído por aqueles que o precederam e pela retomada das teorias que se criaram antes deles e com os quais ele manteria relação. A pergunta que inquirir se o ato de pesquisar seria mais afim a uma situação dada ou processual sugere-se substituir a conjunção ou pela conjunção e. A prática do pesquisador em psicologia social ganharia um sentido mais próximo à arte que ressaltaria seu movimento, sua inclinação diante da autonomia daquilo com o qual ele estaria compondo, no duplo sentido do que entra nas suas composições e no sentido que ele deve “compor com”.

Palavras-chave: Psicologia não moderna; Psicologia Social; Pesquisa substantiva; Pesquisa processual.

Abstract

The question posed by a round table of the II International Colloquium Entre_Redes was if research is a verb or a noun. This question can be replaced in the context of social psychology: would it be substantive or procedural? How to address the subject of social psychology? Reviewing conceptual contributions of authors such as John Law and Vinciane Despret the author of this essay concludes that at the same time a researcher acts upon learning that was built by those who preceded him and the resumption of the theories that were created before him and with which he maintains a relationship. To the question inquiring whether the act of searching is more akin to a given situation or procedural one suggests to replace the conjunction or by the conjunction and. The practice of research in social psychology gains a meaning closer to art that would highlight its movement, its inclination on the autonomy of that with which he was composing in the double sense of what goes into their composition and the sense that he should "compose with".

Keywords: Non modern Psychology; Social Psychology; Substantive research; Procedural research.

¹ Pós-Doutorado pela Université de Paris VIII, Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da UERJ. Endereço para correspondência: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Departamento de Psicologia Social e Institucional, Rua São Francisco Xavier, 524 - sala 10019/Bloco F, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 20.559-900. Endereço eletrônico: arendt.ronald@gmail.com

Como professor e pesquisador de História da Psicologia e de Psicologia Social, venho há anos pesquisando qual seria o objeto da psicologia. Mais precisamente: venho procurando refletir sobre o seu objeto a partir do pensamento contemporâneo. Na psicologia moderna, o campo é aparentemente estável e as respostas relativamente simples: trata-se de estudar o comportamento humano, para além do social ou cultural, através de leis com alcance geral e universal. Se, entretanto, abordarmos o problema a partir de um ponto de vista não moderno – e este será o tema deste ensaio, a questão ganha um sentido novo. Existiria uma psicologia ‘tout court’ e outra, que seria ‘social’? Como abordar o problema do objeto da psicologia social? Se esta questão ainda está em aberto, posso afirmar com certeza, pelo menos a partir deste ponto de vista não moderno, o que a psicologia social não seria. A psicologia social não seria a junção, articulação ou ponto de encontro de uma instância psicológica com outra sociológica. Bruno Latour recentemente colocou este problema com clareza (Latour, 2006). Segundo ele, não é legítimo acrescentar o adjetivo social a um fenômeno. Ao aceitar esta prática, o pesquisador estaria fornecendo uma ‘explicação social’ ao estado de coisas adjetivado. Haveria que mudar o objeto e o método das ciências sociais. Nenhuma força social se ofereceria para ‘explicar’ os fenômenos residuais de que os outros domínios não conseguiriam dar conta. O ‘social’ não seria uma cola capaz de tudo vincular. “Enquanto os sociólogos (ou economistas sociais, linguistas sociais, psicólogos sociais) tomam os agregados sociais como um dado suscetível de esclarecer os aspectos residuais da economia, da linguística, da psicologia, da administração, etc.” em sua perspectiva, ao contrário, estes agregados sociais é que se necessitariam ser explicados “a partir das associações próprias à linguística, à psicologia, ao direito, à administração, etc.” (p.13).

Latour, portanto, inverte a questão. Na expressão ‘psicologia social’ seriam as associações próprias à psicologia que poderiam dar conta do termo ‘social’ e não o contrário. Como desenvolver esta proposta conceitual²? Penso que poderíamos partir de outro pensador que também foi um mestre na inversão de argumentos, William James. Em um artigo clássico (James, 1884), ele afirma que o modo natural de pensar sobre as emoções segue a seguinte sequência: a percepção de um fato

excitaria a afecção mental que chamamos de emoção e este estado mental propiciaria sua expressão corporal. James inverte os termos deste modo de pensar. É o corpo que muda seguindo diretamente a percepção do fato excitante e a sensação desta mudança será a emoção. Sem os estados corporais seguindo as percepções, as últimas seriam puramente cognitivas.

Mais de um século depois, Despret (2001) retoma o argumento de James. O acento será dado à indeterminação que caracteriza a forma pela qual atores descrevem a experiência corporal que, segundo James, caracterizaria a emoção: emoções podem ser, ao mesmo tempo, causa e efeitos, produtos de mudança e vetores de modificação, podem ser entendidas no duplo sentido de que fabricamos e somos fabricados. Despret dirá que elas podem propor novas definições delas mesmas, permitindo aos indivíduos transgredir e resistir. Nesta versão, emoções ganham uma dimensão social - elas podem ser singular e coletivamente negociadas - e uma dimensão antropológica - um pesquisador perguntar-se-á se certas questões farão ou não sentido para os outros e o que elas representam em termos de negociação, mudança e possibilidade de construção de um mundo comum, o quanto elas participam ativamente da criação do social.

John Law em seu livro *After Method* (Law, 2004) traz um exemplo significativo desta criação negociada do social. Ele relata um trabalho de campo efetuado por Marianne de Laet e Annemarie Mol. Trata-se da descrição do desenvolvimento e difusão de uma tecnologia particular, uma bomba d’água no Zimbábue. A política do governo era que os habitantes dos vilarejos se organizassem num coletivo que tivesse a responsabilidade de instalar e manter a bomba. O interesse das pesquisadoras pela bomba foi o sucesso por ela alcançado. Este se deveria, segundo elas, à sua forma sempre mutante que configuraria uma tecnologia fluida. Embora todas as bombas fossem iguais ao sair da manufatura, quando instaladas e mantidas perdiam a uniformidade original. À medida que as peças quebravam, ficavam velhas e precisavam ser substituídas, ocorria um fazer local que surpreendia até mesmo o inventor da bomba, pelas inovações introduzidas pelos aldeões para manter suas bombas funcionando. Embora a política do governo insistisse na criação de um coletivo que tivesse a responsabilidade pela bomba, frequentemente isto não ocorria e ela era cuidada por algumas famílias ou por algum outro tipo de arranjo compartilhado. Law ressalta que as diferenças constatadas na forma da bomba, de vilarejo a vilarejo, não teriam ocorrido com uma tecnologia rígida. A chave do sucesso da tecnologia

² Reporto à leitura do volume organizado por Ferreira, A. A. L., Freire, L., Moraes, M. & Arendt, R. J. J. (2010) *Teoria Ator-Rede e Psicologia*, R. J.: Nau Editora, para uma tentativa de pensar a psicologia a partir de um ponto de vista não moderno.

foi sua fluidez, sua capacidade de mudar de forma e se refazer em cada contexto.

O que penso ser importante ressaltar neste exemplo é a não uniformidade dos atores. Não uniformidade do objeto técnico pesquisado, não uniformidade da recepção deste objeto pelas diferentes coletividades estudadas, não uniformidade daqueles que assumiram a responsabilidade pela instalação e manutenção do dispositivo. A questão não é mais tanto a de uma articulação entre o individual e o coletivo enquanto instâncias prontas, como na psicologia social tradicional. A questão passa a ser como um conjunto de práticas heterogêneas concomitantes e processuais em cada coletivo faz fazer (na expressão de Bruno Latour³) os atores. Neste exemplo, para um psicólogo social não moderno, o interesse da pesquisa passaria a ser quem ou que grupo se responsabilizou pela bomba, como ela passou a ser cuidada, que dispositivos precisaram ou foram inventados para que o problema de ter água pura pudesse ser resolvido. Embora Law, Laet e Mol não falem sobre emoções ou cognições, elas estão entremeadas e colocadas em cena pelas práticas dos aldeões. Se, como Law e Mol (1995) já colocaram há tempos, o material vira social e o social vira material, este processo não iria adiante não fosse a disponibilidade apresentada pelos mantenedores da bomba em cuidá-la e a confiança implícita que eles recebem do coletivo. Penso que esta é uma forma compatível com a observação acima colocada de conceber as associações próprias à psicologia enquanto distribuídas no processo de constituição deste coletivo, o sujeito inventando formas de criação de mundos e a sua realidade sendo inventada pelos objetos técnicos que o cercam.

O tema do cuidado, que emerge no exemplo acima, está longe de ser simples. Ele reaparece anos depois em outro texto de Mol (2008) cujo tema é o tratamento de pacientes com a doença da diabete. Em linhas gerais, o argumento de Mol é que, para comportamentos crônicos, comportamentos que precisam ser retomados pelos atores a cada dia, deve funcionar uma lógica do cuidado. O contexto é outro, mas as coordenadas são as mesmas do exemplo no Zimbábue. Trata-se de estudar como a realidade é performada pelos atores e como estes se unem para manipular e colocar em cena a realidade - aqui do tratamento -, como médicos, pacientes,

³ No início de um texto dedicado a analisar o conceito de vínculo na teoria do ator-rede, Latour cita uma frase do sociólogo Antoine Hennion: “Eu faço o que quero, ou seja, nada. Eu sou o que me acontece, ou seja, tudo” (Latour, 1998/2000, p. 01). Neste sentido, na repetição do termo fazer, “dirigimos nossa atenção ao que nos *faz agir*” (Latour, 1998/2000, p.3).

enfermeiros e objetos técnicos, como o aparelho que mede a quantidade de insulina no sangue, se articulam, como são negociadas as soluções e inventadas estratégias e dispositivos para efetivá-lo. Como emerge uma responsabilidade pela busca cotidiana da saúde. Há um conjunto de problemas e práticas anteriores que faz fazer um coletivo heterogêneo particular que gera soluções nem sempre transferíveis de uma situação para outra.

Podemos reencontrar a mesma tensão entre uma instância que faz fazer e outra que faz na obra de Vinciane Despret, em sua participação numa intervenção terapêutica em um campo de refugiados da guerra na ex-Iugoslávia (Despret, Chauvent & Lemaire, 1996). Nesta intervenção, era possível constatar um duplo movimento: por um lado os terapeutas e as famílias dos refugiados aceitavam a herança dos quadros terapêuticos e a importância de se colocar em prática um processo terapêutico. Por outro lado, a cultura dos terapeutas conflitava com a cultura das famílias dos refugiados, o que levava, na prática, a uma resistência aos procedimentos da equipe de terapeutas. Despret menciona então importância do que ela chama de terapia dos espaços em branco, “espaços de liberdade, de criatividade ou adaptabilidade que autorizam a flexibilidade do corpo teórico” (op. cit., p.159). Foi no seio destes espaços “que a cultura, os modos de aquisição da confiança e de expressão da solicitude e as adaptações à singularidade de cada uma das situações criaram novas modalidades do dispositivo terapêutico” (idem). No mesmo sentido, a autora questionará a docilidade do cientista aos pré-requisitos recebidos das ciências (Despret, 2004, p. 124), ou ressaltará a riqueza que uma herança poderá proporcionar aos herdeiros quando ela não for tomada ao pé da letra – estou me referindo às análises preciosas que Despret efetua sobre o conto árabe do 12º camelo no seu já citado livro sobre as emoções⁴ (Despret, 2001). Seus recentes estudos sobre a arte (Despret 2010a, 2010b) caminham no mesmo sentido e permitem precisar a forma que estou procurando dar à psicologia social não moderna.

Ao comentar a obra do artista plástico belga Bob Verschueren, Despret (2010a) observa que este, em seu confronto arriscado e lúdico com o

⁴ Um pai chama os seus filhos e lhes diz: tenho onze camelos, lego a metade ao mais velho, um quarto ao do meio, um sexto ao mais novo. E morre. Desesperados, eles não sabem como efetuar a divisão deixada como herança. O 12º camelo de um velho sábio permite cumpri-la: o primeiro irmão recebe seis camelos, o segundo três, o terceiro dois, e o camelo que propiciou a divisão é devolvido ao dono. Despret nos dirá que o 12º camelo *não é* a solução ao problema, mas aquilo que o transforma de um modo tal que permite a possibilidade de construí-la (op. cit. p. 29).

mundo, termina por exibir sua captura pelos objetos com os quais trabalha - plantas, árvores, frutas, grãos. “Somos sem cessar capturados, tomados por projetos que acreditamos serem nossos” (Despret, 2010a, p. 03), diz ela. O artista, porém, ainda que capturado por estes objetos, os transporta, os combina e os inscreve em novas relações de beleza. Como se daria esta criação concomitante a uma captura?

O dobramento da obra de um pintor ou artista passa pela aprendizagem dos gestos daqueles que nos precederam, pela retomada, ainda e sempre, dos temas que se criaram antes de nós e com os quais cada artista mantém a relação. O que faria dele (ou não) o autor de uma obra, pergunta Despret? A proposta da autora é encaminhar este problema através do pensamento do filósofo francês Étienne Souriau. Para este, uma obra de arte é instaurada pelo artista. Formular o problema desta maneira é insistir no fato de que o artista não é a causa da obra (ela não é suficiente à sua própria causa), ele é responsável por ela, ele tem a responsabilidade daquele que acolhe, recolhe, prepara, explora a forma da obra, ele aprendeu a responder a ela, à sua realização ou ao seu fracasso enquanto obra (Despret, 2010b).

O não acabamento da obra em Souriau, continua Despret, “se inscreve não entre a obra e seu destinatário, mas entre a obra a fazer e aquele que vai se dedicar a ela, aquele que vai responder por ela”. Ainda que o ser da obra exista antes da realização do artista, e ainda que este deva se inclinar frente à sua vontade, ela não aconteceria sem o artista que por ela se responsabilizasse. Por outro lado, o artista só produzirá a obra a fazer quando capturado por ela.

Esta forma de abordar a criação retira do criador seu estatuto de excepcionalidade e remete o problema à “força de convocação da obra a fazer” que Despret chama de autonomia da obra. Ainda no comentário à obra de Bob Vershueren, ela ressalta o movimento do artista em se inclinar diante da autonomia daquilo com que ele compõe, no duplo sentido do que entra nas suas composições e daquilo que ele deve “compor com”. Num outro contexto de problemas e com outra terminologia, reencontramos aqui o tema da psicologia social não moderna, que atravessa este ensaio.

A guisa de conclusão, resalto que as especulações acima desenvolvidas propõem um modo de pensar e realizar a prática da psicologia como uma ética da responsabilidade e que se revela, em termos de pesquisa, como uma prática que ao mesmo tempo não desconsidera as heranças e se abre experimentalmente às possibilidades inéditas que elas oferecem. No âmbito da investigação, não seriam os pesquisadores que

definiriam os problemas a serem por eles encaminhados, eles atuariam num contexto que faz fazer. Nos parágrafos anteriores, através da leitura de Souriau efetuada por Despret, procurei mostrar como os artistas são os responsáveis pela obra a fazer. Não seria possível recolocar a questão no âmbito da pesquisa e considerar que os pesquisadores seriam responsáveis pela pesquisa a fazer? Neste sentido, por um lado, eles ao mesmo tempo agiriam a partir da aprendizagem do que foi construído por aqueles que os precederam, pela retomada, ainda e sempre, das teorias que se criaram antes deles e com as quais cada cientista manteria relação. Por outro, para formular questões pertinentes e interessantes, haveria que pesquisar com os atores e não sobre eles e abrir-se ao risco da invenção, da novidade, estudando como a realidade é performada pelos atores e como estes se unem para manipulá-la, cuidá-la e colocá-la em cena. Frente à pergunta que inquirir se o ato de pesquisar seria mais afim a uma situação dada ou processual (substantivo ou verbo), eu substituiria a conjunção ou pela conjunção e. A prática do pesquisador ganharia um sentido mais próximo à arte que ressaltaria seu movimento, sua inclinação diante da autonomia daquilo com que ele estaria compondo, no duplo sentido do que entra nas suas composições e no sentido de que ele deve “compor com”. Tal como Bob Verschueren, ele tem que compor com os atores (humanos e não humanos) que o convocam.

Referências

- Despret, V., Chauvent, A. & Lemaire, J-M. (1996). *Clinique de la reconstruction. Une expérience avec les réfugiés en ex-Yougoslavie*. Paris: L'Harmattan.
- Despret, V. (2001). *Ces émotions qui nous fabriquent: ethnopsychologie de l'authenticité*. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond/Le Seuil.
- Despret, V. (2004). The body we care for: figures of anthropo-zoo-genesis. *Body and Society*, 10(2-3), 112-132.
- Despret, V. (2010a). Expérimenter la dissémination. Mimeo.
- Despret, V. (2010b). De la double autonomie des oeuvres de nature. Prolongation du dialogue avec Bob Verschueren. Mimeo.

Ferreira, A. A. L., Freire, L., Moraes, M. & Arendt, R. J. J. (2010). *Teoria Ator-Rede e Psicologia*. Rio de Janeiro, RJ: Nau Editora.

James, W. (1884). What is an emotion? *Mind*, 9, p.188-205.

Law, J. (2004). *After Method*. London, Routledge.

Law, J. & Mol, A. (1995). Notes on materiality and sociality. *The Sociological Review*, 43(2), 274-294.

Latour, B. (2006). *Changer de société – Refaire de la Sociologie*. Paris: La Découverte.

Latour, B. (1998/2000). Fractures/fractures: de la notion de réseau à celle d'attachement. In A. Micoud & M. Peroni (Orgs.). *Ce qui nous relie*, Editions de l'Aube, La Tour d'Aigues, 189-208. Recuperado em 16 setembro, 2011, de <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/76-FAKTURA-FR.pdf>

Mol, A. (2008). *The Logic of Care. Health and the problem of patient choice*. London: Routledge.

Recebido: 06/08/2011
Revisado: 14/09/2011
Aprovado: 20/09/2011

Vinciane Despret comenta as apresentações de Márcia Moraes e Ronald Arendt¹

Vinciane Despret: Eu me sinto muito honrada pela maneira como vocês reconectaram meu trabalho de uma outra forma, me mostrando coisas que eu não via.

Em primeiro lugar, farei um elo com o trabalho da Márcia que, sem me dar conta, eu já havia começado a tecer. Trata-se de perguntar se as narrativas são trabalhos científicos ou obras artísticas. Perguntar se as narrativas que ela propõe fazem parte de um trabalho científico ou de uma obra artística.

Márcia Moraes: Científico

Vinciane Despret: Acho que, se a Márcia responde a minha pergunta rápido demais, falta-lhe recalitrância. Minha pergunta pode não fazer sentido se pensamos na separação entre obra artística e trabalho científico. Temos por hábito considerar que o trabalho artístico é desprovido de rigor, contudo, o fotógrafo Hubert Grooteclaes, que foi, em particular, o fotógrafo de Léo Ferré. Ele morreu há pouco, mas eu tive a sorte de conhecê-lo. Dizia que suas fotos eram o rigor na imprecisão e que era preciso tanto rigor quanto mais havia de imprecisão. Assim, eu começo a tecer um elo entre a exposição da Márcia e a do Ronald, ou seja, entendendo que as narrativas são criações. Mas eu encontro em Ronald algo que me dá uma razão a mais para repensar segundo a maneira como você [dirigindo-se à Márcia] falava. Quando você nos falava sobre as narrativas que você produz e sobre a multiplicidade necessária dessas narrativas, você dizia “há sempre coisas que eu deixo de fora e que não retornam nas narrativas, mas que insistem em entrar”. Eu pensei, no momento em que você nos contava isso, como é interessante que as metáforas da visão e da não visão impregnaram o seu próprio percurso de texto, as suas próprias narrativas. Ou seja, havia um “fora de campo”, como dizemos no cinema. Penso também que na sua maneira de trabalhar com as pessoas com perda de visão, há uma cumplicidade entre as suas narrativas e o que elas vivem. Portanto, são narrativas como um processo que aceita que há coisas que insistem em ficar e que não serão jamais percebidas. Penso que o mundo das pessoas com perda de visão é um mundo que insiste no “fora de campo”. E foi isso que eu pensei, no momento em que você falava. Há algo também que o Ronald me faz ouvir e você o disse: que de certa maneira, é uma forma de

lembrar sempre que não poderemos jamais oferecer uma explicação. O que fazemos não é uma explicação, mas algo que acompanha. São narrativas que não podem explicar, mas que podem acompanhar. E quanto mais numerosas elas são, mais podem lembrar que não possuem uma função de realidade, mas uma função possível de verdade a fazer. Então, eu respondo ao que o Ronald comentou sobre meu trabalho, dizendo que a narrativa tem uma verdade a fazer. Assim como a obra está por fazer, a verdade também está por fazer. O que me agrada nessa ideia, é que não estamos em uma ótica construtivista, cada qual com sua verdade, pois a verdade ao mesmo tempo preexiste e não preexiste. Ela está por fazer, ou seja, ela já existe como apelo, assim como uma obra clama por ser feita, mas nada nos garante que ela será realizada, que ela será encontrada e que poderá ser instaurada. O que quer dizer, então, que não estamos em uma ótica construtivista, mas numa ótica ao mesmo tempo extremamente realista e que estamos na psicologia social não moderna, pois se há uma realidade a fazer, ela tem sua autonomia. Não faremos qualquer coisa. Mas com quem será preciso compor? E o que entrará nesta composição? Eu passo agora para a etapa do Ronald.

No momento em que Ronald terminava o seu texto, eu comecei a anotar freneticamente. Em primeiro lugar, porque você me mostrava como o pesquisador se encontra em uma posição de responsabilidade, porque ele é responsável pela verdade a fazer. Lembro que “responsabilidade”, na nossa língua, é aprender a responder. É responder por aquilo que fazemos, mas é também responder àqueles a quem propomos aquilo que fazemos. Outra coisa que me ocorreu é que eu sempre tive uma dificuldade e, de repente, me parece que você me mostrou a via, não para resolver a dificuldade, mas para começar a negociar com ela. A dificuldade é como sair do dilema, por um lado, de uma psicologia que diz que para ensinar algo às pessoas é preciso que seja algo contra-intuitivo, que se diga coisas que ninguém saiba e, por outro lado, uma versão mais populista que diz que não, a psicologia não pode se opor àquilo que as pessoas pensam de si próprias. Então, para que a psicologia serve, se diz aquilo que todos já sabem? E como pode ela ser verdadeira se vai de encontro ao que todos sabem? Portanto, temos: ou uma psicologia que diz aquilo que todos já sabem, ou uma psicologia que nos ensina algo, mas com a qual as pessoas não estariam de acordo, normalmente. Mas

¹ Ajustes feitos pelos autores das mesas. **Revisão técnica:** Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo.

podemos nos perguntar se, nesse momento, não seria ela uma imitação ruim da física, pois sabemos que a física deve ser contra-intuitiva.

Como saímos desse impasse? Quando Ronald diz que o pesquisador é responsável pela pesquisa a fazer, de alguma forma é como se o pesquisador fosse uma etapa nessa construção, um mediador, um intercessor, um artista, entre uma verdade que está por fazer e todos os materiais que podem compor a verdade da vida das pessoas. Essa verdade não terá necessidade de ser repetida ou refutada, mas composta de outra forma, como nas narrativas trazidas pela Márcia. Talvez, nesse momento, possamos dizer que os pesquisadores são como os artistas, quando eles servem de etapa com relação a outras imagens, das quais são os herdeiros. Por exemplo, a Vênus é uma temática que cada artista vai retomar à sua maneira, portanto, a Vênus é retomada por alguém que vai renová-la. Assim os artistas aprendem a responder à exigência da obra e a conectar o que é passado com o que é futuro. Como exemplo, faço referência aos trabalhos de Gell², antropólogo da arte, que diz que cada obra é sempre um movimento do passado que se transmite aos artistas futuros. Digo que, talvez, os pesquisadores façam algo mais ou menos dessa ordem. Interceder, talvez, em nome de uma verdade que está por fazer e que o psicólogo social talvez crie obras que são identidades, sabendo que essas identidades não surgem do vazio, mas que são como as obras a fazer, que elas pedem, que elas convocam, que elas mobilizam e que elas obrigam o pesquisador a trabalhar para fazer com que existam de maneira fiel, o que seria um oxímoro, fazer existir de forma fiel, mas que nesse caso toma pleno sentido. Para retomar os pontos de interesse nas apresentações feitas nesta manhã, vejo o artista como alguém que aprende a tornar belo, de certa forma é aquele que faz ver aquilo que todos sempre enxergaram, mas faz ver de outra forma, de maneira que pensamos não ter visto antes. E a verdade é que não vimos. E o pesquisador, finalmente, seria aquele que – assim como o artista aprende a tornar belo – aprende a tornar interessante.

Então, a última coisa que temos, quando você chegou com o seu “e”, logo em seguida à Márcia, eu pensei, “é incrível, ele é um plagiador anacrônico”. E pensei que você o fosse com relação a mim também, pois o que você dizia de mim, tenho a impressão que foi você quem o escreveu em primeiro lugar. Obrigada.

2 Alfred Gell, autor do livro *Art and Agency*, defende que uma teoria antropológica da arte se caracteriza não por uma análise dos objetos de arte em si mesmos, mas sim por uma investigação das relações desenvolvidas/estabelecidas em torno das interações que os sujeitos realizam em função dos objetos.

Corpo-narrativa: considerações a partir de um corpo que dança

Narrative-body: considerations from a dancing body

Ana Claudia Lima Monteiro¹

Resumo

Este texto tem como objetivo pensar a construção de uma narrativa na qual o corpo seja pensado tanto como personagem quanto como um processo. Essa dupla concepção é possível na medida em que consideramos o corpo como algo que precisa dos encontros e das afecções que partilha para construir sua própria unidade. As experiências narradas neste texto têm uma peculiaridade: pertencem à pessoa que escreve o texto. Isto que poderia tornar o texto algo personalizado, escapa dessa armadilha na medida em que remete sempre à possibilidade de compreender as potências de um corpo que dança. Um corpo que dança não pertence a um sujeito que o domina, é o exato oposto: as habilidades da dança sempre põem em risco a linearidade e o domínio de um sujeito pensante e constituem uma narrativa que se expressa no próprio corpo.

Palavras-chave: corpo, afecção, narrativa.

Abstract:

This paper has the objective of thinking the construction of a narrative in which the body is thought either as a character or as a process. This double concept is possible insofar as we consider the body as something that needs the meetings and affections it shares in order to construct its own unit. The experiences narrated in this work have a peculiarity: they belong to the person writing this paper. This feature, which could turn the text somehow personalized, escapes this trap insofar as it always refers to the possibility of understanding the powers of a dancing body. A dancing body doesn't belong to a subject that masters it. It is exactly the opposite: the dancing skills always endanger the linearity and the mastering of a thinking subject and the dancing skills are narratives which express themselves in the body itself.

Keywords: body, illness, narrative.

¹ Doutora em Filosofia pela PUC-SP. Professora de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Endereço para correspondência: Rua Mem de Sá, 169/1903, Icaraí, Niterói, RJ, Brasil. CEP: 24.220-260. Endereço eletrônico: anaclmonteiro@yahoo.com.br

É preciso conceber uma fundação que tenha asas nos pés! Uma pessoa narra-se melhor do que se deduz. Os seus movimentos e os seus deslocamentos, desenhamo-los melhor do que os construímos. (...) às explicações locais rigorosas e reguladas corresponde uma globalidade móvel que, muitas vezes, a narrativa expressa melhor do que qualquer teoria.

Michel Serres (1997).

Pequenas narrativas

As inquietações que impulsionam esse texto possuem diversas origens, perpassam tanto meu caminho acadêmico teórico, quanto meu caminho pessoal. Seria muito difícil delimitar os momentos em que me deparei – e me intriguei – com as potências do corpo. Não apenas de minhas próprias conquistas e limitações, mas também quando estava em face às modificações tão evidentes na vida e no corpo de outras pessoas, próximas ou distantes. Porém, posso apenas apontar para dois momentos importantes no meu trajeto de inquietações: o primeiro, bem pessoal, é minha experiência com a dança; o segundo, mais “acadêmico”, é meu encontro com os escritos de Michel Serres sobre o corpo. Vale lembrar que entre estes dois momentos aconteceu algo importantíssimo: meu encontro com a Psicologia. Portanto, gostaria de compartilhar esse texto com vocês da mesma maneira como escrevemos uma história, pelo viés da narrativa, compreendendo o corpo, inclusive, como sendo algo que constrói e é construído nessa mesma narrativa.

O início de nossa caminhada necessita de um reforço, de um guia que nos possibilite, por um lado, compreender qual é o caminho que estamos traçando, e a isso eu chamarei de “método”, e por outro lado, sobre o que estamos falando, e a isso eu chamarei de “corpo”, meu objeto – ou, numa linguagem mais próxima a Serres (1997), meu personagem conceitual. Este guia serve para nos dar as pistas de como será traçado esse caminho. Em resumo, nosso guia nessa caminhada que narra as possibilidades e construção do corpo é o próprio trabalho de Michel Serres. É importante frisar que essa é uma escolha que não se dá pela legitimidade, ou pela veracidade das propostas do autor, mas pela possibilidade que esse autor traz de narrar o corpo, sempre o colocando em relação a outros personagens, que nos ajudam a compreender a maleabilidade de nosso objeto. A narrativa não pretende descrever o corpo, mas fazer emergir uma certa “corporificação”, uma resistência corporal a partir da construção do texto. O trabalho de Serres (2001) não apresenta um corpo pronto, um

substrato no qual as experiências podem ser “gravadas”. Ao contrário, Serres nos apresenta um corpo sensível que não é apenas um receptor passivo, o corpo é atuante, mesclado, tatuado, tangível. E é nessa tangibilidade do corpo que Serres nos propõe compreender suas metamorfoses. Assim, o corpo como personagem conceitual não está dado, não pode ser desvendado, estudado, descoberto, ele apenas pode ser seguido na medida em que são construídas as relações que lhe dão sentido. Dessa forma, não há “um corpo” que possa ser descrito, mas experiências corporais que podem ser compartilhadas.

Como podemos perceber, esse caminho não se apresenta como uma garantia de que, ao final da jornada, saberemos responder à pergunta sobre o que é o corpo, mas, por outro lado, seremos capazes de conhecer algumas possibilidades de relação que fazem emergir um corpo que sente, que é afetado pelo mundo que o cerca. Essas possibilidades também não se apresentam como palavras de ordem, como guias inquestionáveis e definitivos, mas apenas como uma forma de caminhar que permite ao corpo se expressar. Neste ponto, já encontramos um bom lembrete de viagem: uma jornada que pretenda encontrar aquilo que procura precisa permitir que esse “objeto” não esteja pronto, que ele possa se aprontar no caminho – como bem nos lembra João Guimarães Rosa (1986), o real está no meio da travessia.

Começemos nossa jornada com algumas lembranças. Existem dois momentos muito marcantes em minha vida bailarina que compartilho agora com vocês: o primeiro aconteceu quando eu era muito jovem e minha mãe, aconselhada por um ortopedista, me levou a uma academia de balé. Naquele momento, sem ter a mínima ideia do que era a dança, me apaixonei primeiramente pela beleza das roupas e pela delicadeza das sapatilhas (sem ter a menor ideia de todo o trabalho árduo que elas escondiam). Haveria um espetáculo dali a poucos meses e eu já poderia dançar! A perspectiva era fascinante diante dos meus olhos. Porém, como era aquela menina de uns 10 anos? Tímida, calada, medrosa e com uma relação com o corpo que era muito atravessada pela medicina: minha mãe era enfermeira, usei bota ortopédica, usei aparelho ortodôntico. - diga-se de passagem, uma medicina bem aos moldes da medicina ortopédica citada por Foucault - e também sentia todo aquele olhar de vigilância disciplinar bem presente. Além disso, estava no fim de uma infância rotulada de criança “gordinha”. Nesses primeiros anos de relação com a dança, era como se o mundo tivesse efetivamente se transformado, e eu me transformado com ele.

Toda a passagem para a adolescência foi atravessada por essa experiência corporal com a dança e, conseqüentemente, com um novo corpo que se formava – e com uma nova pessoa também.

Alguns anos se passaram e chegamos à segunda experiência que gostaria de relatar a vocês, um momento de extremo êxtase e de muita felicidade. Nesse dia, houve uma apresentação, num encontro das academias de Niterói, no teatro do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UFF (Universidade Federal Fluminense), pouco mais de um ano antes de eu ingressar no Curso de Psicologia dessa mesma Universidade. Este encontro era uma espécie de Mostra da Dança, na qual várias academias de Niterói e de cidades próximas apresentavam trechos de balés clássicos de repertório (Lago dos Cisnes, Dom Quixote, Quebra-Nozes), ou coreografias próprias. Neste dia, depois de muitos anos de aulas e ensaios intermináveis, adquirei a destreza corporal de uma bailarina, conseguia dominar a maioria dos difíceis passos do balé clássico. Iria dançar o *pas de deux* do balé Dom Quixote, com um excelente bailarino e *partner*. Estava extremamente nervosa e me vi frente à rampa do teatro lotado, com muito medo de errar. O espetáculo já tinha começado e o público já estava no interior do teatro (a rampa ficava do lado de fora). Foi uma cena marcante que demorei a compreender em suas múltiplas facetas. Naquele momento, tive uma forte vontade de sair correndo, de desistir, imaginando mesmo como seria correr pelas ruas de *tutu bandeja*, sapatilhas e uma flor vermelha no cabelo preso pelo coque bem feito. Seria divertido – e imaginei isso – se não fosse tão doloroso. Sim, um momento doloroso, de prova, de uma relação com o corpo singular. Desde que eu comecei a dançar meu corpo não apenas se tornou ágil, versátil e disciplinado, pois havia também momentos de rebeldia. Pode parecer estranho, mas todos os ensaios, treinos, todos os anos de dura produção de um corpo que dança nos exige não são suficientes para que não ocorram surpresas, ou seja, tanto esforço não faz do corpo algo submisso às regras. Pelo menos não o meu corpo, e isso sempre foi uma inquietação, essa errância que o corpo comporta.

Porém, esta história não será interrompida nesse instante, pois depois disso, eu retornei às coxias e entrei no palco. O que aconteceu a seguir foi um “acontecimento”, no sentido deleuziano dado a essa palavra. Não se trata apenas de dizer que foi um bom dia, que tudo transcorreu como deveria. Aconteceu algo mais, uma experiência com o corpo que, creio, não se repetirá, pelo menos não daquele jeito. No momento inicial, nos primeiros acordes e passos daquela linda

coreografia era como se meu corpo não me pertencesse, era como se ele dançasse sozinho. Fui tomada por uma emoção inexplicável, por uma alegria que parecia não caber em mim. E, na verdade, não cabia. Logo no início eu e meu *partner* terminávamos o prelúdio e nos olhávamos. Neste momento, algo na nossa troca de olhares já prenunciava uma ligação que estava para além dos passos dançados, como se diz no balé, a gente ia “arrasar”. Nós realmente éramos um só, e a plateia também participava deste mesmo *pathos*. Bem antes de estudar sobre o sentido das emoções, como elas são constituídas, senti em meu próprio corpo este extravasamento, o transbordar de uma experiência que, de forma alguma, pertence a uma interioridade constituída, nem mesmo às condições externas favoráveis. Que fique claro, não se trata aqui de enfatizar a habilidade desta pessoa que vos escreve, mas, de compreender que a aquisição de qualquer habilidade corporal não se apresenta de maneira puramente mecânica. Uma das grandes discussões, neste mundo da dança, é que ser um bailarino não significa apenas ter um corpo treinado, submisso aos movimentos complexos que lhe são exigidos, ao mundo disciplinado ao qual pertencem, aos rigores e ao ascetismo de uma vida dedicada à dança. Mesmo que isso perpassa a vida de quem dança, não é o que torna a dança algo sublime. Pelo menos, não para todos. Dançar bem é também transpor o público para esse *pathos*, que o corpo torna evidente a partir de seus movimentos. Em outras palavras, um bom bailarino não é apenas técnico, ele emociona o público.

A questão do *pathos* em sua relação com o logos

Gostaria de, por agora, interromper este percurso para me ater um pouco mais no sentido do que escrevi acima. Gostaria de pensar um pouco mais sobre a escolha da palavra *pathos* para descrever essa ligação entre o público e os bailarinos, para descrever, na verdade, a cena como um todo. Para isso, trago uma reflexão pautada em Górgias, mas não o Górgias de Platão, e sim aquele que escreve *O Elogio de Helena*. O Górgias que nos confunde com seu elogio irônico, que retira a culpa de Helena ao nos dizer que ela foi duplamente persuadida: pelo *pathos* e pela palavra. É interessante como Górgias utiliza tanto o *pathos* (a paixão de Helena, causada por Afrodite) e as belas palavras, proferidas por Paris. Na verdade, seria possível distinguir esses dois domínios? Creio que no caso do texto de Górgias seja exatamente este jogo entre palavras e afecções que se apresenta. É um jogo perigoso, no qual as afecções e as

palavras caminham juntas. O que pretendo refletir, a partir das considerações feitas acima, é que mesmo tão distante de nós – e principalmente, tão distante das cenas apresentadas no início do texto –, os primórdios da tradição retórica nos apresenta algo fundamental: o poder que as palavras têm em produzir afecções. Portanto, as palavras têm um objetivo claro: a capacidade de gerar um certo *pathos*, ligado àquilo que é dito. É esta relação entre palavra e afecção que pretendi apresentar relacionando Górgias e as cenas apresentadas. Portanto, não se trata apenas de dominar as técnicas da escrita, como não se trata apenas de dominar as técnicas do corpo. As afecções se encontram sempre num limiar, numa borda, numa perigosa possibilidade de escape. Há, para além da técnica, um encontro, um acordo, um laço que é sempre local, particular. Tanto num caso quanto no outro, não há garantias de que o que será dito, ou o que será feito provocará algum efeito nem naquele que fala ou dança e nem naquele que ouve, ou assiste ao espetáculo. Trata-se de uma aposta, e de uma aposta de risco. É claro que existem ferramentas postas à disposição daqueles que se apresentam, é claro que os ouvintes (ou espectadores) estão, de alguma maneira, predispostos à apresentação. Porém, a atualização deste encontro é sempre uma aposta, que não se repete, por mais que o público ou as apresentações sejam as mesmas. Então, o que há de singular nesse encontro, ou melhor, o que faz de cada encontro algo singular? É nesse momento que justifico a entrada de Górgias na cena apresentada, pois, o que o sofista torna evidente não é apenas o poder de persuasão, tão temido pela democracia ateniense, e toda a discussão travada por Platão para justificar uma política fundada nos princípios da verdade. Trata-se também de temer que as afecções, que esta potência de produzir atitudes “*pathológicas*” se tornem ameaçadoras. Vale lembrar que esse mesmo movimento e todas as inquietações provenientes do teatro grego ocorrem nesta mesma época. A tragédia, gênero literário que floresce e morre neste mesmo espaço e neste mesmo tempo, também tem esta potência “*pathológica*”. Sem me ater exaustivamente sobre esse tema – que nos demandaria muito mais tempo e paciência – gostaria apenas de chamar a atenção para preocupações que tomam lugar num mesmo momento, no qual podemos reconhecer alguns pressupostos daquilo que denominamos de “cultura ocidental”. Não é por acaso que no teatro e na *Àgora* encontramos o espanto causado pela produção de afetos, pela produção do *pathos*. Mas, como é importante frisar, não se trata apenas de compreender o jogo de palavras como algo que produz afecções, mas quais dispositivos são

engendrados no momento em que estas afecções são produzidas.

Reconheço o desafio proposto acima, a possibilidade de pensar a construção “*pathológica*” tanto da linguagem sofisticada, quanto da tragédia. Mas, tal escolha se justifica porque é neste momento que se testemunha uma sutil, porém potente mudança: a palavra *logos* se desloca do sentido dado no mito para o sentido que apresenta na filosofia. Se, no mito, a palavra *logos* carrega um forte sentido de narrativa, de nomeação, de fazer existir, este sentido, gradativamente, dá lugar ao sentido de ordenação, de explicação. Não é por acaso que estas duas palavras irão, pouco a pouco, se distanciar tanto da política, quanto da filosofia. Se é possível ao público se “emocionar” na tragédia, isso não é possível nas decisões políticas. O perigo de decidir os rumos da *polis* a partir de decisões pautadas numa potência “*pathológica*” se apresenta como perigo à ordem política, uma vez que a política deve se tornar algo mais “racional” e menos “emocional”. Mas, o que nos importa pensar é o que se perde com esse distanciamento. O que ocorre é que a linguagem perde a sua dimensão narrativa, o que significa dizer que a linguagem se torna algo descritivo, algo que busca a clareza daquilo que é dito em detrimento de uma construção em conjunto do dizer e do fazer. Essa relação se encontra ainda bastante forte no mito, como podemos perceber na leitura de Serres (2001), sobre a tessitura de Penélope, que tece a errância náutica de Ulisses, construindo um mundo enquanto tece. Essa narrativa não se apresenta como uma descrição de viagem, como um caminho a ser seguido. Ao contrário, as idas e vindas de Ulisses traçam o próprio destino errático que nos faz derivar com ele. Aquele herói tão astuto, tão cheio de artimanhas, traça seu caminho na medida em que este vai surgindo a sua frente, nada é previsível, a história é traçada enquanto se faz, não há previsibilidade possível. Esta narrativa não é apenas uma história contada “por amas de leite” para entreter as crianças, completamente vazia de sentido. É a partir dos personagens que são narrados que somos capturados pela história e nos tornamos passíveis de sermos afetados por ela. Se há um caráter pedagógico nos mitos, essa pedagogia é “*pathológica*”, ou seja, o caminho traçado na narrativa nos faz seguir Ulisses em todas as suas aventuras e desventuras. Na *Odisseia*, Ulisses se torna Ulisses no caminho que ele traça, um caminho por certo perigoso, pois todos os seus companheiros morreram, mas a sua sobrevivência precisa ser constantemente assegurada não por sua capacidade de dizer ‘eu’, mas pela constante atualização da própria astúcia que ele incorpora.

Portanto, a astúcia é o *pathos* que deve ser aprendido na narrativa de Ulisses – o que fica claro no episódio em que, ao ser perguntado pelo Ciclope, qual era seu nome ele responde “Ninguém”, não importa os seu nome, e sim, aquilo que ele fará, o que será atualizado por suas atitudes.

A narrativa seria aquilo que extrapola as palavras, que gera novos sentidos, em última instância é a própria narrativa que constitui a linguagem, lhe dá a sua materialidade. A narrativa se impõe como aquilo que deve ser transmitido, como uma forma de herança, para lembrarmos que seguir um determinado caminho exige uma apresentação. Neste momento, me remeto ao pensamento de Serres para me auxiliar nesta caminhada, pois é neste autor que encontro as dicas necessárias para compreender o que significa pensar a narrativa e sua intrínseca relação com os personagens construídos por ela. Ao escrever acima sobre o mito, minha intenção foi mostrar o quanto os personagens estão engendrados na narrativa, de tal maneira, que somos capazes de nos reconhecer neles, mesmo que estejam tão distantes de nós. É exatamente nesta potência de reconhecimento que gostaria de me ater. O que faz com que os personagens nos afetem não é apenas a história que é contada, linguisticamente falando, através deles. Ao contrário, nós nos surpreendemos, nos reconhecemos, sentimos piedade e terror [como no caso da tragédia segundo Aristóteles (2000)] por pessoas inexistentes. O que isso significa? Que estes personagens não são tão inexistentes assim. O engendramento da história, as relações que se estabelecem, as descrições que são feitas de toda a cena nos capturam. Um personagem não é apenas o suporte da escrita, assim como nós também não somos apenas “sujeitos” de nossas vidas. Os personagens produzem mundos que, ao mesmo tempo, são mundos possíveis para nós que não vivemos nele, e nossos próprios mundos, na medida em que nos reconhecemos neles. É neste duplo reconhecimento que podemos ser afetados pelas narrativas. Por outro lado, construir um personagem é, ao mesmo tempo, construir um conceito, atualizar uma existência, em última instância, é a própria construção de um sentido na história. O conceito é construído como parte integrante do sentido geral que toda narrativa carrega; ocorre também a atualização de uma existência na medida em que podemos sempre nos colocar no lugar do personagem e, desta maneira, é sempre possível reconstruir o sentido de uma narrativa, de traçar uma nova história, mesmo que tenhamos traçado um mesmo caminho repetidas vezes.

Gostaria aqui de recordar uma passagem muito bonita do livro *Os Cinco Sentidos* de Michel Serres

(2001). Ele narra a Santa Ceia e a passagem do cálice pelos discípulos. O cálice, que ele denomina de quase-objeto, ao ser compartilhado é o que dá o próprio sentido aos discípulos, portanto, Pedro só é Pedro, quando bebe o vinho transubstanciado, João, Felipe, Tiago, todos e cada um deles vão se tornando discípulos na passagem do cálice. E quando Jesus ordena “Fazei isso em memória de mim”, o que ele diz é que é necessário rememorar, comemorar, não apenas narrar esta história, mas atualizá-la constantemente. Serres nos chama a atenção para esse momento: não se trata de descrever os momentos que antecedem a morte do Cristo, mas de manter viva a comunhão através da repetição do ato da Ceia através dos tempos. A narrativa necessita dessa “corporalidade” e não é por acaso que Serres (2001) contrapõe a esta narrativa o *Banquete* de Platão, no qual as bocas falam sem comer, portanto, não co-memoram.

Construir uma narrativa é, portanto, construir um mundo possível, é transformar nossa própria relação com aquilo que nos constitui, e isso engloba nosso corpo, nossas ações, nossa maneira de estar no mundo. Este é o perigo gerado pelas narrativas quando elas não estão confinadas na ideia de “literatura”, quando não são submissas ao tempo presente, nem mesmo à ordem estabelecida, mas, ao contrário, têm a potência de instaurar uma nova ordem. A possibilidade de sermos afetados por uma narrativa não se apresenta apenas em palavras bem colocadas, mas na possibilidade de traçarmos um caminho reconhecendo a importância das relações que se estabelecem ao longo deste mesmo caminho. Cada componente possui sua própria história, sejam aqueles que se apresentam na cena, seja a própria cena. É neste engendramento que Serres também nos faz pensar numa narrativa que relaciona o jardineiro e a rosa: de que versão estamos falando? Do mundo constituído a partir da efemeridade da rosa, em relação ao jardineiro, ou do mundo da própria rosa, no qual o jardineiro é sempre presente, seu próprio presente? Quem é personagem e como são constituídos os quase-objetos? Ao construir uma narrativa que possa ampliar essas dimensões, que possa compreender o entrelaçamento dessas narrativas é o que nos traz a possibilidade de criar novas histórias. No livro *O Contrato Natural*, Serres (1990) já nos chama a atenção para tal fato: o cenário não é algo imóvel, não é apenas o suporte da cena, é também parte da narrativa. O que deve estabelecer este contrato natural é exatamente a possibilidade de inserir os quase-objetos na história, torná-los mais um dos personagens. O contrário disso é o que se apresenta comumente, para ele - “a nossa cultura tem horror ao mundo” (Serres, 1990, p. 14) - e eu até mesmo acrescentaria: tem horror à

construção de um mundo no qual os quase-objetos nos constituem. Por o quase-objeto em cena, criar um mundo no qual o ato da escrita comporta sentidos que não estão escritos, construir narrativas que comportam essas relações. Este é o desafio da narrativa: construir mundos possíveis que não são apenas descritos, mas nos afetam, no amplo sentido do termo. Não se trata aqui apenas de pensar que os quase-objetos estão presentes, mas que estes são fundamentais na construção de uma narrativa.

Este amplo desvio, que nos levou para lugares bem distantes no tempo e no espaço, também faz parte da construção desta narrativa que acompanhamos aqui. Posso argumentar que, por mais distantes que estejamos dos gregos, gosto da constante possibilidade de ser afetada por eles. Também reconheço o gosto pela narrativa que se apresenta nos textos que herdamos desta época e, confesso, sou bastante vulnerável às narrativas, sou facilmente transportada para mundos alternativos que me instigam e me afetam. Nos exemplos dados no início do texto, há elementos importantes que me servem para pensar a narrativa como algo mais amplo do que a linguagem. As cenas apresentadas podem ser lidas de uma maneira descritiva: há um personagem, uma cena e uma história que transcorreu em um determinado tempo. Porém corre-se o risco de compreender o que foi dito como algo que pertence a uma história passada, que ganha um caráter explicativo quando se trata de compreender quem é a pessoa narrada. Frases do tipo “Ah! Agora eu entendo porque ela se preocupa tanto com o corpo!” podem ser ditas num sentido de esclarecimento. É como se esta história estivesse presa a uma sequência de acontecimentos que culmina numa linearidade que vai de lá até o tempo presente. Como espero argumentar a seguir, não é este o propósito daquelas narrativas.

As narrativas do corpo

Trazer à cena uma possibilidade de relação com o corpo na qual este é o personagem principal é não apresentar esta narrativa centrada no “sujeito psicológico” que conta a história. É este deslocamento, esta mudança de personagem que convido a vocês a fazerem comigo. Desta forma, pretendo não chamar a atenção para o sujeito que escreve, mas para a urgência de se expressar o que a cena impõe ao corpo. A questão que impulsiona a escrita deste texto é: como é possível construir narrativas que nos exigem um posicionamento diferente daquele ao qual estamos acostumados? Como tornar possível a expressão do corpo sem esgotá-lo numa descrição? Como trazer a singularidade de um momento no qual o corpo se

torna protagonista sem reduzir esta experiência a um número restrito de técnicas capazes de gerar esta autonomia?

São perguntas perigosas, difíceis de serem respondidas. Pretendo, nestas poucas linhas, mais do que responder, tentar buscar elementos que tornem a narrativa algo que seja capaz de afetar, o que não é propriamente uma descrição das possibilidades de um corpo que dança. Para isso, me remeto mais uma vez ao trabalho de Michel Serres (2004), pois, como esse mesmo autor nos chama a atenção, foram seus professores de escalada e de ginástica que o ensinaram a pensar. Para além de sua preocupação com a honestidade da escrita – pois, para ele, escalar uma montanha não permite o engano e os caminhos fáceis que a escrita possibilita – o que está em jogo é uma forma de compreender o pensamento como algo que necessita do corpo, que necessita de um aprendizado que passa pelo corpo, que exige um aprendizado que não é apenas repetido, mas, de certa maneira, digerido, incorporado. Aquilo que não é possível compreender pelo corpo, não é possível pensar, pelo menos não de maneira efetiva. E podemos também acrescentar: aquilo que, de alguma maneira, não nos afeta não pode fazer parte de nossos corpos, nem de nossas vidas. Desta forma, há uma reconciliação inevitável entre o *logos* e o *pathos*, uma vez que a construção do pensamento necessita desta produção de afecções – mesmo que estas afecções sejam de “neutralidade” e “objetividade”, porque é uma ilusão imaginar que estas também não são afecções.

O que quero frisar nestas últimas palavras não é apenas a produção de um corpo que dança, mas de um corpo que é afetado pela dança, que se produz numa relação singular com o mundo singular, que é capaz de traçar uma narrativa enquanto dança. Não se trata, como disse acima, de enfatizar o sujeito como aquele que é capaz de dançar, mas de perceber as exigências de um corpo no qual a dança se impõe. O que acontece com este corpo que dança pode ser comparado àquilo que compreendemos como a exigência da obra de arte, pois os movimentos não são expressos somente para exibir as habilidades físicas do bailarino (equívoco comum neste meio da dança), mas para expressar as potência do corpo, sua leveza, seus desdobramentos, suas ultrapassagens e limitações. Na primeira cena apresentada, a dança aparece como um deslumbramento, como uma fuga do modelo ortopédico vivido até então. Porém as exigências de um corpo que dança também produzem um corpo que é domado, que é disciplinado. Não esqueçamos a dieta monástica a qual os bailarinos se submetem, as horas sem fim

de ensaios exaustivos, as dores musculares, os pés sangrando, este é o lado nada glamoroso da dança. Entretanto, esta disciplina, ao contrário de formar corpos dóceis, ela transforma o corpo, metamorfoseia-o em arte. Qual a diferença? A ultrapassagem dos limites, a beleza e a versatilidade dos movimentos e, em última instância, a própria exigência do movimento ao qual o corpo se lança, as experimentações de possibilidades até então não imaginadas. Um corpo que dança cria afecções, sensibiliza novas partes do corpo integrando-as. Portanto, não se trata de negar a austeridade, o sofrimento, mas de apontar para o transbordamento. O corpo que dança não cabe em si mesmo e, como Serres (2004) muito sabiamente nos diz, a alma do ginasta (e também do bailarino) não está dentro dele. Ele joga sua alma para poder buscá-la. Brinca de dobrar-se sobre ela, coloca-a na ponta de seus pés, inclina-se sobre ela, gira em seu eixo, entrega-a ao público. É neste jogo que o bailarino nos convida a dançar, a produzir as afecções que nos unem a sua dança. Neste jogo, podemos pensar que, ao dançar, o corpo também conta uma história, capaz de nos fazer compartilhar desta narrativa, de sermos afetados e transformados por ela.

Foi nos trabalhos de Michel Serres, portanto, que consegui tornar a narrativa deste momento que foi tão marcante para mim (a segunda cena) em algo que expressasse não o triunfo do sujeito sobre o corpo, mas, ao contrário, a capacidade do corpo de impor sua expressão, de ser artístico no sentido de *tekné*: há um ofício que deve ser aprendido não para ser simplesmente repetido, mas para ser superado, para tocar os limites de sua potência, para gerar, no mundo empírico, aquilo que é pura virtualidade, numa transformação expressa no próprio corpo. Gostaria de terminar dizendo que, meses depois, parei de dançar, pelo menos profissionalmente. Porém, esta história me acompanha desde então e me impulsionou a narrá-la neste momento que, talvez, seja o exato momento em que consigo recontá-la, de um outro lugar, para um outro público, com um outro corpo. Um corpo talvez mais domesticado, mas certamente um corpo que ainda sabe dançar.

Referências

- Aristóteles (2000). *Poética*. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Cassin, B. (2005a) *Helena, Mulher e Palavra*. Conferência de Encerramento do VI Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos/ XV Ciclo de Debates em História Antiga, Memória e festa, proferida no dia 15/07/2005.
- Cassin, B. (2005b). A ontologia como obra-prima sofisticada. In B. Cassin. *O Efeito Sofístico*. São Paulo: Editora 34.
- Gagnebin, J. M. (2006). A Memória dos Mortais: Notas para uma definição de Cultura a partir de uma Leitura da Odisseia. In J. M. Gagnebin. *Lembrar, Escrever, Esquecer*. São Paulo: Editora 34.
- Górgias (1999). *Elogio de Helena*. Cadernos de Tradução, n.4, DF/USP.
- Platão. (1991) *Górgias*. Introdução, tradução do grego e notas de Manuel de Oliveira Pulquério. Lisboa: Edições 70.
- Rosa, J. G. (1986). *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Serres, M. (2004). *Variações sobre o corpo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Serres, M. (2001). *Os Cinco Sentidos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Serres, M. (1997) *Diálogos sobre a Ciência, a Cultura e o Tempo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Serres, M. (1990). Ciência, Direito. In M. Serres. *O Contrato Natural*. Lisboa: Instituto Piaget.

Recebido: 15/06/2011
Revisado: 15/09/2011
Aprovado: 05/10/2011

Guareschi, N. M. F.; Lara, L.; Azambuja, M. A. & Gonzales, Z. K. Por uma Lógica do Desassujeitamento: O Pensamento de Michel Foucault na Pesquisa em Ciências Humanas

Por uma Lógica do Desassujeitamento: O Pensamento de Michel Foucault na Pesquisa em Ciências Humanas

For a Logic of Unsubjectivation: Michel Foucault's Thinking In Human Sciences Research

Neuza Maria de Fátima Guareschi¹

Lutiane de Lara²

Marcos Adegas de Azambuja³

Zuleika Köhler Gonzales⁴

Resumo

A história de constituição do campo das Ciências Humanas coloca para a prática de pesquisa a questão de que o próprio objeto de pesquisa é também o sujeito do ato de pesquisar. O objetivo desse texto, diante dessa problemática, é trazer as contribuições do filósofo Michel Foucault para recolocarmos o problema da relação entre sujeito/objeto da pesquisa com humanos a fim de propormos outras questões para nossos "objetos/sujeitos" de estudo. Para isso, interessa-nos, em um primeiro momento, abordar a constituição do sujeito moderno produzido pelas Ciências Humanas. Em um segundo tempo, discutir as estratégias ético-políticas instauradas nas pesquisas com humanos. Assim, como será possível acompanhar, não mantemos o foco somente nos problemas de como estabelecer a relação com os outros na pesquisa e de como tomar suas produções enunciativas, mas procuramos compreender algumas instâncias do dispositivo científico, que modulam/governam as formas de relação com a pesquisa.

Palavras-chave: pesquisa em ciências humanas; relação sujeito e objeto; assujeitamento; desassujeitamento; governamentalidade.

Abstract

The history of constitution of the Human Sciences places to the practice of research the question that the very object of research is also the subject of the act of researching. The aim of this paper is to think the problem of the relationship between subject and object of research in Humanities in order to propose other questions to the "objects / subjects" of study. First, the text approaches the formation of the modern subject produced by the Human Sciences. Second, it discusses the production of ethical and political strategies in research with humans. Therefore, the article does not keep the focus only on the problems of how to establish relationships with the others in research and how to comprehend their productions of enunciation, but it tries to understand some instances of the scientific apparatus that modulate/govern the forms of relationship with research.

Keywords: Research in Human Sciences; Subject-Object Relationship; Lack of Subjectivation; Unsubjectivation; Governability.

¹ Doutora em Educação - University of Wisconsin-Madison. Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço para correspondência: Av. Ramiro Barcelos, 2600, Bairro Santana, Porto Alegre, RS, Brasil. CEP: 90.035-003. Endereço eletrônico: nmguares@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: lutianelara@yahoo.com.br

³ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: madegas@yahoo.com.br

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: zuleika3012@yahoo.com.br

Introdução

Os debates que envolvem o tema da participação entre pesquisador e pesquisado em Ciências Humanas ultrapassam meio século na realidade brasileira. Essas disputas referem-se ao dilema das Ciências Humanas que, pela forma de lidar com as características de seu objeto de pesquisa, configuram-se a partir do esquema científico hegemônico da modernidade, pois imediatamente abre-se a questão nas ciências do homem de que o próprio objeto de pesquisa é também o sujeito do ato de pesquisar. Duas vias têm sido adotadas como resposta ao dilema: seguir o caminho das Ciências Naturais e Exatas engendradas no projeto da modernidade de forma hegemônica, ou criar uma ruptura crítica construindo outra(s) ciência(s) capaz(es) de abordar, por outras lógicas, as especificidades do objeto. Cabe salientar que, ao nos referirmos à ciência hegemônica, não estamos apenas falando das conhecidas Ciências Naturais então emergentes (física, química) e Exatas, mas também daquelas ciências derivadas que buscam as significações ou os sentidos através da descrição da experiência vivida (história, sociologia, biologia...). O que seria isto? Seria, por exemplo, na psicologia, buscar na história ou na cultura, essa compreensão da experiência vivida, ou seja, as significações pregressas como imanentes às condutas atuais. Na perspectiva psicológica, Freud inaugura isto. Nesse momento (no momento de Freud), na esteira das análises causais científicas (a busca de uma causa ou de uma origem para o que ocorre agora), constitui-se a intenção de dar uma objetividade positiva às significações que visam a ultrapassar as contradições do humano. Este é um projeto questionado por Foucault que podemos encontrar no texto *Psicologia de 1850 a 1950*, escrito em 1957.

Assim, neste artigo, após termos mencionado o dilema das ciências humanas, nos interessa trazer para o debate alguns efeitos do caminho de ruptura crítica quanto à relação entre pesquisador e pesquisado nas Ciências Humanas, quando esse caminhar crítico se faz juntamente e a partir de uma produção de pensamento de Michel Foucault, especialmente, dialogando com sua obra “As palavras e as Coisas” e com a entrevista “O que é a Crítica”.

É importante considerar que essa relação entre pesquisador e pesquisado nas ciências humanas se atrela à condição de existência dessas ciências da modernidade clássica: o fato de elas tratarem de

uma realidade na qual nós próprios somos agentes. O que queremos dizer é que, no decorrer da existência das ciências humanas, o “homem” sujeito/pesquisador torna-se objeto “homem”/pesquisado do conhecimento. Ou seja, essas ciências abordam o “homem” como objeto do conhecimento. Essa relação emergente entre pesquisador e pesquisado se engata na condição de possibilidade das Ciências Humanas, pois só podemos falar de ciências que tomam o “homem” como objeto de estudo, quando o “humano” passa a colocar em questão sua própria condição de ser vivo (Foucault, 2007).

Como interposto nos estudos de nosso grupo de pesquisa, o pensamento a partir de Michel Foucault tenciona a relação tradicional entre sujeito e objeto ou entre sujeitos e sujeitos coautores na prática da pesquisa. Mais que isso, ele promove uma problematização da própria noção de sujeito. Nesse sentido, o objetivo desse texto, diante dessa problemática, é trazer as contribuições desse filósofo para recolocarmos o problema da relação entre sujeito/objeto da pesquisa com humanos a fim de propormos outras questões para nossos “objetos/sujeitos” de estudo. Ou seja, as condições de possibilidade dessa relação para compreender seus efeitos e assim recolocá-la – o que pode ser o efeito dessa relação: o assujeitamento.

Para isso, interessa-nos, em um primeiro momento, abordar a constituição do sujeito moderno produzido pelas Ciências Humanas, destacando, num primeiro momento, a obra “As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas” (2007). Em um segundo tempo, discutir as estratégias ético-políticas instauradas nas pesquisas com humanos. Assim, como será possível acompanhar, não mantemos o foco somente nos problemas de como estabelecer a relação com os outros na pesquisa e de como tomar suas produções enunciativas, mas, se assim pode-se dizer, procuramos compreender algumas instâncias do dispositivo científico, que modulam/governam as formas de relação com a pesquisa (Ou seja: da relação entre pesquisador e pesquisado, melhor dizendo, essa relação nos interessa para se pensar o que é permitido falar nessa relação).

A pesquisa com seres humanos nas Ciências Humanas: um caso de redundância?

Boa parte da problemática em relação à emergência das Ciências Humanas ganha visibilidade na obra “As Palavras e as Coisas”

quando, em uma análise arqueológica, Foucault (2007) aborda as formações enunciativas que conduzem a produção do homem enquanto sujeito epistemológico. Recapitulando de forma sintética, lembremos que, até os fins do Renascimento, as palavras e as coisas correspondiam-se nos quadros de racionalidade da época por uma lógica da similitude/correspondência, ou seja, as teorias eram como que o decalque daquilo que se via. Havia, portanto, uma relação direta entre a palavra e a coisa, desde Platão e Aristóteles. Entretanto, em seguida, na época clássica da modernidade – aproximadamente século XVII – XVIII – passamos por uma primeira revolução para a constituição das ciências do homem, quando entre a palavra e a coisa surge a representação, a imagem mental que fazemos da realidade, fase do nascimento das grandes teorias do universo, com Copérnico, Galileu, Newton entre outros. Há aí um distanciamento entre palavra e coisa provocado pelo significado produzido pela linguagem. A palavra não mais ‘diz’ a coisa em si como correspondência exata, mas representa a coisa, cria uma imagem. Essas representações se organizam através das relações que se estabelecem entre as coisas a partir do que vemos. Lembremos da polêmica clássica entre racionalismo (Descartes) e empirismo (David Hume), buscando desvelar a lógica dos objetos e do próprio objeto-mundo enquadrando a realidade a partir de um modelo teórico indutivo ou dedutivo.

Mais adiante, no final do século XVIII com Emmanuel Kant ocorre, seguindo Foucault (2007), uma segunda revolução entre as palavras e as coisas. Em lugar de pensar mimeticamente (espelhar) a realidade, isto é, de estabelecer representações do real ou das coisas, passa-se a perguntar como o pensamento pensa. Quer dizer, ‘como Eu penso?’, estabelecendo um Eu que é o sujeito que pensa os objetos do mundo. As coisas já não estão mais aí no mundo, estão porque o Eu-sujeito as pensa como objeto. Assim, o ‘pensar o pensamento’ estabelece uma exterioridade ao próprio pensamento. O que se torna objeto do pensamento não é a representação (similitude) da realidade, como na primeira revolução, mas o próprio pensamento pensando o que pensa (o objeto). O real agora supõe um transcendental-subjetivo ou um sujeito transcendental. O sujeito não mais representa as coisas: ele as enquadra no espaço e no tempo, ou seja, agora reapresenta o objeto (o mundo pensado) à coisa submetida; o sujeito assim faz ciência com aquilo que está submetido ao pensar, isto é, o objeto. Em nossa discussão temos aí, portanto, o objeto-homem

submetido ao pensamento enquadrado no tempo e no espaço estabelecido por este sujeito transcendental.

Somente nesse ponto é que o homem pode criar uma ciência que estuda a ele mesmo, pois aí é possível estabelecer uma relação de exterioridade ao ato de objetivação (tornar objetivo), o que, por sua vez, torna possível que o pesquisador tome como objeto de estudo o próprio ato de pensar e a possibilidade da própria representação. Não há mais coisa representada, mas há um objeto, ou seja, para compreender o humano a partir dessa segunda revolução, é preciso tomar a própria cena da criação como objeto de estudo e não mais como representação similar (Foucault, 2007).

Dessa forma, os objetos da natureza, que já estavam dispostos no mundo antes do nascimento do homem como sujeito epistemológico, anunciam a finitude humana na positividade do saber. A positividade seria, aqui, a utilização de um esquema de análise a partir das ciências da natureza em torno de uma rigorosa exatidão, buscando um princípio de universalização nos elementos e episódios da vida, ou na redução de experiências complexas em elementos simples, ou ainda em uma análise causal dos acontecimentos ou significações, esquema esse formado para resolver problemas colocados pelas dificuldades da prática no domínio da natureza. Ao transpor para o pensamento de si, o homem se toma pensando nas suas próprias interrupções. Daí nasce, no âmbito das psicologias, a ‘psicologia do desenvolvimento’, da ‘adaptação’, ‘das perturbações afetivas’, etc. buscando, assim, resolver problemas no ‘em si-homem’ de uma outra ordem que não é mais a do provisório e do temporário presentes nas práticas da natureza.

Concomitante a essa positividade, a finitude do homem é utilizada como condição de possibilidade da produção do conhecimento. Ora, a finitude ao anunciar que a linguagem não é mais a responsável pela representação, mostra que pesquisar não é mais uma teoria da representação (infinita), mas pesquisar é mostrar como é possível que as coisas em geral sejam dadas à representação, em que condições, sobre que solo e até que ponto podem ser legitimadas (em um modo finito, dar como acabado) (Foucault, 2007).

Assim, o homem como objeto epistemológico, a partir de Foucault (2007), é uma invenção do pensamento moderno. O homem é uma produção discursiva em torno de uma categorização de objeto. E, é dessa maneira, que o homem se desfaz no próprio discurso que o produz. Nesse sentido, como produzir uma compreensão sobre o homem: 1º) Se o objeto a se estudar é ele mesmo? 2º) Se a

própria ferramenta de análise, o pensamento, é o próprio objeto a ser analisado? É necessário um recuo que coloca o pensamento como objeto de estudo; assim como, aquele que cria as representações – aquele que cria a possibilidade da produção do ser humano enquanto sujeito epistemológico – que é por excelência, o objeto de pesquisa das Ciências Humanas.

Tomemos agora o caso das metodologias nas Ciências Humanas que optam pelo caminho das Ciências Naturais e Exatas. Elas se utilizam de ferramentas de coleta e análise de dados que reúnem informações de uma realidade estabelecida de onde acreditam ser possível obter a verdade sobre o objeto de pesquisa. Essas técnicas de pesquisa – de entrevistas, questionários, grupos focais, observação, etc. – partem do pressuposto de que as ferramentas metodológicas poderiam criar uma verdade como se fosse uma “foto” dos sujeitos-objeto de pesquisa. A fotografia da realidade seria como uma verdade objetivada, um empreendimento que, através das falas e da observação do comportamento dos sujeitos, “grava” ou “escaneia” uma realidade subjetiva contida nas palavras, nos gestos, nos corpos. Superando a noção de representação similar, temos agora aqui uma separação clara do sujeito e do objeto da pesquisa, agora num processo de objetivação (tornar objetivo) destes sujeitos-objeto pesquisados.

Poderíamos ainda mencionar outro grupo das Ciências Humanas que opta pelo segundo caminho, o da ruptura crítica; esse permanece, de certa forma, reforçando a ideia de que os sujeitos da pesquisa – pesquisador e pesquisado – podem construir juntos outra realidade que supere aquela da experiência presente. Nesta posição, não há mais a ideia de sujeito e objeto de pesquisa; contudo, mesmo tomando os pesquisados como sujeitos, continua-se buscando ali uma verdade sobre o 'objeto-sujeito'. É o caso das pesquisas de cunho intervencionista-emancipatório: não saem da lógica que busca elementos em torno de uma verdade salvacionista que venham a suprir ou sanar as contradições do homem. Neste sentido, sob o ponto de vista epistemológico, uma das formas de resolução utilizada em larga escala nas pesquisas das ciências humanas tem sido a redução do problema a uma unidade totalizante em contraponto à dicotomia sujeito-objeto, esperando que essas contradições se dissolvam em plena objetividade (por exemplo, pesquisa-ação, os modelos sistêmico ou dialético...).

Considerando que a própria condição racional, ou seja, que o próprio raciocínio foi vinculado ao pensamento a partir do Renascimento, sendo,

portanto contemporâneo da sociedade moderna, poderíamos pensar que, diante disso, não estamos atrás de construir uma representação do mundo e de nós mesmos, mas estamos procurando formas, caminhos, esquemas de colocar o problema de como é possível que o homem seja representado pelo seu próprio pensamento. Ou seja, estamos colocando em questão a condição de compreender como pensamos o que pensamos. Seriam, nesse sentido, as Ciências Humanas um caso de redundância, como um cachorro que corre atrás do próprio rabo? Se entendermos que sim, elas estariam o tempo todo buscando compreender como é possível que o homem se torne um objeto de pesquisa. A pesquisa em Ciências Humanas seria um processo cíclico, já que buscaria compreender o homem não pelo inusitado de sua existência, mas pelas objetivações já produzidas sobre ele. É o pesquisador pesquisando a própria possibilidade de colocar o pesquisado como objeto de pesquisa. Em outras palavras, poderíamos dizer que o pesquisador permanece em si mesmo fazendo do pesquisado um instrumento de afirmação de si próprio. Aqui está o cíclico ou, se quisermos, o redundante!

Posto isso, podemos dizer que a relação entre pesquisador e pesquisado acontece de uma forma extremamente “amarrada”, já que o ato de pesquisa não seria possível sem uma “cena de pesquisa” em que são visibilizadas as objetivações apriorísticas sobre o pesquisado; ou seja, no momento em que se estabelece um determinado objeto-sujeito a ser pesquisado, já se encontra ali um conjunto de verdades estabelecidas e, por conseguinte, objetivadas sobre este objeto-sujeito e sobre o domínio – o científico, o linguístico, o jurídico, o médico, etc. - em que o pesquisador e o pesquisado se inscrevem. Assim, não só não se pode pensar uma separação entre estes, como não se pode pensá-los - o pesquisador e o pesquisado - fora de um processo de governo pela verdade, o qual, ao criar o pesquisado – sujeito epistemológico – cria também a própria possibilidade para o pesquisador produzir conhecimento sobre seu objeto-pesquisado.

Pensamos que este lugar – do pesquisado – se trate de um lugar que estabeleça uma relação sempre necessária entre pesquisado e pesquisador. Embora um não exista sem o outro, a produção de conhecimento nas pesquisas pode-se fazer para além das prerrogativas da ‘causalidade científica’ ou da lógica da subjugação ao idêntico. Como indica a leitura de Foucault (2005), não está em questão o outro como um objeto de pesquisa, mas é a própria cena que se cria entre pesquisador e

pesquisado que será o objeto da pesquisa que, por sua vez, nunca será simétrico. O objeto nesse caso não é o pesquisado, nem o pesquisador, mas é o pensamento pensando as condições de possibilidade de pensar essa cena de pesquisa.

A pesquisa em Ciências Humanas sem humanos: estratégia ético-política

Pensar, através da prática de pesquisa, como nos tornamos o que somos traz para a análise um elemento bastante central na construção do sujeito: a ideia de que se o conhecimento, através do dispositivo científico, produz verdades sobre os sujeitos, produz, portanto, modos de assujeitamento, ou seja, estabelece um determinado ser-sujeito-assujeitado nas verdades que o constituem e naquelas que sobre ele são formuladas. Nesse sentido, a pesquisa deve colocar o conhecimento e os saberes produzidos em questionamento, para compreender como tomamos algo como verdade e como essa verdade produz os modos de ser sujeito. Pesquisar para Foucault seria uma forma de realizar esse exercício. Esse exercício de pesquisa propõe, assim, que seja utilizada a razão para se indagar racionalmente (ou seja, suspeitar ou desconstruir um pensar hegemônico) sobre os efeitos da produção dos saberes que, nas sociedades ocidentais modernas, legitimam e fabricam os sujeitos pelas práticas de assujeitamento (Foucault, 2005).

A pesquisa, portanto, tem como objeto de análise os modos como fomos historicamente “levados” a construir o pensamento em um processo que articulou práticas de governo e discursos de verdade em um progressivo procedimento de governamentalização da vida. A pesquisa convoca o pesquisador a se exteriorizar quanto à cena da pesquisa, ou seja, descentrar-se da ‘cena’ para, de forma mais ampla, constituir as redes de alianças, de pontos de apoio, de domínios constituídos e inscritos nessa cena, para compreender como esse processo produz assujeitamentos na política da verdade. (Foucault, 2005).

Para Foucault, a relação entre governo e verdade constituiu historicamente a noção de um “eu”, ou seja, de uma reflexão sobre si. Um campo histórico que vai ligar subjetividade à verdade na medida em que a busca pela verdade levará o indivíduo a constituir a relação de si, ou seja, o “eu”. Portanto, a história da subjetividade tratará da história das relações entre o sujeito, a verdade e a governamentalidade. A relação – sujeito e verdade – vai se alterando ao longo da história e vai

organizando diferentes estratégias de governamentalização da vida. No livro “A Hermenêutica do Sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)”, Foucault trabalha três grandes momentos desse processo: o período helenístico, o cristianismo e o renascimento cultural. A relação da verdade com o sujeito será organizadora de como se trabalhará o conhece-te a ti mesmo e o cuidado de si compondo estratégias de governamentalidade. Assim, resumidamente, podemos dizer que no período helenístico não será possível ter acesso à verdade se não mudamos nosso modo de ser, ou seja, não estamos prontos para a filosofia. São necessárias certas operações, transformações e modificações que tornarão o sujeito capaz de verdade, tendo como referência as práticas ascéticas de Alcebiades. Alcebiades de Platão será o marco que introduzirá na filosofia a prescrição délfica da *gnôthi seautón* (conhece-te a ti mesmo) como condição primeira da prática filosófica de busca da verdade. O conhece-te a ti mesmo será ao mesmo tempo uma forma de cuidado de si. No cristianismo o sujeito tende ao erro, ao falso, porque pode cair na tentação do mal que tenta afastá-lo da verdade. Assim, é preciso que o cuidado de si seja mediado pelo pastor a quem se deve obediência. No renascimento, mais especificamente com Descartes, a verdade e o conhecimento passam a ser sinônimos. Diante disso, o sujeito como tal é, é capaz de verdade, descolando verdade de cuidado de si e de conhecimento de si (Foucault, 2010). A busca pelo conhecimento, a partir do renascimento, não dependerá de um trabalho do sujeito, prescindindo do conhecer a si mesmo e do cuidado de si. Ao contrário, os fatores subjetivos passarão a ser um problema ao pesquisador. Será necessário, a partir desse momento, criar um campo de neutralidade na prática de construção do conhecimento que será possível através do método de investigação. Esse movimento constituirá a percepção de que a produção de conhecimento - a prática científica, neste caso, - apenas representará as verdades que estão já prontas nas coisas e nos sujeitos. Podemos com Foucault, ao contrário, pensar que apesar da infrutífera busca por neutralidade, a construção do conhecimento nos produz como sujeitos do pesquisar e, também, como pesquisadores constituindo nossa relação conosco mesmos.

A questão de como governar trouxe junto a questão de como não ser governado, ou seja, a necessidade de buscar uma verdade sobre o homem para conduzi-lo dá também a este o direito de interrogar e questionar a verdade. A governamentalização é, assim, o movimento pelo

qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade posta, instrumento, portanto, para se chegar à verdade do sujeito como uma forma de desassujeitamento da política da verdade. Essa questão, ou seja, a vontade de verdade da modernidade, retoma a redundância das Ciências Humanas já que o assujeitamento, processo mediante o qual nos tornamos sujeitos do conhecimento, é possível exatamente quando se produz conhecimento sobre o sujeito. Ou seja, é quando colocamos o pensamento pensando o próprio pensamento que criamos a condição de assujeitamento do sujeito e, por sua vez, o desassujeitamento só é possível quando interrogamos a verdade e suas formas de demarcar o que existe, no mesmo processo.

Quando o pesquisador, na pesquisa em Ciências Humanas, observa o pensamento pensando o que ele pensa, ele também constrói o sujeito da pesquisa. Ou seja, o pesquisador, ao observar o humano, produz a própria possibilidade da existência do humano. E, da mesma maneira, produz sua própria condição de existência enquanto pesquisador. Vem-nos a questão: como pesquisar, produzir conhecimento sobre o humano sem assujeitá-lo à verdade? Como tornar possível “um espaço-outro” desassujeitado na pesquisa? É possível esse lugar desassujeitado no domínio das pesquisas? As contribuições foucaultianas nos levam a crer que estamos fadados a produzirmos assujeitamentos no processo de pesquisar. Mas, ao mesmo tempo, dá uma pista muito interessante: ao partirmos do entendimento de que ao pesquisar produzimos o próprio sujeito de nossas pesquisas, e que esse processo é assujeitante ou subjetivante, podemos tomar a pesquisa em Foucault como uma ferramenta não-ingênua no pensar e analisar o processo de produção do objeto como inerente ao pesquisar. E dessa forma, criar condições para um desassujeitamento no jogo da política da verdade. Ou seja, compreender como nos tornamos “objeto” nesse intrincado jogo decorrente do processo de governamentalização da vida (Foucault, 2005).

Para ilustrar esse exercício de pesquisa, trataremos duas cenas: a primeira é uma pesquisa representacionista e a segunda, uma pesquisa que propõe o *pensamento pensando enquanto ele pensa*.

Cena 1: A pesquisa representacionista – cena hipotética.

A cena de pesquisa que vamos trazer como exercício é a de um pesquisador da área das políticas públicas que, ao verificar que o Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal não

atinge a porcentagem esperada de cobertura do benefício para a aquisição da casa própria, construiu um projeto de pesquisa para analisar as causas da não garantia do direito à moradia para os sujeitos que acessaram o Programa Minha Casa Minha Vida. Com relação à metodologia, o pesquisador realizou, num primeiro momento, questionários com perguntas fechadas e, posteriormente, entrevistas semiestruturadas com uma amostra significativa de pessoas que não possuem moradia e que acionaram o projeto Minha Casa Minha Vida, mas não foram contempladas, para levantar os motivos da não garantia do direito à moradia, estabelecendo indicadores classificatórios e ordinais na população para adequar o Programa a cada grupo específico, investigando 'fatores' endógenos - renda per capita, nível de escolaridade, qualificação profissional, índice de desemprego, etc..) - e exógenos - indicadores de desenvolvimento econômico, social, ambiental, etc. daquela região em comparação aos índices 'macrossociais' - de cada grupo populacional, que venham a incidir sobre esta causalidade no não-acesso ao Programa, buscando suprir com estas informações novos Projetos que finalmente garantam o acesso ao Programa em questão. Neste caso, não se pensa, não se coloca em questão quais modelos de constituição de um determinado saber estão postos ali, ou ainda, não se problematiza quais são os regimes de verdade constituintes de objetos a serem investigados que possibilitam aquele objeto-pesquisado que possibilitam estabelecer tais índices, formular tais fatores a serem investigados, ou mesmo configurar soluções condizentes com este cenário de pesquisa.

Numa cena de pesquisa representacionista como essa, o pesquisador, com os resultados de sua pesquisa, produz uma representação do objeto estudado, ou seja, produz uma “imagem” da realidade estudada criando outra coisa que não é o próprio objeto de estudo, pois todo o cenário da pesquisa já está *a priori* constituído, já está dado. A pesquisa representacionista cria uma imagem da problemática do direito à moradia e a eficácia do Projeto Minha Casa Minha Vida, no entanto, não é a própria problemática.

Podemos tomar em questão também a problemática do direito à saúde em que essa imagem não consegue trazer, para as análises, as diferentes realidades que não cessam de acontecer referentes aos problemas de moradia dessa população inscrita no Programa Minha Casa Minha Vida. Podemos dizer ainda que, ao tomarmos a pesquisa desta forma, com a imagem representada do objeto-sujeito assujeitado na pesquisa, se

entende tanto a necessidade de moradia quanto o direito de moradia como questões naturalizadas. Assim, tais pesquisas acabam entrando numa proposta de questionar porque as políticas públicas não avançam, no entanto não questionam as condições de possibilidade das políticas públicas, em que momento foi possível pensar em direitos - e em especial o direito à moradia - e a que jogos de poder esse direito se liga e se inscreve. Seguindo nessa linha, poderíamos dizer também que a pesquisa no domínio da representação não questiona quais são os efeitos desse direito na vida das pessoas e a que processos de produção de (a)ssujeitamento ele se vincula.

Cena 2: A pesquisa que pensa o pensamento pensando

A segunda cena traz a mesma questão de pesquisa da cena 1, ou seja, compreender as causas da não garantia do direito à moradia para sujeitos que acessaram o projeto Minha Casa Minha Vida. No entanto, tal pesquisa não busca os dados já colocados, ou mesmo a construção de dados a partir da tentativa de responder ao problema. Uma pesquisa como esta, diferentemente, procura compreender com é possível que tal problemática possa ser colocada enquanto problema de pesquisa. A questão-problema não indaga as “causas” da não garantia do direito à moradia, mas procura compreender o que está em jogo no processo de não garantia de direito à moradia a pessoas que acessaram o projeto Minha Casa Minha Vida e quais são os efeitos desse jogo nos modos de produção do sujeito que tem direito à moradia bem como dos efeitos na própria constituição destes direitos.

Dessa forma, *pensar o pensamento pensando* as políticas públicas produzindo e legitimando a noção de sujeito de direitos é compreender como é possível, em que condições um eu-sujeito, pesquisador, consegue formular tal questão e quais são os efeitos desse processo. Um possível movimento de recuo para visualizar a cena do pesquisador produzindo a representação sobre os efeitos das políticas públicas na construção da noção de sujeito de direitos à moradia seria realizar algumas indagações ao pensamento do pesquisador, como por exemplo:

É possível as políticas públicas tomarem como objeto de intervenção o sujeito de direitos à moradia? Como é possível que as políticas públicas tomem como objeto de intervenção e como base a noção de direito à moradia? Quais são as condições de possibilidade para que as políticas públicas

tomem a moradia como objeto? Que racionalidades são convocadas na relação entre políticas públicas e direito à moradia? Quais são os efeitos de verdade que essa relação produz?

É indagar, portanto, pelas condições de possibilidades e pelos efeitos dessa relação. Possíveis respostas a essas questões nos remetem para os jogos de verdade que produzem o sujeito de direitos como sujeito de políticas públicas. Remonta, portanto, ao entendimento das políticas públicas como uma das estratégias de governamentalidade que conduz a população a partir de uma gestão econômica.

Evidenciar esses jogos de verdade é um exercício de estranhamento/ desassujeitamento dessas relações para uma possível construção de outras relações entre Estado, mercado econômico e sujeito de direitos. Nesse sentido, uma breve retomada das condições de possibilidade dessa articulação entre políticas públicas e sujeito de direitos nos traz muitos elementos que necessariamente devem compor a análise do campo estratégico ao se pensar o sujeito de direitos como objeto de intervenção das políticas públicas e das pesquisas formuladas neste lugar.

Referências

- Foucault, M. (2010). *Hermenêutica do Sujeito*: curso dado no Collège de France (1981-1982). 3ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2006). Psicologia de 1850 a 1950. In M. Foucault. *Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise – Ditos e Escritos I*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2007). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (9a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2005). O que é a crítica? [Crítica e Aufklärung]. Relatório da sessão de 27 de maio de 1978. In F. L. Britto. *Crítica e modernidade em Foucault: uma tradução de “Qu’est-ce que la critique?” [Critique et Aufklärung], de Michel Foucault* (35-63). Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Recebido: 01/06/2011
Revisado: 15/09/2011
Aprovado: 13/10/2011

Vinciane Despret comenta as apresentações de Ana Cláudia Lima Monteiro e Neuza Guareschi¹

Vinciane Despret: Primeiramente eu gostaria de agradecer nossas duas oradoras por suas apresentações extremamente interessantes e que me abriram o apetite. Dois apetites diferentes. Com a primeira exposição, eu tenho um apetite por saber mais, mas farei minhas perguntas após o meu comentário que consistirá em me posicionar entre as duas apresentações. As minhas perguntas serão bem simples, concretamente, a partir dessa desconstrução: “O que pode fazer um psicólogo?”, “O que podemos fazer?”. Portanto, isso é o que eu perguntarei mais tarde, pois me interessa muito, do ponto de vista prático.

Quanto à apresentação da Ana Cláudia, da professora Ana Cláudia, meu apetite foi diferente. Fez-me proliferar as interpretações na cabeça, fez-me pensar. Mas não se trata, de forma alguma, de uma proliferação de interpretações psi. Trata-se de proliferações de interpretações no sentido sofista do termo. Ou seja, a multiplicidade de versões daquilo que você nos propõe.

Procurei tecer articulações entre as duas apresentações e eu diria que a articulação que me saltou aos olhos, quando as duas apresentações haviam terminado, foi que ambas se articulam ao redor do mesmo tema do desassujeitamento, no sentido de Foucault. Na primeira, estamos com o Foucault que nos ajuda a criticar e a pensar as relações de poder. E com a Ana Cláudia, estamos com o Foucault da preocupação consigo, que transforma, de alguma maneira, a possibilidade de uma vida em obra a fazer – eu retomo os temas que abordamos ontem. Se eu falo de sua vida como “uma obra a fazer”, quando estamos falando aqui de trabalho, é talvez justamente porque, nesse ponto, vida e trabalho se fundiram de tal forma que não podemos mais distingui-los. A vida e o corpo, espaços que considerávamos como espaços íntimos, tornam-se espaços da profissionalização. Mas seria realmente no mesmo sentido do termo desassujeitamento? Será que, com a Ana Cláudia, trata-se de uma atitude de ultrapassar o assujeitamento? Em outras palavras, será que se trata de ultrapassar a questão do assujeitamento, na Ana Cláudia? Ou, quem sabe, de aceitá-la, como um *amor fati*? O *amor fati* é o amor ao destino, em Nietzsche. É o fato de transformar seu fado em destino. Ou seja, um destino aceito e desejado. Assim, pensá-lo a partir do *pathos*, mas sem trair

esse *pathos*. Ela diz, no princípio de sua apresentação: “a inquietude é o que mobiliza o meu texto”. E eu vejo, então, o tema da Ana Cláudia como uma resposta possível, ou uma proposta de resposta possível que continua o trabalho da Neuza. Trata-se de continuar a ruptura, ou seja, de romper com as práticas de ruptura. Como, por exemplo, a ruptura de conhecimento, tal como evocada pela Neuza, quando ela explica, por exemplo, que o sistema, mesmo o sistema freudiano, não consegue romper com a causalidade, pois as experiências anteriores são sempre imanentes ao momento atual, ou convivem com ele, devendo explicá-lo. Temos uma experiência anterior com a Ana Cláudia, mas ela não explica nada. Ela está aí, é tudo, como uma doação, um presente. Ela vai tecer alguns vínculos narrativos, mas nenhum desses vínculos será reparador. Nenhum dos vínculos poderá tecer um motivo vigoroso. Ela não reunirá todos os fios. E ela o assume, pois o modelo narrativo – eu o aprendo com ela – se baseia num novo tipo de relação, o da confiança no destinatário. É a confiança, em primeiro lugar, em uma troca criativa de doação. Falar da menininha que ela foi, dos ortopedistas, das bailarinas, da mãe enfermeira, das alegrias e dos medos... E assim sabemos sobre o seu sofrimento, mas ela não o diz. Ela tem confiança e nos fala da sua confiança. Cabe a nós tecer os vínculos e fazê-lo bem feito. Poderíamos criar uma história de assujeitamento, e de assujeitamentos sucessivos que se substituem uns aos outros. Primeiro, a medicina e a ortopedia, que lhe fabricam um corpo normatizado. Em seguida, a dança, que renormatiza de outra forma. Em seguida, a tese – Deus sabe que ela é um processo normativo. Depois, a conferência, que revela outras práticas de assujeitamento. Ana Cláudia obedece aos códigos, faz uma concessão à estratégia do consentimento, mas acaba chegando atrasada. Então, é uma versão possível e não estou certa de que seja aquela que tenho vontade de tecer.

E podemos ter uma versão um pouco diferente, que nos permita sair das fôrmas pré-moldadas. Talvez haja aí uma prática de assujeitamento, mas então, como compreender o amor de sua mãe? Como compreender as intervenções dos ortopedistas? Sim, é claro – porque existem questões de poder, mas também questões de amor. Ela nos explicará, tão bem, que, se a dança é uma prática de assujeitamento, o corpo pode sair dela mais dócil, porém também sai mais leve. Tanto mais livre em seus movimentos quanto fora

¹ Ajustes feitos pelos autores das mesas. Revisão técnica: Maria de Fatima Aranha de Queiroz e Melo e Vera Schroeder.

disciplinado. Tanto mais autônomo quanto aprendera a obedecer.

Em seguida, um terceiro vínculo entre as duas apresentações. Sim, a narrativa é um modo de subjetivação, mas um modo que oferece uma ligeira defasagem. Parece-me que, quando se trata de subjetivação, o assujeitamento não é vivido como um risco e não impõe a desconfiança. Observem um pouco sua trama narrativa. Como eu disse, ela deixa alguns fios soltos, sozinhos. Cabe a nós terminar o trabalho, tecer nossa estampa. Ela aprendeu dos sofistas e nos ensina ainda outra coisa. Eu retomo aqui as palavras que a Vera² usou em sua tese: ela aprende com os sofistas a “como podemos dar movimento às portas e janelas”. E cada um dos fios, cada uma das versões que deveremos produzir a partir de seu texto representa escolhas que deveremos fazer. Eu retomo aqui o trabalho de Barbara Cassin³ – que eu creio ter também inspirado o seu trabalho – que mostra que uma tradução é sempre um conjunto de decisões que fazem proliferar versões. Se o primeiro termo significa “isto” – por exemplo, numa tradução, se o primeiro termo da frase significa “isto”, então o segundo termo pode significar “isto” ou “aquilo”. Há duas vias possíveis. Mas, nesse momento, se você tem duas vias possíveis, você vai verificar se o primeiro termo significa realmente aquilo que você pensava, ou se ele significa outra coisa. E então nos encontramos com quatro traduções possíveis. E assim fazemos proliferar as versões. Então, creio que a Ana Claudia, quando ela escolhe me contar sobre a viagem de Ulisses, isto não se dá por acaso, pois eu acho que é muito sofista essa versão que eu vou te propor. Há aqueles que pensam que Penélope, ao tecer e desfazer o tecido, o mantinha longe e que, na verdade, a viagem de Ulisses era simplesmente a espera pela permissão de retornar. Isso cria mais uma narrativa entre Ulisses e sua mulher, um fio invisível que se teceu entre eles e que, de uma maneira estranha, se encontrava na tapeçaria. Assim, podemos dizer que é a tapeçaria que guia essa viagem. É isso.

2 Vera Schroeder estabeleceu um contraste entre o modelo platônico nas ciências e as contribuições do movimento sofístico. A metáfora da janela (ou sua poética) sugere a capacidade de deixar a janela aberta, fechada ou entreaberta ao exterior. Esta labilidade discursiva é fundamental para o preenchimento de espaços vazios, para que possamos modelar e transformar mundos e existências, assim como para a criatividade frente à urgência de *kairos*. (Schroeder, Vera. *A psicologia social e a noção de verdade: do conhecimento do erro à feitura de tramas*. Tese de doutorado, UERJ, Instituto de Psicologia, 2011).

3 A filósofa e filóloga Bárbara Cassin é uma importante intelectual francesa. Com diversas obras publicadas, destacam-se a coordenação do *Vocabulaire européen des philosophies: dictionnaire des intraduisibles* e a obra *L'effet sophistique (temos no Brasil uma versão reduzida desta obra original)*.

Vinciane Despret, dirigindo-se à Neuza: Como você faz? As práticas de entrevista ainda são possíveis, ou não?

Neuza Guareschi: Sim

Vinciane Despret: E em que condições elas são permitidas? Ou será que estamos irremediavelmente obrigados a lidar com práticas de assujeitamento?

Neuza Guareschi: Tanto as entrevistas quanto qualquer outra forma de comunicação continua possível. A questão é não se prender à questão do objeto e da representação daquele objeto, mas poder sair disso e olhar toda a cena de pesquisa, mais especialmente, prestar atenção naquilo, no pensamento, pensando enquanto ele pensa. E aí, acho que é todo tempo como ela falou, é um jogo de sujeitamento e assujeitamento. Acho que ela trouxe bem esse jogo no exemplo da Claudia. Tem o texto do Foucault⁴, onde ele coloca muito bem que “A gente sempre vai ser governado, mas a gente pode escolher o modo de ser governado”. Não sei se eu respondi.

Vinciane Despret: Eu tenho uma curiosidade: você faz pesquisa de campo? Você faz psicologia em campo?

Neuza Guareschi: Sim.

Vinciane Despret: Numa entrevista, como ela acontece? Eu queria simplesmente que você nos contasse, numa pesquisa de campo, “eis como nós fazemos”. Você pode me dar um exemplo de uma entrevista que você tenha feito e que mostre como você opera com esse tipo de coisa?

Neuza Guareschi: Sim, teria muitos. Não sei se eu vou conseguir responder o que você quer, mas tenho muitos exemplos. Um deles é com jovens da periferia. Acho que a questão começa antes, vamos dizer, de como você aborda o jovem. Há uma escolha política quando você vai ao jovem da periferia. Por exemplo, eu posso ir lá e escutar que ele não consegue trabalho e que as pessoas têm preconceito em relação a ele. Com Foucault, eu até posso pensar em como ele é assujeitado por determinados discursos que o colocam nesse lugar. Mas eu também posso ir lá e provocar nessa juventude, provocar nesse jovem, a partir do nosso encontro, do meu pensamento e do pensamento dele, – maneiras de colocá-lo a pensar outras coisas, ou seja, outros modos de subjetivação que não só ser tomado por discursos hegemônicos. Eu não tenho intenção de colocar uma coisa para ele pensar, mas agora, isso que ele vai pensar vai partir das condições que se estabelecem, de uma relação, do que essa relação torna possível que seja pensado

⁴ Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. Bulletin de la Société française de philosophie, 82(2), pp. 35-63, avr/juin 1990 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento, disponível em <http://vsites.unb.br/fe/tef/filosco/foucault/critica.pdf>.

nessa relação entre pesquisador e pesquisado. Então, a questão não é minha nem ele, mas do que é que essa relação pode fazer emergir daí. Que condições e possibilidades ela pode dar para que se possa pensar outras coisas.

Vinciane Despret: E como obtemos essa mudança?

Neuza Guareschi: Na verdade, eu não vou poder responder para esse jovem porque ele não tem trabalho. O que eu vou fazer é provocá-lo para que ele fique pensando, a partir desse não trabalho, que outras coisas ele pode pensar: “eu não tenho trabalho por isso, eu não tenho por aquilo, mas eu posso procurar outras coisas”. Isso. Por exemplo, nessa pesquisa, depois, eles pensaram em dançar, foram dançar; pensaram em fotografar, foram fotografar.

Por Uma Epistemologia da Imagem Técnica

For an Epistemology of Technical Image

Solange Jobim e Souza¹

Resumo

Este texto tem por objetivo discutir os usos da imagem técnica e suas implicações epistemológicas para a pesquisa acadêmica. As estratégias metodológicas de tal abordagem focalizam o uso que o próprio pesquisador faz das imagens quando ele utiliza a vídeogravação como instrumento de mediação com o campo da pesquisa. Isto implica colocar em foco a interação do pesquisador com os aparatos tecnológicos e com os sujeitos da pesquisa. Nossa intenção é oferecer subsídios para a definição do ato de pesquisar a partir da construção de uma ética e de uma estética do olhar que considera os usos atuais das tecnologias audiovisuais e digitais.

Palavras chave: Imagem técnica; pesquisa; ciências humanas; princípios epistemológicos.

Abstract

This article intends to discuss the uses of technical image and its epistemological implications for the academic research. The methodological strategy of this approach focuses on the use the researcher himself makes of the images when using the video, as an instrument for mediation inside the field research. This implies taking into account the interaction of the researcher with the technological artifacts and the subjects. Our intention is to offer a definition to the act of researching according to an ethics and an esthetics of vision which considers the uses of new audio, visual and digital technologies.

Keywords: Technical image; research; human sciences; epistemology.

¹ Professora Associada do Departamento de Psicologia da PUC-Rio. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Endereço para correspondência: Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22.543-900. Endereço eletrônico: soljobim@uol.com.br

A linguagem da realidade, enquanto ela foi natural, se encontrava fora da nossa consciência: presentemente que ela nos aparece “escrita”, através do cinema, ela não pode deixar de exigir uma consciência.

Pier Paolo Pasolini (1983).

As contribuições para este debate dizem respeito aos processos de criação de narrativas, que utilizam as imagens técnicas como mediações discursivas, no âmbito da pesquisa e da produção do conhecimento em ciências humanas.

Observando as condições da experiência cotidiana, constata-se que tanto a forma como o conteúdo das produções culturais estão em processo acelerado de transformação. Na medida em que os usos das tecnologias possibilitam a criação de novas possibilidades de narrarmos nossas experiências, o próprio conceito de narrativa passa a ser uma questão para nossa época. Somos, portanto, convocados a refletir sobre os modos como participamos da criação da cultura, obedecendo aos imperativos da técnica, apesar de nem sempre termos plena consciência do quanto essas mediações tecnológicas nos forcem a existir de uma determinada maneira.

No que diz respeito ao pesquisador das ciências humanas, este tema é de crucial importância, pois também ele é compelido a refletir criticamente sobre seus métodos, uma vez que não pode negligenciar a presença dos aparatos técnicos na vida prática.

Este fato, portanto, exige a formulação de novos conceitos para uma compreensão das relações que estão sendo produzidas entre o homem e suas linguagens, modificando o modo como suas experiências passam a ser narradas. Neste contexto, o que se observa é um conjunto de possibilidades de criação oferecidas pelas novas formas de instrumentalização da vida prática, que fazem existir um determinado modo de produção da cultura em sintonia com a época atual.

Em vista disto, a discussão de estratégias metodológicas de pesquisa em ciências humanas deve compreender o uso das imagens técnicas não só como instrumentos que permitem novas visibilidades, mas que especialmente interferem em nossos modos de existir no mundo. As máquinas de visão são assim incorporadas à experiência do homem contemporâneo como extensões do seu próprio corpo, desencadeando comportamentos que questionam as polarizações entre natureza e cultura, sujeito e objeto, tecnologia e sociedade. A *desnaturalização* e a *desneutralização* de nossos métodos de pesquisa precisam ocupar um lugar de destaque neste cenário. Os modos de produção de conhecimento não podem estar apartados das

práticas sociais e culturais cotidianas. Assim, como cada época constrói suas questões e as formas de respondê-las, entendemos que é preciso formular novas indagações sobre os usos da imagem técnica na pesquisa. Portanto, nosso enfoque é discutir o uso da imagem técnica na pesquisa em ciências humanas como forma de compreender uma época que se constitui em torno das tecnologias audiovisuais e digitais.

Mas o que é a “imagem técnica”? Que definição de “imagem técnica” deve orientar nossas indagações? Para Vilém Flusser (1998), compreender uma imagem técnica é poder percorrer, no sentido inverso, o caminho do seu processo de criação. Uma imagem técnica esconde conceitos e sentidos que lhe deram origem; portanto, decifrá-la é procurar reconstituir o texto ou os textos que tal imagem contém. Estes textos são o modo como inventamos o mundo como abstração conceitual, ou seja, o mundo revelado a nós através de conceitos. Portanto, o que vemos “*ao contemplar uma imagem técnica não é o ‘mundo’, mas determinados conceitos relativos ao mundo, a despeito da automaticidade da impressão do mundo sobre a superfície da imagem*” (Flusser, 1998, p. 35). Flusser situa a importância de não naturalizarmos as imagens técnicas, lembrando-nos de que são produtos culturais, estando, portanto, a serviço de maneiras de ver, sentir e interpretar a realidade, mediando modos como experimentamos o mundo. O perigo de naturalizarmos as imagens técnicas está em não estabelecermos com elas uma relação de significação, passando a compreendê-las como prontas ou acabadas, sem percebermos que contemplam uma série de signos que necessitam ser revelados.

Nesta perspectiva de análise, podemos dizer que o homem contemporâneo experimenta a materialidade do mundo em que habita mediado por aparatos que podemos denominar “*próteses do olhar*”. Nosso olhar para o mundo é construído a partir de conceitos que orientam a nossa experiência com as imagens a partir de determinadas significações presentes no cotidiano das práticas sociais. Nosso olhar é inevitavelmente marcado por dimensões axiológicas que circulam em nosso contexto.

Levando em conta tais considerações, nosso foco é desenvolver uma base conceitual para tratarmos dos usos da imagem técnica na pesquisa acadêmica, tendo como marco fundamental as implicações éticas que devem estar presentes na produção das estratégias metodológicas de pesquisa. Em suma, como caracterizar e compreender os efeitos das “*próteses do olhar*” que estão intermediando a relação dos homens com

a vida prática e a relação do pesquisador com o seu objeto de pesquisa.

A questão central para o nosso debate poderia ser colocada a partir da seguinte pergunta: *quais as implicações dos usos das máquinas de visão em pesquisa acadêmica, uma vez que reconhecemos que elas operam e desencadeiam novas maneiras de tomarmos consciência do mundo físico e social, e mais do que isto, acabam por transformar nossas relações físicas com a realidade em relações culturais?*

Para responder tal questão devemos começar por colocar em destaque dois aspectos que consideramos fundamentais para se pensar criticamente o uso da imagem técnica na pesquisa em ciências humanas: o primeiro aspecto diz respeito ao fato de que a experiência com as imagens técnicas está sendo incorporada como hábito, ou seja, o efeito da cultura da imagem se revela no comportamento das pessoas e é assumido de modo natural, sem muitas indagações ou questionamentos; o segundo aspecto é como criar estratégias que permitam o estranhamento desta postura, ou melhor, *desnaturalizar* tal postura e intervir neste processo de modo consciente, construindo conceitos e estratégias metodológicas que apontem para uma atitude crítica sobre o modo como a cultura da imagem penetra e transforma nossa experiência subjetiva.

Em síntese, temos a própria experiência com a imagem técnica disseminada entre as pessoas como resultado da cultura de uma época; entretanto, nos falta buscar uma compreensão destas transformações, construindo conceitos que nos permitam uma tomada de consciência de como os novos hábitos se infiltram na vida das pessoas. Este último aspecto se refere ao espaço que deve ser preenchido pelo trabalho da pesquisa em ciências humanas que, através do uso da imagem técnica, pode abrir fronteiras para explorar com mais profundidade a cultura da imagem e as novas experiências subjetivas.

Os modos de produção de conhecimento não podem permanecer indiferentes às práticas sociais e culturais cotidianas. De fato, o que se observa é que estas práticas começam a exigir a criação de estratégias de investigação condizentes com a experiência do sujeito contemporâneo de ver e de ser visto através da mediação de instrumentos técnicos. *Trata-se de criarmos, através da pesquisa em ciências humanas, modos de confronto com as máquinas de visão, colocando tanto o pesquisador como os sujeitos da pesquisa na posição de se sentirem responsáveis por inventar novas estratégias metodológicas na relação com o ato de pesquisar.*

A pesquisa, neste contexto, assume a forma de *intervenção nas práticas sociais*, envolvendo os modos de ser e os “fazeres” inscritos no cotidiano. As estratégias metodológicas de tal abordagem investigativa focalizam o uso que o próprio pesquisador faz das imagens, quando ele utiliza a vídeogravação como instrumento de mediação com o campo da pesquisa. Isto implica colocar em foco necessariamente, a interação do pesquisador com os aparatos tecnológicos e os sujeitos da pesquisa. A intenção metacognitiva, explicitada desde o início pelo pesquisador, revela o propósito de se criar situações objetivas em que os sujeitos tenham a oportunidade de exercer uma tomada de consciência sobre o seu olhar e sobre os seus modos de representar a experiência de estar no mundo, a partir do que lhe é oferecido pelos artefatos culturais de sua época.

Constatamos que, nos dias de hoje, o olhar se expande e se beneficia com o uso da técnica, pois não somos mais apenas olhados pelo outro, mas por objetos que se comunicam conosco de modo peculiar, exigindo novas maneiras de interlocução e de revelação. As máquinas de visão criadas a partir do século XIX (fotografia, cinema, vídeo, Internet...) interferem nos modos como tomamos consciência do mundo e de nós mesmos. Por este motivo, o lugar que devem ocupar na pesquisa diz respeito ao modo como passamos a problematizar e compreender *a presença da câmara como um terceiro interlocutor* que, necessariamente, ocupa uma relação ambivalente no campo, favorecendo ou dificultando uma infinidade de comportamentos, atitudes e expectativas. Contudo, quando o pesquisador decide incorporar a imagem técnica como parte de sua estratégia metodológica, é fundamental a delimitação das etapas, definindo objetivos e metas específicas a serem alcançadas, pois os usos da imagem técnica em pesquisa acadêmica podem tomar infinitos contornos e possibilidades.

Em síntese, ao optar pela realização da pesquisa utilizando a imagem técnica (vídeogravação), destacamos, em princípio, as seguintes etapas:

a) O primeiro momento é o da filmagem do encontro do pesquisador e seu outro, no contexto da pesquisa de campo. Este é o momento em que se desenvolve a pesquisa propriamente dita sobre determinado tema, envolvendo a equipe de pesquisadores, sujeitos e o aparato técnico – a câmara de vídeo;

b) O segundo momento diz respeito à criação de um roteiro para a edição das imagens que foram gravadas durante a pesquisa de campo. Com base neste roteiro, faz-se a edição das imagens, gerando

um vídeo-documentário preliminar. A escolha deste material obedece a critérios definidos a priori pelo pesquisador e sua equipe;

c) O terceiro momento diz respeito ao retorno ao campo para a apresentação do videodocumentário aos sujeitos que participaram da pesquisa, compartilhando com eles os resultados preliminares e instaurando um tipo de interlocução que gera novos significados para as imagens gravadas.

d) O quarto momento diz respeito ao compromisso do pesquisador com a divulgação dos resultados da pesquisa para o público mais amplo, a partir de um produto audiovisual que foi elaborado com base em consentimentos mútuos e acordos compartilhados.

Esta abordagem metodológica apresenta uma peculiaridade que deve ser destacada: *a dimensão processual do encontro entre o pesquisador e seus interlocutores*. Trata-se, portanto, de uma produção de conhecimento que acontece em duas direções complementares. Por um lado o conhecimento que os sujeitos da pesquisa constroem sobre si mesmos e as particularidades que se revelam de modo singular neste contexto específico. Por outro lado, o conhecimento que o próprio pesquisador constrói sobre a intervenção proposta por ele no campo, analisando as consequências da intervenção desencadeada pelo aparato técnico na dinâmica de funcionamento do grupo.

Neste contexto, vale destacar os seguintes deslocamentos e posicionamentos espaciais entre o pesquisador, o seu outro e a câmara:

- O lugar ocupado pelo pesquisador, na presença da câmara, através de suas intervenções e modos de aproximação e diálogo com o grupo;
- O lugar ocupado por cada membro do grupo, na presença da câmara, com suas intervenções e modos de aproximação e diálogo com o pesquisador e os outros membros do grupo;
- O lugar ocupado pela câmara, interferindo na dinâmica de funcionamento do grupo como um objeto que desencadeia expectativas, performances, sentimentos, atitudes e comportamentos.

O uso da vídeo-gravação na pesquisa de campo se apresenta como um tipo de mediação que instaura um modo específico de discursividade entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Esta dimensão processual do registro de imagens, neste contexto, problematiza a pretensão do encontro com uma verdade em si, alheia à presença do pesquisador no campo. A intenção desta abordagem é, ao contrário, se beneficiar da vídeo-gravação para evidenciar o meio pelo qual o pesquisador e seus outros negociam a produção de sentidos

compartilhados, ou seja, sentidos sempre provisórios e isentos de neutralidade.

Ciente de que a criação de estratégias de pesquisa-intervenção em ciências humanas com o uso da vídeo-gravação é um vasto campo de indagações, destacamos a seguir, alguns princípios epistemológicos que podem oferecer subsídios para orientar as formulações metodológicas para esta área.

a) Descrever densamente e caracterizar de forma detalhada a especificidade dos diálogos e das relações de reciprocidade que se estabelecem entre o pesquisador e seus outros, no contexto de uma pesquisa vídeo-gravação;

b) Caracterizar o lugar do pesquisador, dos sujeitos da pesquisa e da mediação técnica – a câmara - enquanto atores que participam ativamente da produção de sentidos em um determinado contexto de produção de conhecimento;

c) Problematizar a criação de “*personagens*” em pesquisa acadêmica, ou seja, os sujeitos da pesquisa frente à câmara demonstram com frequência ter consciência de que são simultaneamente atores e espectadores de si mesmo. Assim sendo, os sujeitos mostram, em gestos e palavras, o modo como imaginam a si mesmos naquele contexto, frente à câmara;

d) Discutir as implicações para a pesquisa acadêmica da “*encenação de si*”, considerando a positividade de se incorporar, no modo de se fazer pesquisa, a capacidade dos sujeitos se inventarem frente às câmaras;

e) Problematizar a especificidade da presença da câmara na cena da pesquisa de campo, mediando o encontro do pesquisador e seus outros, como um momento de *imprevisibilidade promissora*, e analisar os discursos gerados a partir da especificidade deste contexto;

f) Garantir, na edição das imagens, a partir dos depoimentos singulares dos sujeitos envolvidos, a diversidade de leituras para um mesmo problema, pois não há um real em si a ser perseguido, mas uma diversidade de sentidos produzidos no encontro entre o pesquisador e seus outros;

g) Considerar, na edição das imagens, a dimensão polifônica dos discursos, ou seja, apontar para a impossibilidade de produção de conhecimento centrado na consciência individual de um único sujeito;

h) Considerar e descrever minuciosamente a interferência da escolha dos enquadramentos técnicos da imagem no momento da gravação (posicionamento da câmara no espaço da filmagem; uso de microfones; uso de uma ou duas câmaras no momento da gravação; etc.). Isto, porque o posicionamento da câmara e o uso de dispositivos técnicos específicos, no contexto da pesquisa de

campo, devem ser cuidadosamente definidos a priori, além de observadas suas conseqüências, pois há que se considerar que o objeto “câmara” participa formalmente da produção de sentidos;

i) Distinguir a especificidade do material bruto gerado através da gravação em vídeo no contexto da pesquisa de campo, do material posteriormente editado, quando o pesquisador se retira do campo e seleciona as imagens que irão compor uma determinada narrativa sobre o tema em pauta, explicitando o motivo das opções por determinadas imagens em detrimento de outras;

j) Explicitar o compromisso ético do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, uma vez que se reconhece no dispositivo da vídeogravação a possibilidade infinita de usos da imagem dos sujeitos envolvidos, para além dos interesses e do contexto específico da pesquisa;

k) Discutir com os sujeitos da pesquisa as implicações éticas e estéticas que estão inevitavelmente presentes, tanto no momento da pesquisa de campo, como no momento da edição das imagens, para posterior divulgação dos resultados.

l) Finalmente, acrescentaria discutir e analisar os usos da narrativa produzida em forma de documentário, suas intencionalidades e suas repercussões. Qual o destino do documentário? Como e onde distribuí-lo e exibi-lo? Com quais intenções?

Estes são alguns dos princípios epistemológicos que servem como referenciais preliminares para a construção de estratégias metodológicas com o uso da imagem técnica em pesquisa. Nossa intenção é oferecer subsídios para a definição do ato de pesquisar a partir da construção de uma *ética e de uma estética do olhar*.

Referências

- Bakhtin, M. (2003). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Flusser, V. (1998). *Ensaio sobre a fotografia. Para uma filosofia da técnica*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Jobim e Souza, S. (2007). Dialogismo e alteridade na utilização da imagem técnica em pesquisa acadêmica: questões éticas e metodológicas. In: M. T. Freitas; S. Jobim e Souza & S. Kramer. *Ciências Humanas e Pesquisa. Leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez Editora.

Pasolini, P. P. (1983). *As últimas palavras do herege. Entrevistas com Jean Duflot*. São Paulo: Brasiliense.

Recebido: 06/06/2011

Revisado: 12/09/2011

Aprovado: 26/09/2011

Abrindo mão da polarização entre o técnico e o social/cultural

Forgoing the polarization between technical and social/cultural

Henrique Luiz Cukierman¹

Resumo

Para se abrir mão da polarização entre o 'técnico' e o 'social/cultural', o presente artigo propõe que é preciso mudar o ângulo de aproximação do problema, de forma a percebê-lo por um novo enquadramento. Brevemente resumido, um enquadramento em que o 'técnico' e o 'social/cultural' constituam um movimento de co-modificação, somente percebido por uma abordagem concomitantemente social e técnica, por um olhar sociotécnico. Em seguida são apresentadas as principais características deste olhar, bem como os desafios que ele oferece ao desenvolvimento de novos artefatos, à luz de exemplos oriundos em especial da engenharia de software.

Palavras-chave: olhar sociotécnico; polaridade entre o 'técnico' e o 'social/cultural'; engenharia de software.

Abstract

If a depolarization between the 'technical' and the 'social/cultural' is desired, a new angle is needed to approach the problem. Briefly, a new framing in which the 'technical' and the 'social/cultural' are constituted within a movement of co-construction, only perceived through a social and technical approach at the same time, through a sociotechnical framing. This article presents some of this framing's main features, as well as some of the challenges to the development of new artifacts, mainly based on examples coming from software engineering.

Keywords: sociotechnical framing; polarization between the 'technical' and the 'social/cultural'; software engineering.

¹ Professor adjunto do Departamento de Engenharia de Computação e Informação, pós-graduações do Programa de Engenharia de Sistemas da COPPE/UFRJ e do Programa de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da UFRJ. Doutor em Engenharia Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós Graduação e Pesquisa de Engenharia, Programa de Engenharia de Produção. Centro de Tecnologia - Bloco H - Sala H-319, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP: 21.945-970. Endereço eletrônico: hcukier@cos.ufrj.br

Introdução

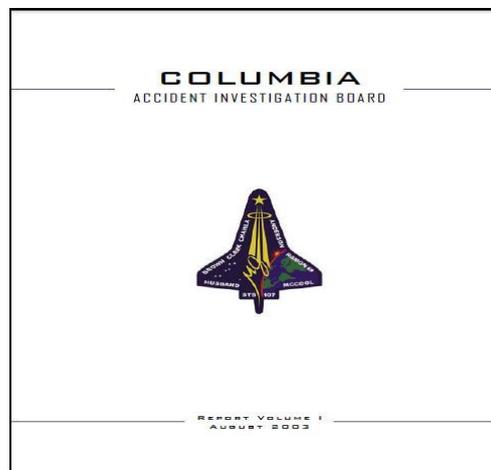
O convite que recebi para participar desta mesa, o qual desde já agradeço, principiava dizendo que seu “objetivo é partilhar pensamentos abrindo mão da polarização entre o técnico e o social/cultural, indicando os efeitos deste pensar para o estudo das novas tecnologias e da epistemologia”.

Se é para pensar em uma despolarização entre o ‘técnico’ e o ‘social/cultural’, podemos dizer que é preciso pensar em mudar o ângulo de aproximação do problema, percebê-lo por um novo enquadramento. Brevemente resumido, um enquadramento em que o ‘técnico’ e o ‘social/cultural’ constituam um movimento de co-modificação, somente percebido por uma abordagem concomitantemente social e técnica, por um **olhar sociotécnico**. Parece uma questão de maior densidade filosófica, assunto para cientistas sociais e para os departamentos de humanidades, mas trata-se de uma questão muito importante nos chamados ‘campos duros’, ligados direta ou indiretamente às ciências exatas, como, por exemplo, na avaliação do acidente da nave espacial Columbia, ocorrido em 1/02/2003. Em sua investigação, diferentemente daquela do acidente anteriormente ocorrido com a nave Challenger, quis a NASA uma investigação em bases renovadas, conforme se pode ler no relatório final da investigação (veja fig. 1), editado pelo *Columbia Accident Investigation Board* (CAIB, 2003, p. 97):

Várias investigações de acidente não vão muito longe. Elas identificam a causa técnica do acidente, e conectam-na a uma variante qualquer de um ‘erro de operador’ – o trabalhador que se esqueceu de inserir o parafuso, o engenheiro que calculou erradamente a fadiga, ou o administrador que tomou a decisão errada. Mas tudo isso raramente dá conta de toda a questão. Quando as determinações da cadeia causal estão limitadas à falha técnica ou individual, as ações tomadas com o objetivo de prevenir um evento similar no futuro também são caracteristicamente limitadas (...). De acordo com a nossa visão, a cultura organizacional da NASA teve tanta relação com o acidente como o problema da espuma². A cultura organizacional refere-se aos valores básicos, normas, crenças e práticas que caracterizam o funcionamento da instituição. Em seu nível mais básico, a cultura organizacional define os pressupostos assumidos pelos empregados

² A explicação ‘técnica’ atribuiu a causa do acidente com a Columbia ao descolamento de um pedaço da espuma protetora do tanque de combustível sólido, no momento da partida. Esse pedaço acabou se chocando com a asa, fazendo um buraco que, por ocasião do reingresso da nave na atmosfera terrestre, teria sido o responsável por sua explosão.

enquanto conduzem seus trabalhos. É uma força poderosa que pode persistir ao longo de reorganizações e de trocas de pessoas-chave. Pode ser uma força negativa ou positiva³.



COLUMBIA ACCIDENT INVESTIGATION BOARD		
VOLUME I		
In Mission	3	
Board Statement	6	
Executive Summary	9	
Report Synopsis	11	
PART TWO: WHY THE ACCIDENT OCCURRED		
Chapter 5	From Challenger to Columbia	
5.1	The Challenger Accident and its Aftermath	59
5.2	The NASA Human Space Flight Culture	101
5.3	An Agency Strives to Do Too Much With Too Little	102
5.4	Turbulence as NASA Hits the Space Shuttle Program	105
5.5	When to Explore the Space Shuttle?	110
5.6	A Change in NASA Leadership	115
5.7	The Return of Individual Pressure	116
5.8	Conclusions	117
Chapter 6	Decision Making at NASA	
6.1	A History of Flight Resonance	121
6.2	Schedule Pressure	131
6.3	Decision-Making During the Flight of STS-107	140
6.4	Possibility of Rescue or Repair	173
Chapter 7	The Accident's Organizational Causes	
7.1	Organizational Causes: Insights from History	173
7.2	Organizational Causes: Insights from Theory	180
7.3	Organizational Causes: Evaluating Best Safety Practices	182
PART THREE: A FRESH AIRMAN		
COLUMBIA ACCIDENT INVESTIGATION BOARD		
7.4	Organizational Causes: A Broken Safety Culture	184
7.5	Organizational Causes: Impact of a Flawed Safety Culture on STS-107	188
7.6	Findings and Recommendations	192
Chapter 8	History as Cause: Columbia and Challenger	
8.1	Evolution of Challenger	195
8.2	Failure of Powerlift: Two Decision Moments and the Normalization of Deviance	196
8.3	System Failure: The Impact of History and Politics on Rocky Work	197
8.4	Organization, Culture, and Unintended Consequences	199
8.5	History as Cause: Two Accidents	199
8.6	Changing NASA's Organizational System	202

Figura 1. Capa e índice da Parte 2 (“Porque ocorreu o acidente”) do relatório final da investigação do acidente com a Columbia, editado pelo CAIB - Columbia Accident Investigation Board (2003).

³ Do original: “Many accident investigations do not go far enough. They identify the technical cause of the accident, and then connect it to a variant of “operator error” – the line worker who forgot to insert the bolt, the engineer who miscalculated the stress, or the manager who made the wrong decision. But this is seldom the entire issue. When the determinations of the causal chain are limited to the technical flaw and individual failure, typically the actions taken to prevent a similar event in the future are also limited (...) In our view, the NASA organizational culture had as much to do with this accident as the foam. Organizational culture refers to the basic values, norms, beliefs, and practices that characterize the functioning of an institution. At the most basic level, organizational culture defines the assumptions that employees make as they carry out their work. It is a powerful force that can persist through reorganizations and the change of key personnel. It can be a positive or a negative force”.

Dito de outra forma, não bastam os chamados ‘fatores técnicos’, especialmente quando se trata de lidar com artefatos tecnológicos extremamente complexos (que certamente constituem e são constituídos por organizações complexas, tal como apontado pelo relatório da NASA). Um outro exemplo, oriundo da área das ciências da computação, sobre o qual vou aqui me debruçar, é o caso da ES - Engenharia de Software -, onde o problema é introduzido já na própria iniciação do engenheiro, como comprova o livro-texto de Ian Sommerville (2008, p. 14-15), logo no seu segundo capítulo (Fig. 2), intitulado “Sistemas sociotécnicos”, onde se pode ler que “[o]s objetivos deste capítulo são apresentar o conceito de um sistema sociotécnico – um sistema que inclui pessoas, software e hardware (...)”, e assim opô-lo ao que denomina de “sistemas técnicos baseados em computadores (...) [que] são aqueles que incluem componentes de hardware e software, mas não incluem procedimentos e processos”.

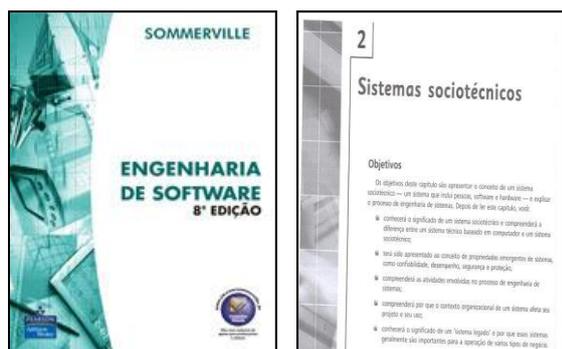


Figura 2. Capa do livro-texto de Ian Sommerville (2008) e início do seu capítulo 2

Neste ponto, creio ser importante mencionar que falo do interior de uma pós-graduação em Engenharia de Sistemas e Computação, a saber, de uma linha de pesquisa denominada Informática e Sociedade, na qual recebo, entre outros, engenheiros de computação para desenvolverem suas dissertações e, portanto, posso dizer que conheço um pouco desse mundo ou, como diria Karin Knorr Cetina (1997), dessa cultura epistêmica, ao menos o suficiente para dizer que, na ES hegemônica, especialmente conforme praticada no Brasil, uma maneira de enfrentar a questão é percorrer a via da demarcação, na qual se reconhece a presença de ‘fatores não técnicos’, mas em separado dos chamados ‘fatores técnicos’. Essa demarcação considera que o tecido sociotécnico seria formado por dois tipos de fios: o domínio técnico, ou seja, o software como artefato técnico a-

contextual de um lado, e os contextos e situações particulares de sua utilização de outro, no domínio social. A partir dessa premissa, os efeitos do uso de software, um típico exemplo de um híbrido entre os ‘domínios social e técnico’, são entendidos como uma mistura de duas formas puras (Latour, 1994, p. 78) que seriam essencialmente diferentes *a priori*, por sua natureza ontológica: o que veio do sujeito – isto é, o fio do domínio social (homens entre eles, ou como diz o relatório da NASA, o organizacional) – e aquilo que se originou do objeto – ou o fio do domínio técnico (ou seja, da ‘natureza’ do software). Nessa visão, o tecido sociotécnico seria composto desses dois elementos diferentes por natureza que poderiam eventualmente separar-se.

Assim, grosso modo, a ES propõe modelos para o desenvolvimento de softwares que deem conta do ‘técnico’, modelos ‘universais’, que reúnem as assim chamadas ‘melhores práticas’. E, quando os ‘modelos’ emperram, não funcionam dentro do esperado, os ‘fatores não técnicos’ são os responsáveis, são eles que precisam ser investigados (e não os modelos, e muito menos o próprio ato de propor modelos ‘universais’!) e explicados (aqui a lembrança da assimetria de David Bloor (1976) é evidente: explica-se porque modelos dão errado com razões sociais/culturais, porém se tudo dá certo, a razão é a da excelência técnica que lhes é intrínseca). Olhando mais de perto um ‘modelo universal’ altamente difundido, o CMMI (Capability Maturity Model Integration – Modelo Integrado de Maturidade de Capacitação) e seus níveis de maturidade⁴, a criatura, mostra a cara do seu criador, a saber, o Software Engineering Institute da Carnegie Mellon University (Fig. 3).

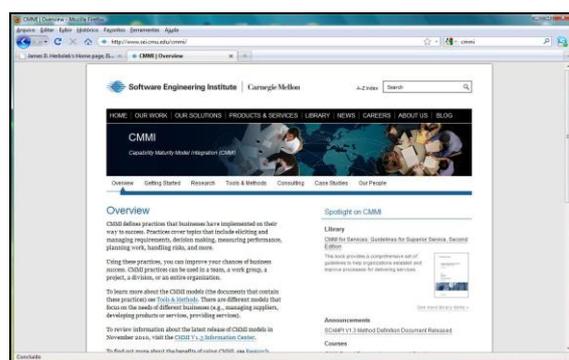


Figura 3. Sítio do SEI - Software Engineering Institute da CMU - Carnegie Mellon University, oferecendo um de seus principais produtos, o CMMI.

⁴ São cinco níveis de maturidade: inicial, gerenciado, definido, quantitativamente gerenciado e otimização.

Fuçando mais um pouco seu sítio na Internet, deparamos com seu histórico (fig. 4) ligado umbilicalmente ao Departamento de Defesa dos EUA, o DoD, seu fundador em 1984. A construção de um modelo para a atividade de desenvolvimento de software tem suas origens nas necessidades do DoD, especialmente no que diz respeito à manutenção da confiabilidade dos produtos de software, desenvolvidos através de uma longa cadeia de contratações e subcontratações.

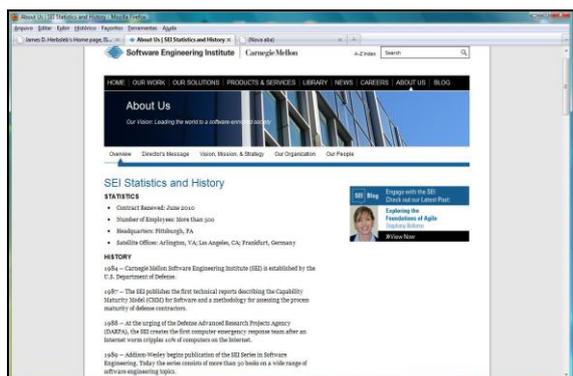


Figura 4. Sítio do SEI/CMU apresentando sua visão e seu histórico institucional

Neste mesmo sítio, observa-se que a visão do SEI/CMU é o de “liderar o mundo rumo a uma sociedade enriquecida por software”. A pretensão explicitamente confessa é a de impor seus produtos como padrão mundial, configurando seu modelo como um ‘universal’. O esforço ‘universalizante’ foi de fato bem sucedido, tornando o atual CMMI uma referência mundial para medir e assegurar a qualidade do desenvolvimento de software. Sua difusão pelo mundo revela-se por um pequeno exemplo vindo de Goiás (fig. 5), difusão esta que, à luz do olhar sociotécnico, propõe como questão não a ‘universalidade’ do CMMI, mas a necessidade de uma descrição minuciosa que dê conta da maneira como esse modelo, desenvolvido localmente em um laboratório localizado em Pittsburgh, EUA (localização do SEI/CMU) para resolver problemas locais do Departamento de Defesa daquele país, multiplica-se por outros lugares, circulando e adquirindo legitimidade global, até alcançar a distante Goiânia a ponto de ser inserido como requisito em um edital público de compra de serviços de software daquele estado brasileiro.

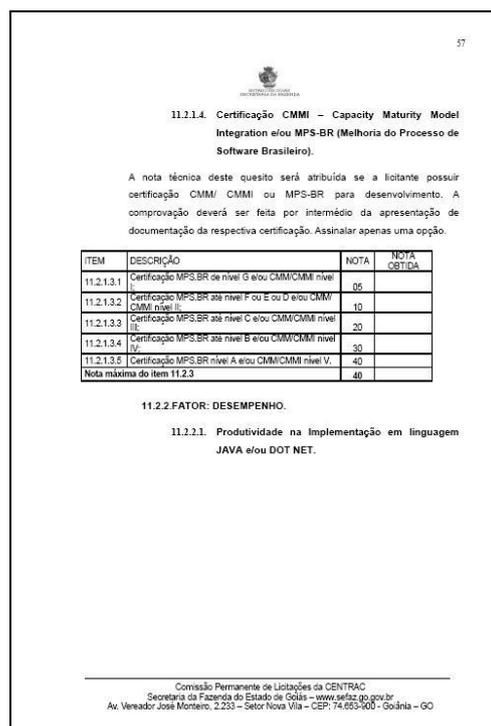
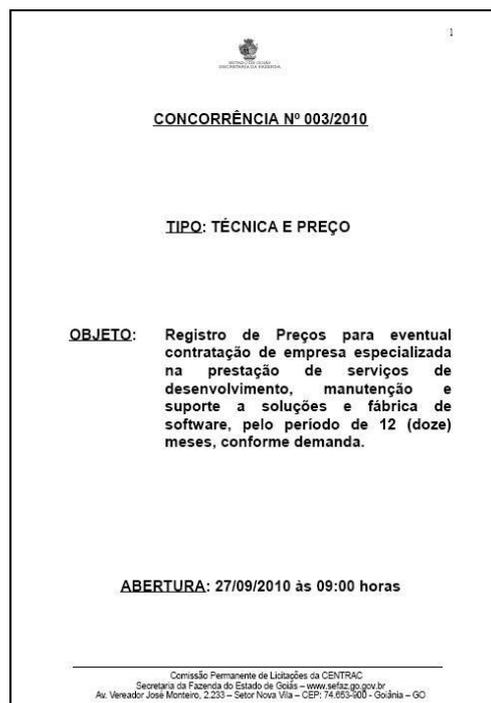


Figura 5. Edital de concorrência do governo de Goiás para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e suporte de software⁵

⁵ O modelo MPS-Br, que aparece como alternativa ao CMMI, resulta de um esforço brasileiro para produzir uma opção interna

Em contraste com a demarcação entre ‘fatores técnicos’ e ‘não técnicos’, o olhar sociotécnico (notem agora a ausência de hífen) não toma, como ponto de partida, essa dicotomia essencial entre o social e o técnico, mas parte da consideração do tecido sociotécnico como um ‘pano sem costuras’, como um tecido inconsútil, indivisível em sua natureza incerta, no qual o software se encontra inexoravelmente emaranhado às práticas de sua construção e utilização, como um híbrido, ao mesmo tempo formal e informal, ou como diz Latour (1994, p. 51 ss.), um *quase-objeto, quase-sujeito*, isto é, um artefato verdadeiramente sociotécnico. Assim, o tecido sociotécnico não se urde a partir de dois tipos de fios elementares caracterizados pelos adjetivos técnico/social e formal/informal, mas consiste na trama inconsútil das práticas de desenvolvimento e utilização de artefatos de software⁶.

Os desafios de um Olhar Sociotécnico

Imbricação, indissociabilidade e indeterminação do técnico e do social fundamentam o olhar sociotécnico, o qual, por não separá-los aprioristicamente, concebe-os, o técnico e o social, como uma mútua determinação. Escrever a respeito implica pensar em uma escrita que é, ao mesmo tempo, a das ciências exatas e a das ciências humanas e sociais. Uma escrita interdisciplinar por excelência. E, por isso mesmo, uma escrita da complexidade⁷.

É James Herbsleb (2005, p. 25) (que, diga-se de passagem, pertence ao quadro de pesquisadores do SEI/CMU), quem lança mais luzes sobre os limites disciplinares da ES e da sua complexidade:

Precisamos da pesquisa interdisciplinar para compreender as restrições que as arquiteturas impõem às organizações, e que as organizações impõem às arquiteturas, para entender como estruturas técnicas e organizacionais podem co-evoluir.

de adoção de um modelo como o CMMI, porém de custo mais baixo de adoção, o que representaria um ganho para as empresas brasileiras de desenvolvimento de software. Ressalve-se, porém, que à luz de um esforço para exportar software, o MPS-Br carece de reconhecimento internacional e, portanto, não ‘substitui’ o CMMI.

⁶ Veja (Albuquerque, 2009).

⁷ Uma ótima imagem para ilustrá-lo é o desenho “Drawing Hands”, de M.C. Escher. A imagem indica que há uma escrita mútua, pela qual uma das mãos, no mesmo movimento em que desenha a outra, por ela é igualmente desenhada. Desenhar e ser desenhado se confunde e se mescla, tornando impossível dissociar ambas as ações e, portanto, servindo de metáfora exemplar para as relações e interações entre o técnico e o social.

Com esta definição, o autor oferece uma versão muito interessante do que vem a ser o olhar sociotécnico. Um olhar apuradamente percebido por Tracy Kidder, em seu livro *The soul of a new machine* (apud Latour, 2000), quando conta a história de construção da máquina Eclipse da Data General, concorrente do VAX da DEC (Digital Equipment Corp.), no final dos anos 70. Uma história que começa com Tom West, chefe da equipe de desenvolvimento do que ainda se chamava internamente de Eagle, e que vinha a ser uma máquina de 32 bits para competir com os VAX de 32 bits da DEC. Para ter uma ideia de como era a máquina do concorrente, West arranhou uma visita às escondidas a uma empresa que possuía o VAX então recém-lançado:

[em um dia qualquer de 1978] ao examinar o VAX, pareceu a Tom West estar diante de um organograma da DEC. Sentiu que o VAX era muito complicado. Ele não gostou, por exemplo, do sistema em que as várias partes da máquina se intercomunicavam; para o seu gosto, havia muito protocolo envolvido. West concluiu que o VAX encarnava as falhas da organização corporativa da DEC. A máquina expressava o sucesso fenomenal do estilo burocrático e cauteloso da companhia. (West citado por Latour, 2000, p. 17-18).

Eis um exemplo preciso do que seja o olhar sociotécnico, aquele que vê o técnico e o social em uma mesma mirada, **um olhar sinótico** (mantendo-se em linha com a metáfora do olhar), como aquele que anima a descrição de Tracy Kidder, os argumentos de James Herbsleb, e a própria exposição de Bruno Latour em seu livro *Ciência em Ação* (2000, p.18), no qual expõe um atributo fundamental do olhar sociotécnico, a saber: “contexto e conteúdo se confundem”.

Retornemos, pois, à questão: como navegar pela complexidade? A depender da ES mais convencional, a resposta parece estar na ponta da língua: navega-se com modelos universais, que reúnem as ‘melhoras práticas’, e, portanto, seriam uma garantia de sucesso. Todavia Lucy Suchman, em seu livro *Plans and situated actions* (1987), oferece valiosas respostas a partir das diferenças entre *planos* e *ações situadas*, denominações constituídas pelas pesquisas do antropólogo Thomas Gladwin, publicadas em 1964, sobre pescadores da Micronésia. Ele chamou a atenção para as técnicas de navegação de um daqueles povos, os turqueses, utilizadas para viagens longas em mar aberto, apontando especialmente os contrastes entre a sua maneira de navegar e aquela dos europeus. Para os propósitos deste artigo, é perfeitamente cabível aproximar a noção de plano à

de modelo, e é por esta razão que, ao nos referirmos às questões de Lucy Suchman e Thomas Gladwin, utilizaremos ambas as noções como sinônimas, reunindo-as sob a denominação plano/modelo.

Segundo Gladwin, o navegador europeu principia com um plano/modelo – um curso – projetado de acordo com certos princípios universais, ao qual relaciona todos os movimentos de sua viagem, e, portanto, seu esforço é o de manter-se no curso previamente planejado. Se eventos inesperados ocorrem, o navegador europeu tem de primeiro alterar o plano/modelo para somente então responder da ‘forma devida’. Já o navegador da Micronésia começa com um objetivo em vez de um plano/modelo, partindo rumo ao seu objetivo e respondendo às eventualidades, de forma *ad hoc*, à medida que vão aparecendo. Desta forma, faz pleno uso das informações fornecidas pelo vento, pelas ondas, pela maré, pela corrente, pela fauna, pelas estrelas, pelas nuvens, pelo som da água batendo no barco, navegando em absoluta conformidade com todas elas. Seu esforço é direcionado para alcançar seu objetivo, porém, se lhe é fácil responder sobre seu objetivo, não consegue fazê-lo com relação ao seu curso. Esse esforço de partir rumo a um objetivo de forma *ad hoc* constitui aquilo que Suchman denomina de uma *ação situada*.

Para Suchman (1987, p. ix), planos/modelos revelam-se como um recurso fraco frente a atividades primariamente *ad hoc*. Em verdade, dado o viés europeu de nossa cultura, somente quando pressionados para prestar contas da racionalidade de nossos atos é que invocamos um plano/modelo como guia. Previamente propostos, planos/modelos são necessariamente vagos, na medida em que têm de acomodar as contingências imprevisíveis de situações sempre particulares. Reconstruído em retrospecto, o plano/modelo filtra precisamente as especificidades dos detalhes que caracterizam a ação situada, em favor somente daquelas ações que podem ser enquadradas por sua eventual conformidade ao plano/modelo.

Na visão planejadora/modeladora, planos e modelos são pré-requisitos para a ação, prescrevendo-a em todos os detalhes. Porém, o curso da ação somente pode ser projetado ou reconstruído em termos das intenções prévias e situações típicas (as ‘melhores práticas’), visto que o significado prescritivo das intenções frente à ação situada é inerentemente vago. A coerência da ação situada está vinculada não a predisposições individuais ou a regras convencionais, mas sim a interações locais contingentes, de acordo com as circunstâncias particulares em que se encontram os atores.

Resumindo, todo curso de ação depende das suas circunstâncias materiais e sociais. Em vez de abstrair a ação de suas contingências, representando-a como um plano/modelo racional e universal, a abordagem proposta é a de estudar como os envolvidos na ação podem usar as suas circunstâncias para alcançar o que se pode chamar de uma *ação inteligente*. Segundo Suchman (1987),

em vez de construir uma teoria da ação como produto de uma teoria de planos, de modelos, o objetivo é investigar como as pessoas produzem e encontram evidências para seus planos no curso da ação situada. De forma geral, mais que subsumir os detalhes de uma ação no estudo dos planos, os planos são subsumidos no problema maior da ação situada. (p. 50).

Resumindo (mesmo!) algumas Características Aproximativas do Olhar Sociotécnico

- **O local, o situado (resistência ao global, ao universal), o caso a caso, a contingência.**

Barry Boehm (2006) (que também pertence ao quadro de pesquisadores do SEI/CMU) distingue a preocupação com o local como contraponto obrigatório ao legado modernista:

A teoria subjacente aos modelos de processo de software tem de evoluir das visões de mundo ‘modernas’ – puramente reducionistas – (universal, generalizante, atemporal, escrita) para uma síntese entre estas visões e as visões de mundo ‘pós-modernas’ – situadas – (particular, local, temporal, oral). (p.20).

- **A complexidade (em vez de simplificações).**

O olhar sociotécnico, ao não dividir *a priori* a complexidade do objeto da ES em aspectos técnicos e não-técnicos, ou humanos e não-humanos, reconhece a exposição do projetista/engenheiro de software ao contingente, ao local, ao situado.

- **Conhecimentos não formalizáveis.**

Uma versão desta rejeição ao universalismo pode ser dada pelo contraste entre conhecimento explícito e conhecimento tácito.

- **Os transbordamentos (em vez de enquadramentos).**

Os planos/modelos fazem necessariamente uma série de suposições a respeito do mundo sobre o qual se propõem a intervir. Tais suposições dizem respeito à representação que fazem desse mundo, ou seja, correspondem a um determinado recorte que operam nesse mesmo mundo. Ao recortá-lo,

produzem uma simplificação, ou dito de outra forma, uma redução da complexidade, sem a qual não teriam como adquirir ‘generalidade’, ‘universalidade’. Chamamos de enquadramento a esta operação de recorte, operação pela qual se destaca do mundo aquilo que deve ser levado em conta, ou seja, aquilo que, por pertencer ao quadro, tem de ser levado em consideração. Todavia, ao fazê-lo, se estabelece, ao mesmo tempo, tudo aquilo que fica ‘de fora’ do quadro e que, portanto, não pertence ao mundo sobre o qual os planos/modelos intervêm. A tudo que fica ‘de fora’ por conta de um enquadramento, chamamos, seguindo Michel Callon (1998), de *transbordamento*. A questão que se coloca é que, a todo enquadramento, corresponde um transbordamento. Dito de outra maneira, se alguma forma de enfrentar a complexidade é necessária para que diante dela não se sucumba (e por isso há sempre algum nível de enquadramento), todavia não é ela apreensível de um só golpe (e por isso há sempre transbordamentos). Se a capacidade de enquadramento é uma medida de sucesso de um plano/modelo, o transbordamento indica a resistência que se lhe opõe. Porém, é através dos transbordamentos que se pode conhecer melhor a que mundo se refere o plano/modelo, e, portanto, verificar sua pertinência ao plano/modelo aplicado. Se o sucesso de um modelo fala bem sobre a excelência de seus pressupostos, seu fracasso fala mais alto sobre algo mais interessante, o mundo em que vivemos.

Concluindo, ao propor a indissociabilidade do ‘técnico’ e do ‘social’, do ‘conteúdo’ e do ‘contexto’, o olhar sociotécnico opõe à ‘aproximação normativa’ – simplificar; instituir a norma, o modelo; planejar; universalizar; produzir similaridades – a ‘aproximação descritiva’ – descrever em detalhes; particularizar; localizar; especificar; produzir diferenças.

Vale lembrar que, ao optar pela localidade e pelas especificidades, tem-se também um desejo brasileiro, o de recuperar nossas circunstâncias, e assim estabelecer uma trégua com circunstâncias que são eminentemente alienígenas. Em seu estudo de caso sobre a implantação de modelos de desenvolvimento de software em uma importante instituição pública brasileira, Cássio Teixeira e Henrique Cukierman (2008, p.97) exploram essas especificidades locais:

(...) a perspectiva sociotécnica, quando esclarece que contexto e conteúdo são indissociáveis, instrumentaliza a percepção de que ao implantar um ‘conteúdo técnico’ implanta-se também seu ‘contexto’ de produção. Conteúdo e contexto são reconstruídos localmente nos esforços de implantação de modelos ‘universais’, de sorte que,

no caso, implantar a análise estruturada ou o CMMI é tentar implantar também o contexto, por exemplo, de medições, levantamentos, estatística e de formalização norte-americanos. Para termos uma dimensão disso, poderíamos refletir sobre como brasileiros e norte-americanos reagem à formalização. Nos EUA seria admissível uma pergunta, por vezes usual entre nós brasileiros, como: “será que a lei ‘tal’ vai pegar”? Logo, mesmo se fosse o caso de concordar com a justificativa dos ‘fatores não-técnicos’ para o malogro de um projeto, eles próprios teriam que ser reconstruídos localmente também. Patrocínio para um norte-americano não é o mesmo que para um brasileiro. Buscar/obter patrocínio em uma corporação norte-americana não é o mesmo que buscar/obter patrocínio numa estatal brasileira.

Possíveis caminhos

Finalmente, propomos aqui dois desdobramentos para a pesquisa capazes de robustecer o olhar sociotécnico e, portanto, de abrir mão da polarização entre o técnico e o social/cultural. Na verdade, trata-se, no caso, de uma reconfiguração da agenda de pesquisas em ES de forma a incluir novos instrumentos teóricos e metodológicos advindos de outras áreas do conhecimento, mas não é difícil perceber que as proposições alcançam além da ES. A partir da antropologia e da história, propomos que as pesquisas venham a privilegiar:

As “descrições densas” (não por acaso falamos anteriormente em *aproximação descritiva*).

Em seu primeiro capítulo de *A Interpretação das Culturas*, o antropólogo Clifford Geertz (2000) discute o trabalho do etnógrafo. Resumindo-a brevemente, sua posição é a de que o objetivo do etnógrafo deve ser o de observar, registrar e analisar uma determinada cultura. Mais especificamente, que ele/a deve dedicar-se à interpretação de signos de forma a alcançar seus significados em meio à cultura em questão. Tal interpretação deve estar baseada no que denomina de *descrição densa* de um signo, pela qual se torna possível apreender todos os seus sentidos. Através da *descrição densa*, Geertz espera que a compreensão mais detalhada dos signos estabeleça ou amplie o diálogo entre culturas diversas. Para o caso da ES, podemos entender, em uma primeira instância, que o diálogo a ser estabelecido ou ampliado é aquele entre as culturas dos que vão estudar a implantação dos modelos/planos de desenvolvimento de software (o etnógrafo da ES), dos que os adotam em seu cotidiano profissional (os profissionais), e dos que os concebem e

difundem como sendo as melhores práticas em ES (os pesquisadores, professores e consultores). Porém, há de se destacar uma segunda instância, o diálogo em meio às diferenças entre as culturas dos produtores de modelos/planos (majoritariamente norte-americanos) e a de seus consumidores, entre eles, nós, os engenheiros brasileiros. Uma descrição densa aplicada à ES não só tem a capacidade de elucidar em que de fato consiste a prática da ES como também quais são as tensões e assimetrias decorrentes da adoção, em nossas instituições e corporações, de modelos/planos que não foram originalmente concebidos para atender as suas particularidades e especificidades. Descrever densamente a prática do desenvolvimento de software em nosso país é, a nosso ver, um caminho imprescindível para que se possa conceber a serventia e utilidade de uma engenharia de software brasileira, não somente por conta da nacionalidade de seus quadros, mas, e principalmente, pela sua capacidade de desenvolver um conhecimento em ES adequado às (e problematizado a partir das) necessidades locais.

Um exemplo de descrição densa pode ser observado na dissertação de mestrado de Paulo Feitosa (2010), na qual, através do relato do caso do CadÚnico, o cadastro que serve ao Programa Bolsa Família, procurou mostrar, por meio de um longo e lento percurso ‘da pessoa ao código e do código à pessoa’, diversas traduções necessárias para estabelecer o cadastro como um *ponto de passagem obrigatória* (Latour, 2000) dos pobres nos programas sociais do Governo Federal. As traduções de *família*, de *pobreza* e *extrema pobreza*, ou seja, a forma como esses conceitos são entendidos e apropriados no (e para) o cadastro, são construídas a partir de negociações envolvendo questões como: o senso comum sobre o que vem a ser família e pobreza; as linhas de corte a separar quem é de quem não é pobre; os centavos que definirão quem vai ou não ser incluído no Bolsa Família; a presença incontornável da informalidade do trabalho, difícil de enquadrar em termos formais; Agentes de Saúde, que são os cadastradores, mais acostumados com os procedimentos de saúde, e os próprios formulários do cadastro.

Feitosa logra mostrar que não existe uma relação simples e direta entre pessoa e dado, como se o dado fosse intrínseco à pessoa. Se há alguma coisa que sempre existe, na prática, é uma constante negociação, uma construção do que se pretende representar. Contra-pondo-se às teorias mais tradicionais de ES que tratam o dado como um ‘fato objetivo’, Feitosa observa, com muita propriedade, que extrair uma informação aparentemente simples,

como a renda auferida por uma pessoa, não é, na prática, uma tarefa simples e objetiva. Mesmo o campo para receber esta informação não ‘está lá’, pronto, mas sim tendo que ser desenhado na prática. O campo de importância central para o CadÚnico, a partir do qual se dá a classificação dos cidadãos como pobres ou extremamente pobres (baseada em linhas de corte informadas pela renda familiar *per capita*), incluindo ou excluindo-os do Bolsa Família e de outros programas sociais, é fruto de uma tradução construída a partir de diversas negociações. Em outras palavras, a sequência lógica tradicional ‘dado, informação, conhecimento, sabedoria’ é, na prática, uma construção. Sequer o ‘dado’ desta sequência lógica é objetivo, simplesmente oferecido ou observado. Com o auxílio de uma descrição densa, o olhar sociotécnico permite dizer que não há nada *dado*, tudo é construído. O dado não é uma dádiva, mas sim fruto de uma construção. Desta forma, pode-se pensar em bancos de *dados* como bancos de *negociações*.

A “desnaturalização” dos modelos e artefatos através de suas histórias

A análise histórica de um modelo/processo de desenvolvimento de ES, além de oferecer lições para o desenvolvimento de novas tecnologias de produção de software (Albuquerque, 2006), é ela mesma uma contextualização indispensável para que se compreendam quais os pressupostos e o alcance das promessas de um determinado modelo/processo. Um modelo/processo sem história torna-se um ‘universal’, fazendo supor que sua aplicação pode ser feita da mesma forma, e com os mesmos efeitos, a qualquer tempo e em qualquer lugar. Desta forma, uma solução, se isolada das circunstâncias históricas de sua concepção – quais os problemas originalmente enfrentados, quais os efeitos então pretendidos, quais os beneficiados, etc. – acaba tornando-se uma ‘solução natural’. Nossa proposta é caminhar par e passo com a história das soluções propostas para a ES, ou seja, ‘desnaturalizá-las’, procurando, através de sua historicidade, estabelecer parâmetros que permitam avaliar suas circunstâncias de origem face às efetivas circunstâncias de seu uso.

Um breve exemplo pode ser extraído da observação feita anteriormente quanto à historicidade do CMMI, a qual permitiu vincular o modelo ao problema que lhe deu origem, a saber, as contratações de desenvolvimento de software realizadas pelo Dep. de Defesa dos EUA. Esse vínculo pode revelar que o modelo CMMI serve a um tipo de mercado empresarial - feito de grandes

empresas - inexistente em nosso país, majoritariamente dominado por pequenas e médias empresas de software.

Concluindo, o que pretendi mostrar é que a descrição densa e a historicização são duas ferramentas poderosas de despolarização do técnico e do social/cultural.

Referências

- Albuquerque, J. P. (2009). Repensando processos de formalização em sistemas informatizados: analisando a co-evolução entre software e práticas organizacionais. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 3(2), 7-15.
- Albuquerque, J.P. (2006, junho). Por uma Perspectiva Sociotécnica no Desenvolvimento de Sistemas de Computação: o exemplo do Modelo Mikropolis. *Anais do Workshop Um Olhar Sociotécnico sobre a Engenharia de Software (WOSES)*, Vila Velha, ES, Brasil, 02.
- Bloor, D. (1976). *Knowledge and Social Imagery*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Boehm, B. (2006). A View of 20th and 21st Century Software Engineering. *Proceedings of the 28th International Conference on Software Engineering (ICSE)*, Shanghai, China, 12-29.
- CAIB (Columbia Accident Investigation Board). (2003). *Report*. Washington, D.C., Government Printing Office. Disponível também em http://www.nasa.gov/columbia/home/CAIB_Vol1.html
- Callon, M. (1998). *The Laws of the Markets*. London: Blackwell.
- Cukierman, H., Teixeira, C. A. N., & Prikladnicki, R. (2007). Um Olhar Sociotécnico sobre a Engenharia de Software. *RITA - Revista de Informática Teórica e Aplicada*, 14(2), 199-219.
- Geertz, C. (2000). *Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books.
- Herbsleb, J. D. (2005). Beyond Computer Science. *Proceedings of the 27th International Conference on Software Engineering (ICSE)*. St. Louis, Missouri, EUA, 23-27.
- Knorr Cetina, K. (1997). *Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge*. Cambridge: Harvard University Press.
- Latour, B. (2000). *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP.
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Sommerville, I. (2008). *Engenharia de Software*. (8a. ed., 2a. reimp.). São Paulo: Pearson.
- Suchman, L. (1987). *Plans and Situated Actions: the problem of human machine communication*. Cambridge: University Press.
- Teixeira, C.A.N., Cukierman, H. (2008). Modernidade, universalismo e assimetrias. *Scientia (Interdisciplinary Studies in Computer Science)*, 19 (2), 94-101.

Recebido: 28/07/2011
Revisado: 15/09/2011
Aceito: 10/10/2011

Vinciane Despret comenta as apresentações de Henrique Cukierman e Solange Jobim¹

Vinciane Despret: Primeiramente, obrigada por esta cativante apresentação. Além disso, achei esta manhã não só extremamente coerente - cheguei a pensar que vocês a tinham preparado juntos - podemos lançar esse boato - como também estou muito feliz que seja a última manhã, pois há muitas coisas que retornam das apresentações anteriores e que tomam outro sentido e, diria mesmo, outra densidade. Em primeiro lugar, algo que me tocou, na apresentação do Henrique - que foi talvez a apresentação mais técnica, com coisas muito duras e objetos que é preciso tornar cabeludos, pois os engenheiros os deixaram carecas - foi o fato de que ele termina a sua apresentação se perguntando de que forma isso é importante para nós. No que é que isso nos importa? Ele abre vias e diz “é importante!”. E nem sempre pensamos, nas nossas apresentações, em dizer por que as coisas são importantes, mas é aí que assumimos riscos e nos comprometemos.

Há um vínculo que gostaria de tecer com relação ao que extraí da apresentação da Solange, fazendo uma articulação entre a apresentação do Henrique e da Solange. Eu vou fazer uma repetição, mas ela é proposital: quando o Henrique mostra a dimensão sociotécnica dos dispositivos sociotécnicos é porque existe a necessidade de insistir neste aspecto. Tenho a sensação de que aquilo que tiro da apresentação da Solange e que, de certa maneira, constitui uma dimensão totalmente articulada nas duas apresentações, é o fato de que a técnica socializa os dispositivos, o que seria, de certa forma, uma aplicação do que propõe o Henrique. Onde ele mostra que é preciso socializar as técnicas, Solange vai mostrar que a técnica socializa os dispositivos. Portanto, há um movimento de vai e vem entre os dois. Partimos das técnicas para ir em direção ao social e, em seguida, vemos o técnico que fabrica o social e que, longe de esvaziar o social, o povoa ainda mais. De certa forma se pode dizer que o Henrique confere densidade, situa a técnica, ou seja, faz dela um ator situado - foi por isso que pedi a você² para fazer a tradução, pois há aqui um jogo de palavras - fazendo, portanto, desse objeto sociotécnico um ator ao mesmo tempo co-situado, numa ação ‘co-situante’ e constituinte. Constituinte dele mesmo, como objeto sociotécnico, e da situação. E aí eu

reencontro a noção de meio (*milieu*)³ que me interessa tanto. Eu falei de meio há pouco, dizendo que era, para mim, uma questão muito importante, e tenho um sentimento muito egocêntrico de que vocês dois foram convidados para me ajudar. Pois o Henrique mostra o que comecei a perceber na Solange, mas de forma exemplar e que responde em parte ao meu problema, pois um objeto constitui o seu meio na mesma medida em que é constituído por ele.

Algo que também me interessou é que, para compreender o meio, podemos partir do fracasso. No começo da sua apresentação, Henrique mostra que o fracasso - também considero o acidente como um fracasso - revela a permeabilidade das fronteiras entre o social e o técnico. Mas na segunda parte de sua apresentação, o fracasso - refiro-me agora ao fracasso da implantação de um software em um banco brasileiro, um acidente burocrático por excelência - em verdade revela também o meio e como ele é constituído. Um detalhe do meio se associa com a ausência, com a ausência do software, do efeito da assinatura. Uma assinatura não é suficiente.

Agora os verei, sem dúvida, franzir as sobrancelhas, pois vou partir para uma história extravagante. Há alguns meses, li um artigo e, de início, lia esse artigo sem nenhum interesse. Na verdade, estava gripada e, como estava gripada, peguei os artigos mais aborrecedores de se ler, porque assim sabia que não me levantaria da cama para tomar notas. E me deparei com uma passagem - e me conto a ressurreição de Lázaro⁴ - pois essa pequena passagem, eu não sei bem porque, me parecia uma resposta à questão do meio. Tratava-se de um antropólogo que foi trabalhar em vilarejos romenos e fez uma pergunta muito estranha. Foi a pergunta dele que me interpelou. Ele perguntou aos idosos do vilarejo porque não existiam mais vampiros, enquanto que, geralmente, os antropólogos perguntam por que é que existem vampiros. Sabemos bem que os antropólogos não acreditam em vampiros. Assim, no momento em que fazem a pergunta, vão sabotar a resposta, pois não vão acreditar no que as pessoas disserem. Vão transformar a resposta num problema de

3 Aqui podemos localizar um sofisticado jogo de palavras: *milieu* como ‘meio’, de meio ambiente, e *milieu* como meio, no sentido *Deleuze-guattariano* de platô.

4 Provavelmente referindo-se ao fato de ter “ressuscitado” de seu estado gripal com o insight que a leitura do artigo lhe produziu.

1 Ajustes feitos pelos autores das mesas. Revisão técnica: Maria de Fatima Aranha de Queiroz e Melo.

2 Vinciane Despret se refere à participante do Colóquio que estava sentada ao seu lado, fazendo a tradução de sua fala.

representação, vão fazer disso uma questão simbólica. Em resumo, como diria Philippe Descola, vão se proteger da loucura dos outros. Fazer a pergunta ao contrário é completamente diferente, porque, se você pergunta “porque não existem mais vampiros?”, não se pode dizer que não acredita neles. E você não poderá dar peso demais ao meio, vai poder acompanhar todos os atores, sem abandonar nenhum, sem abandonar nenhuma trajetória. Será que os idosos respondiam? É extremamente interessante. Tão interessante, que a densidade descritiva fazia com que o antropólogo não analisasse o que era dito. Ele se contentava em multiplicar as condições que haviam feito desaparecer os vampiros. E nessas condições um idoso disse, por exemplo: “Foi depois que instalaram a eletricidade. Talvez seja a luz, talvez sejam as ondas elétricas”. Outro disse: “É porque, como hoje em dia as pessoas se comportam como os vampiros, então eles não querem mais vir. Elas falam palavrão, são grosseiras e bebem”. Então, a segunda resposta, dizia um idoso, foi que hoje as pessoas se comportam como vampiros, pois elas bebem, elas falam palavrão, elas são violentas e, assim, os vampiros não querem mais vir. Essas não são explicações. Trata-se de povoar um meio. Podemos racionalizar, podemos dizer que, desde a chegada da eletricidade, as pessoas não têm mais inquietações e que, talvez, a iluminação pública tenha diminuído a imaginação das pessoas, que a iluminação pública enfraqueceu o seu imaginário. Mas sabemos bem que isso é uma racionalização e que ela será obrigada a coexistir com outras. Assim, me parece que nesta manhã nós realmente aprendemos a povoar um meio. Penso que as duas apresentações responderam a algumas de minhas perguntas, a saber: devo aprender a buscar a densidade do meio e, em segundo lugar, devo sempre pensar que, se o meio constitui o objeto, tenho que atribuir ao objeto o mesmo poder inventivo que o meio possui. Assim, eu estaria nas condições de um bom meio, no sentido de Deleuze e no sentido que darei a ele.

Agora gostaria de tecer outro vínculo com o que se passou nas apresentações [anteriores] sobre a narratividade. Nós falamos muitas vezes a respeito da narratividade, mas como foi a Ana Cláudia que fechou as apresentações sobre a narratividade, sendo a última a falar, e que foi, portanto, ela que me permitiu reunir tudo o que eu aprendi sobre a narratividade, vai ser a partir da apresentação dela que vou fazer essa articulação, mas sabendo que as outras apresentações estão nessa apresentação [da Ana Cláudia]. Ontem, eu dizia que a história que ela tinha contado era um número de fios que estavam por construir e negociar com os destinatários. Eu lembro, então, o que o Henrique disse que conteúdo e contexto se tornavam

indetermináveis, uma vez que ela desempenhava na sua própria narrativa aquilo que dizia da narratividade. E pensei hoje que nós estamos em uma tradição oral. Retomo o que ouvi essa manhã, que é ao falar que nós pensamos. Às vezes, o pensamento vem depois da palavra, o que, em uma tradição cartesiana, é um verdadeiro problema. Então, estamos no fazer fazer e estamos também em uma tradição que se opõe à explicação. Aí nós temos um eco a essa recusa da explicação, a não ser que aceitemos a etimologia da explicação, que é buscar as dobras, desfazer as dobras e buscar outras. Sair das dobras. Talvez haja aqui, nas apresentações sobre a narrativa, algo que tem a ver com a densidade. Eu pediria ao Henrique, depois que terminar meu comentário, se ele pode ir até esse ponto da minha interpretação. A narratividade, tal como foi apresentada pelas pessoas que aqui falaram, não somente é densa, mas ela está também à espera de densidade. Ela está aí para suscitar mais densidade. Eu diria que ela é a acolhida do transbordamento. Eu penso nessa história da máquina VAX, que reproduz o organograma da empresa, onde contexto e conteúdo se confundem, e não posso deixar de pensar na Penélope, que de muito longe tece a cartografia da viagem de Ulisses e o faz voltar. Terminei.

Ferreira, A. A. L.; Pereira, C. S.; Hautequest, F.; Gomes, G. A.; Brandão, J. T.; Pereira, N. B. & Madeira, R. J. P. A Psicologia como um Dispositivo de Produção de Subjetividades: Um Percuro pelos Métodos Quantitativos

A Psicologia como um Dispositivo de Produção de Subjetividades: Um Percuro pelos Métodos Quantitativos

Psychology as a Production of Subjectivity Device: A Route through the Quantitative Methods

Arthur Arruda Leal Ferreira¹
Camilla Stembrock Pereira²
Felipe Hautequest³
Geovana de Azevedo Gomes⁴
Julia Torres Brandão⁵
Natalia Barbosa Pereira⁶
Rodrigo José Pires Madeira⁷

Resumo

O objetivo geral deste artigo é tentar produzir uma compreensão sobre a multiplicidade radical presente na psicologia enquanto uma rede de saberes e práticas bastante diversos e, por vezes mesmo, contraditórios entre si. Para abordar esta multiplicidade radical será posto em cena um modo totalmente distinto da epistemologia tradicional, considerando a Teoria Ator-Rede de Bruno Latour, Annemarie Mol e John Law, e a Epistemologia Política de Isabelle Stengers e Vinciane Despret. Partindo da consideração das diversas psicologias como dispositivos de produção ontológica de subjetividades, será proposto um conjunto de trabalhos de investigação para se avaliar entre estudantes do segundo grau na cidade do Rio de Janeiro a presença e as formas dos modos de subjetivação psicologizados. À guisa de conclusão os resultados desta pesquisa serão discutidos tendo em vista as próprias políticas ontológicas envolvidas na escolha dos métodos empregados.

Palavras-chave: Estudos sociais da ciência; epistemologia da psicologia; produção de subjetividade.

Abstract

The aim of this paper is to attempt to present a comprehension of the radical multiplicity of psychology, considered as a net of different (and even contradictory) theories and practices. To understand this multiplicity two no-epistemological models will be used: the Actor Network Theory from Bruno Latour, Annemarie Mol and John Law, and the Political Epistemology from Isabelle Stengers and Vinciane Despret. Considering the different psychologies as ontological devices for subjectivity production, an empirical research will be presented trying to analyze the presence of psychologized subjectivities between high school students in Rio de Janeiro (Brazil). Concluding, the results of this research will be discussed, considering the ontological politics in relation to methodological choices.

Keywords: Social Studies of science; epistemology of psychology; subjectivity production

¹ Professor Adjunto do Instituto de Psicologia da UFRJ e do Programa de pós-graduação em Saúde Coletiva (IESC) e Psicologia. Pesquisador financiado pelo CNPq (bolsista de produtividade). Endereço para correspondência: Rua do Riachuelo, 169/405, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20.230-000. Endereço eletrônico: arleal@superig.com.br

² Estudante do curso de psicologia do IP/UFRJ. Bolsista de iniciação científica (CNPq) em 2010.

³ Estudante do curso de psicologia do IP/UFRJ.

⁴ Bacharel em Psicologia pelo IP/UFRJ. Estagiária da pesquisa no período de sua execução.

⁵ Estudante do curso de psicologia do IP/UFRJ. Bolsista de iniciação científica (PIBIC/UFRJ) em 2010.

⁶ Estudante do curso de psicologia do IP/UFRJ. Bolsista de iniciação científica (CNPQ) em 2011.

⁷ Bacharel em Psicologia pelo IP/UFRJ Bolsista de iniciação científica (FAPERJ) em 2008 e 2009.

Ferreira, A. A. L.; Pereira, C. S.; Hautequest, F.; Gomes, G. A.; Brandão, J. T.; Pereira, N. B. & Madeira, R. J. P. A Psicologia como um Dispositivo de Produção de Subjetividades: Um Percuro pelos Métodos Quantitativos

Introdução

Esta pesquisa partilha uma aposta com a Teoria Ator-Rede de Bruno Latour, Annemarie Mol e John Law, e a Epistemologia Política de Isabelle Stengers e Vinciane Despret. Ao contrário das teses epistemológicas clássicas, o conhecimento científico é aqui concebido na articulação e co-afetação entre entidades, na produção inesperada de efeitos, e não no salto representacional dado na identidade entre uma sentença ou hipótese prévia e um estado de coisas a ser progressivamente desvelado. Tomado como articulação, o conhecimento científico não se distinguiria mais entre boa e má representação, mas boas e más articulações. No primeiro caso, há uma situação em que a articulação é extorquida ou condicionada a uma resposta pontual, conduzindo os seres pesquisados a um lugar de “docilidade”. No segundo, há uma articulação na qual o testemunho iria além da mera resposta, abrindo-se ao risco de invalidação das questões e proposições do pesquisador e à colocação de novas questões pelos entes pesquisados. Esta seria uma relação de recalitrância.

Nesta perspectiva sobre o conhecimento científico, a multiplicidade é tomada num sentido positivo. Nas palavras de Despret (1999), por exemplo, a psicologia é composta de versões que se tornam mais fecundas na medida em que guardam referência às demais como modos de articulação. O problema ocorreria quando estas versões buscam operar de modo totalizante, gerando visões, que excluem as demais. Este raciocínio não seria exclusivo para a psicologia; valeria para as demais ciências e refletiria o sentido específico que a epistemologia política de Stengers e Despret confere ao termo generalização. Latour (2004, p. 220) destaca o seu sentido específico: “a generalização deve ser o veículo para se viajar através do maior número de diferenças possíveis – então maximizando as articulações – e não uma forma de diminuir o número de versões alternativas do mesmo fenômeno”.

Considerando então que as diversas formas de produção de psicologia são passíveis de serem tomadas por seus modos de articulação, podemos dizer que as diversas psicologias se marcam por distintas modalidades de produção de subjetividades (e de mundos). Contudo, como estudar tais processos de articulação produtores de subjetividades e mundos por parte das psicologias?

Recorrendo aos Métodos Canônicos

Como aponta Law (2004, p. 10), os métodos não são simples dispositivos seguros de representação de uma realidade dada, mas englobam modos políticos de produção de realidades. Neste caso, torna-se importante uma série de escolhas em termos de estratégias de investigação. Em primeiro lugar, urge pôr em questão o alcance deste estudo. Ele poderia envolver a análise de um conjunto específico de dispositivos ou técnicas psi (testes, escalas de atitude, pesquisas de opinião, correntes terapêuticas ou de aconselhamento, etc), métodos de pesquisa (hermenêuticos, experimentais, de campo, etc.) e trabalhos de difusão. Contudo, neste trabalho, a opção será por rastrear tais efeitos de subjetivação psicologizada numa escala mais ampla, sem atentar para os dispositivos específicos que levaram à sua produção. Neste aspecto, o que se deseja é não apenas rastrear a sua força, mas compará-la com a de outros mecanismos de subjetivação.

Tomando em consideração este alcance mais amplo, coloca-se em seguida a questão de qual população poderia ser mais interessante para este estudo. A escolha foi por uma investigação junto a estudantes do segundo grau, assim considerados na medida em que portam, como grupo, uma alta heterogeneidade em termos de bairros de origem, nível de renda, e dispositivos culturais. Mesmo com todo o esforço de homogeneização em termos de conteúdos pedagógicos, não há ainda, junto a tais estudantes, qualquer especialização profissional, e no caso da psicologia, nenhum dispositivo específico, como uma disciplina de estudo. Visando a sustentar tal diversidade, foram escolhidos para participar desta pesquisa cerca de 300 alunos oriundos de quatro escolas públicas e privadas da cidade do Rio de Janeiro. Escolas que possuíam uma clientela de distintas regiões com distinto poder aquisitivo (algo que no Brasil ainda aponta para enormes contrastes).

Contudo, a escolha mais delicada a ser feita dizia respeito ao próprio *design* da pesquisa. E aqui se buscou a opção mais delicada desta investigação. A pista básica foi sugerida por Gergen (1976) que afirma que mesmo as técnicas mais tradicionais de pesquisa psicológica como escalas de atitude, questionários e pesquisas experimentais, oferecem testemunhos históricos de uma época e jamais uma radiografia última da natureza humana. Porém, como tais dispositivos de pesquisa *supostamente* marcados pela busca de rigor e neutralidade poderiam trazer à cena algo sobre os processos de subjetivação psicologizada? Não se estaria compondo tais métodos com uma ontologia e uma

Ferreira, A. A. L.; Pereira, C. S.; Hautequest, F.; Gomes, G. A.; Brandão, J. T.; Pereira, N. B. & Madeira, R. J. P. A Psicologia como um Dispositivo de Produção de Subjetividades: Um Percurso pelos Métodos Quantitativos

concepção de conhecimento distintas das que nortearam a sua fabricação?

Tais métodos mais canônicos (especialmente os experimentais) trazem junto a si toda uma concepção representacional do conhecimento na qual a realidade configura-se como externa, independente, dada, definida e singular (o que seria próprio da metafísica euro-americana segundo Law, 2004). Neste caso, os métodos são postulados, visando a controlar qualquer forma de influência ou contaminação na relação entre pesquisadores e pesquisados. Portanto, como conjugar tais métodos com uma investigação que supõe o conhecimento como articulação, vinculação ou produção? Como Law (2004, p. 7) destaca, tais abordagens mais canônicas não seriam inválidas; elas apenas não servem para trazer à cena aspectos mais fluidos da realidade, dando conta apenas de seus aspectos mais estabilizados.

Contudo, recorrer a tais métodos apresentava um outro sentido, além do trabalho com realidades mais massivas (uma população de estudantes do segundo grau) e o deslocamento da sua ontologia e gnosologia. Tratava-se do desafio a sua própria pretensão de pureza e, em um aspecto bem específico, da busca de um testemunho neutro e sem influência dos dispositivos da pesquisa, o que na história dos métodos psicológicos cunhou-se como a constituição do “sujeito ingênuo”. Contudo, a proposta deste desafio será feita de modo polido: pelos próprios instrumentos que, em geral, fazem calar outros modos de testemunho.

De modo mais específico, Despret (2004) destaca que muito da história dos métodos psicológicos pode ser contada como a passagem de um modelo em que os pesquisados deveriam ser *experts* treinados (como ocorre nos primeiros laboratórios psicológicos no final do século XIX - início do século XX) para outro em que os participantes deveriam ser privados de qualquer informação sobre as metas, questões, recursos e hipóteses da pesquisa, a fim de não influenciá-los. Despret (2002, pp. 95-102) aponta que, neste aspecto, os investigados passam de *experts*, com uma importância por vezes maior que a dos experimentadores, para um espaço de desconhecimento e ingenuidade, em que eles podem ser “qualquer um”.

Na discussão dos resultados, as problematizações de Despret sobre o “sujeito ingênuo” serão retomadas. Por enquanto basta dizer que o uso destes métodos na pesquisa sobre produção de subjetividade possui três sentidos: 1) o trabalho com grandes grupos (como permitem os métodos quantitativos); 2) a performance de

aspectos estabilizados de nossa subjetividade; 3) o desafio homeopático - *similia similibus curantur* - ao pressuposto de não influência contida nestes métodos. No caso desta investigação, a utilização destas estratégias de pesquisa consideradas como mais rigorosas tem como finalidade paradoxal pôr em questão a sua pureza, pô-la em risco. E como isto poderia ser posto em questão? Por meio do registro de uma subjetividade psicologizada, pois esta conduziria a um duplo problema: a) Ou o método representa bem a realidade, mas esta seria a da inexistência do sujeito ingênuo e indiferente à psicologia; b) Ou o método falha, mesmo tentando preservar a ingenuidade dos pesquisados, influenciando-os, extorquindo a sua verdade de modo docilizante. Vejamos como isto pôde ser posto em questão por tais métodos.

Instrumentos e Resultados

De modo mais específico, os instrumentos desta pesquisa foram elaborados por uma equipe que incluía estudantes de segundo grau, estagiários de psicologia e bolsistas de pesquisa, sob a supervisão de psicólogos de diversas tendências e profissionais de diferentes áreas (quando havia enunciados de suas áreas comparados aos da psicologia). A pesquisa que será agora apresentada representa a quarta aplicação produzida a partir de uma série que se inicia em 2003 (Ferreira *et al.*, 2004, 2005 e no prelo).

Para problematização da figura do sujeito ingênuo, os instrumentos foram apresentados aos alunos nos diversos colégios de dois modos, constituindo dois grupos distintos:

1) como uma pesquisa sobre os efeitos de produção de subjetividade psicologizados, conduzida por psicólogos e estudantes de psicologia (Grupo Expert);

2) como uma pesquisa de opinião sobre temas gerais, produzida por pesquisadores e estudantes de diversos cursos da UFRJ - mas não de psicologia, ocultando-se também os objetivos da pesquisa. Este apenas era revelado ao final da pesquisa, por ocasião de uma entrevista sobre a sua realização (Grupo Ingênuo).

De modo geral, esta pesquisa sobre produção de subjetividades envolveu a realização de quatro sondagens. Para facilitar a compreensão, cada uma delas foi apresentada junto com os resultados obtidos.

Sondagem 1: Um instantâneo dos psicólogos

Ferreira, A. A. L.; Pereira, C. S.; Hautequest, F.; Gomes, G. A.; Brandão, J. T.; Pereira, N. B. & Madeira, R. J. P. A Psicologia como um Dispositivo de Produção de Subjetividades: Um Percurso pelos Métodos Quantitativos

O objetivo desta primeira sondagem foi investigar se há um quadro do psicólogo previamente estabelecido por parte dos estudantes pesquisados e, em caso positivo, detectar que possível imagem seria esta. É importante ressaltar que, apesar de ter sido solicitado aos estudantes que avaliassem também atributos de outros profissionais, a saber, advogados, engenheiros e médicos, o principal interesse dizia respeito aos psicólogos. Mais especificamente, pediu-se aos participantes que escolhessem cinco características referentes a estes profissionais a partir de uma lista de vinte atributos. Concomitantemente, os participantes deveriam numerar de um a cinco a ordem de preferência de suas escolhas. Esta lista de vinte atributos foi proveniente de uma primeira aplicação em que os entrevistados escolhiam, escreviam livremente os atributos, sendo posteriormente destacados os mais frequentes. E a lista final assim ficou:

Amigo, Atencioso, Calculista, Calmo, Competente, Convincente, Corajoso, Criativo, Cuidadoso, Dinâmico, Detalhista, Estudioso, Excêntrico, Honesto, Inteligente, Manipulador, Observador, Obstinado, Prestativo e Talentoso.

Nesta sondagem, desde a segunda aplicação, houve dois subtipos básicos de apresentação: a forma A, onde é apresentada a lista apenas com os atributos a serem correlacionados a cada uma das quatro profissões, e quatro outras formas em que a lista anterior era relacionada a fotografia de um suposto profissional: forma B (psicólogo), forma C (médico), forma D (advogado) e forma E (engenheiro). A colocação da foto visava avaliar se a escolha das características do modelo exibido poderia ser influenciada pela profissão atribuída a ela. No mais recente modelo, a divisão foi feita somente entre a forma A (sem foto) e B (com três fotos para Psicólogos, Médicos e Advogados).

Resultados

Na atual aplicação, foram analisados 161 questionários: 82 na forma A, sem foto, e 79 na forma B, com foto. Foi feita, ainda, a subdivisão desse total de questionários de forma que fossem aplicados em dois grupos diferentes: 81 foram aplicados em participantes do Grupo Ingênuo e 80 em participantes do Grupo Expert.

Para avaliação dos resultados, foi feito um gráfico cartesiano com dois eixos (gráfico 1 e 2): o eixo com o número de citações e o eixo de *scores*, onde as características mais citadas apareceriam numa posição de destaque em relação às demais.

Em nossa mais recente aplicação, tanto para participantes do Grupo Ingênuo como para os do Grupo Expert, tanto no formato A como no B, as características mais citadas para o psicólogo foram amigo, observador, atencioso e calmo.

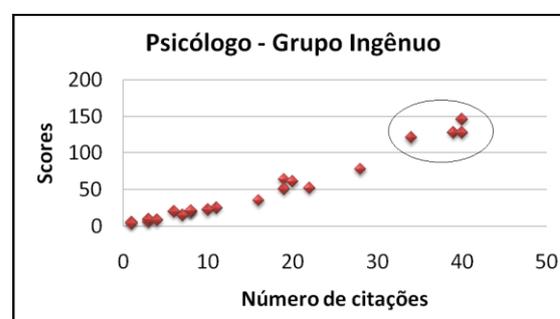
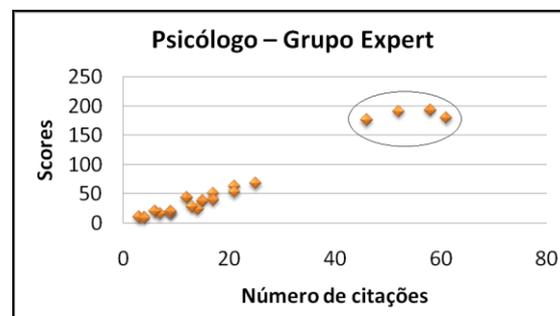


Gráfico 1 e 2. Coordenadas das características mais relevantes para o psicólogo, dos grupos Expert e Ingênuo.

O predomínio das mesmas quatro características se mantém presente desde a primeira aplicação (gráfico 3), o que pode nos levar a pensar que há uma imagem fortemente estabelecida do psicólogo dentre os estudantes de segundo grau (igualmente produzida no próprio momento da testagem).

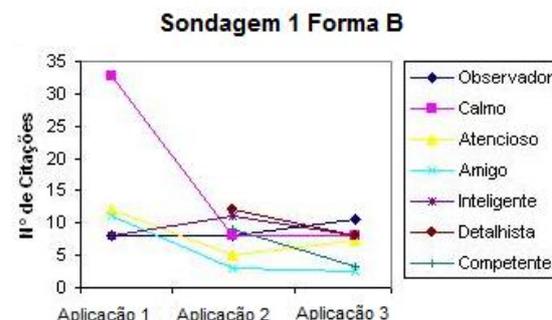


Gráfico 3. Comparação entre os resultados anteriores desta sondagem

Ferreira, A. A. L.; Pereira, C. S.; Hautequest, F.; Gomes, G. A.; Brandão, J. T.; Pereira, N. B. & Madeira, R. J. P. A Psicologia como um Dispositivo de Produção de Subjetividades: Um Percurso pelos Métodos Quantitativos

E o que o conjunto destas características implica? Pois a presença do psicólogo enquanto um observador sereno, receptivo e afetuoso, de um certo modo empodera-o como o mais apto a um certo tipo de acolhimento e condução da conduta dos demais.

Sondagem 2: O poder da palavra do psicólogo

Com esta segunda sondagem, pretendeu-se avaliar a concordância dos participantes com certos enunciados, em função da posição do enunciador. Para pôr isto em cena, foram apresentadas três frases sobre a violência de natureza cognitiva, dinâmica e comportamental. Estas frases foram atribuídas a distintos enunciadores (psicólogo, líder religioso e político), variando num total de seis combinações. A expectativa era que a maioria das concordâncias deveria remeter ao psicólogo como proferidor, enquanto suposto detentor do capital da verdade “científica”.

As frases apresentadas foram formuladas a partir de alguns pré-testes que buscaram estabelecer um equilíbrio em suas escolhas:

- 1) A violência ocorre devido aos exemplos que uma pessoa aprende em seu convívio social.
- 2) A violência é produto das frustrações a que algumas pessoas ficam submetidas constantemente.
- 3) A violência ocorre por causa dos resultados recompensadores obtidos pelas pessoas que agem de forma violenta.

Os personagens fictícios aos quais foram atribuídas estas frases de forma combinatória entre seis possibilidades foram:

- 1) Marcos Alvin (psicólogo); 2) Benedito Alves (senador); 3) Paulo Guerra (líder espiritual).

Resultados

Nas três primeiras aplicações (2004, 2005 e 2006), seguindo a hipótese inicial, houve escolha majoritária por respostas vinculadas ao psicólogo como proferidor das frases. Em relação aos demais proferidores, houve apenas uma alteração de posição na aplicação de 2006, com a passagem ao segundo posto do Senador. Contudo, todas estas diferenças observadas não foram avaliadas como significativas quando usados testes estatísticos (qui-quadrado), o que conduziu à sugestão de reajustes no instrumento ou de uma amostra maior da população pesquisada.

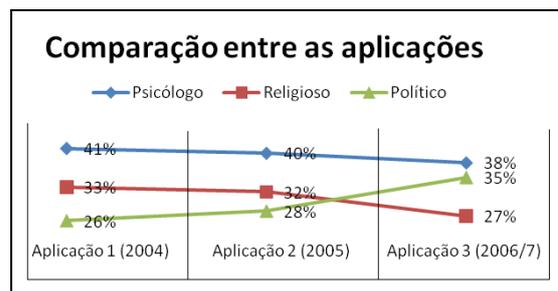


Gráfico 4. Sondagem 1 – Comparação entre as Aplicações

Na aplicação mais recente (2009), a amostra foi ampliada e, no caso, estabelecida a separação entre os grupos Ingênuo e Expert. Foram tabulados 147 questionários, dos quais 74 foram aplicados no Grupo Ingênuo e 73 aplicados no Grupo Expert. Contudo, houve pouca diferença entre os dois grupos, mantendo-se o psicólogo na ponta com índices próximos aos das aplicações anteriores e com uma sutil alteração no segundo posto, que foi atribuído ao líder espiritual pelo grupo expert e ao senador pelo grupo ingênuo.

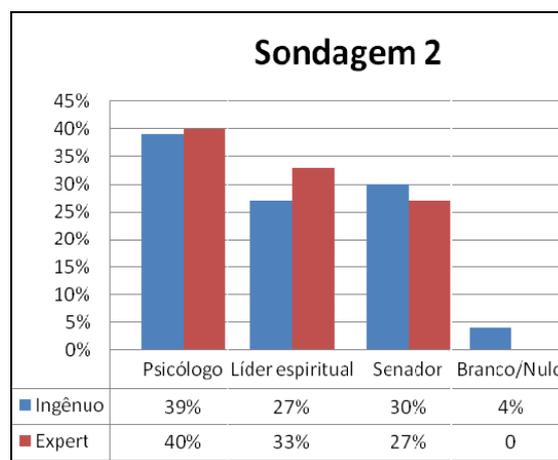


Gráfico 5. Comparações entre os grupos ingênuo e expert na aplicação atual

Como nas aplicações anteriores, a diferença sugerida em termos estatísticos não foi significativa. Mas dois aspectos são dignos de destaque: 1) a manutenção da preferência pelas sentenças proferidas por psicólogos em índices semelhantes aos anteriores mesmo com maior amostragem; 2) a não existência de diferenças relevantes quanto à posição do psicólogo nos dois grupos (Ingênuo e Expert), apontando talvez para a impossibilidade de uma posição de “ingenuidade” completa por parte dos pesquisados.

Ferreira, A. A. L.; Pereira, C. S.; Hautequest, F.; Gomes, G. A.; Brandão, J. T.; Pereira, N. B. & Madeira, R. J. P. A Psicologia como um Dispositivo de Produção de Subjetividades: Um Percurso pelos Métodos Quantitativos

Havia também, nesse instrumento, um espaço em branco para os pesquisados se posicionarem, justificando suas escolhas. Porém, em nenhum momento, questionaram ou afirmaram a autoridade dos autores da frase; todas as análises versaram sobre o conteúdo das frases. De forma bem direta, observou-se que a violência estava relacionada às questões econômicas, políticas e sociais (em 103 questionários). Aqui, os termos mais citados foram: “sociedade”, “estrutura social” e “falta de oportunidades”. Sendo assim, uma possível conclusão seria a de que não importou de fato, na justificativa, a autoridade do autor do discurso sobre a violência e sim que esta deveria ser analisada por uma ótica que apontava para aspectos coletivos (sócio-político-econômicos).

Sondagem 3: O poder dos enunciados psicológicos

Com a terceira sondagem, tentou-se detectar um contraste no acolhimento de enunciados de cunho psicológico, organicista e esotérico. Para evitar qualquer disparidade prévia, as questões foram previamente propostas por psicólogos, médicos e pessoas ligadas às práticas esotéricas. A partir deste quadro, foi relacionada uma gama das mais diversas questões que diziam respeito à causalidade, diagnóstico e forma de tratamento de 12 questões que eram, ora mais psicológicas (como depressão e ansiedade), ora mais orgânicas (como gastrite e hipertensão), ora mais esotéricas (como visões e transe). Esta sondagem foi apresentada com seis alternativas em cada questão, alternativas que variavam igualmente, duas a duas, entre o formato psicológico, organicista e esotérico.

Eis um exemplo de um tipo de questão e suas alternativas:

- A melhor explicação para a causa da depressão é:*
- a) a carência de substâncias químicas no sistema nervoso;
 - b) a influência de energias negativas;
 - c) a predisposição genética do indivíduo;
 - d) a ocorrência de problemas emocionais;
 - e) a presença de perturbações espirituais;
 - f) a existência de conflitos nos relacionamentos sociais;
 - g) Outra alternativa.

O formato desta sondagem igualmente variou ao longo das diversas aplicações, desde o molde das Escalas de Atitude, passando pelo modelo de escolhas exclusivas dentre as alternativas (forma A), pela pontuação das alternativas (forma B) e da

ordenação entre estas (forma C). Na testagem mais recente foram utilizados apenas os formatos A e B.

Resultados e discussão

Com relação a esta sondagem, foram tabulados 142 questionários, 73 no formato A (escolha exclusiva) e 69 no formato B (pontuação livre). No formato A, 37 participantes foram incluídos no grupo “Ingênuo” e 36 no grupo “Expert”. No formato B, 33 participantes foram incluídos no grupo submetido ao dispositivo “Ingênuo” e 36 no grupo submetido ao dispositivo “Expert”.

O que se pode observar de um modo mais amplo é o total predomínio nas escolhas e avaliações dos enunciados psicológicos.

Tabela 1: Resultados Formato A (Escolhas) Grupo Ingênuo

Enunciado	Escolhas Totais	Porcentagem
Psicológico	163	49,70%
Organicista	82	25,00%
Esotérico	68	20,73%
Outros	15	04,57%
Total	328	100,00%

Tabela 2: Resultados Formato A (Escolhas) Grupo Expert

Enunciado	Escolhas Totais	Porcentagem
Psicológico	153	48,27%
Organicista	75	23,66%
Esotérico	65	20,50%
Outros	24	07,57%
Total	317	100,00%

Os resultados do formato A grupos Expert e Ingênuo, excluída a opção Outros, foram tão semelhantes que não houve diferença estatística. Abaixo, temos o gráfico com o total incluindo os grupos Ingênuo e Expert do formato A, excluída a opção Outros.

Tabela 3: Resultados Gerais Formato A (Escolhas)

Enunciado	Escolhas Totais	Porcentagem
Psicológico	316	49,00%
Organicista	157	24,35%
Esotérico	133	21,65%
Outros	39	06,00%
Total	645	100,00%

Ferreira, A. A. L.; Pereira, C. S.; Hautequest, F.; Gomes, G.A.; Brandão, J. T.; Pereira, N. B. & Madeira, R. J. P. A Psicologia como um Dispositivo de Produção de Subjetividades: Um Percurso pelos Métodos Quantitativos

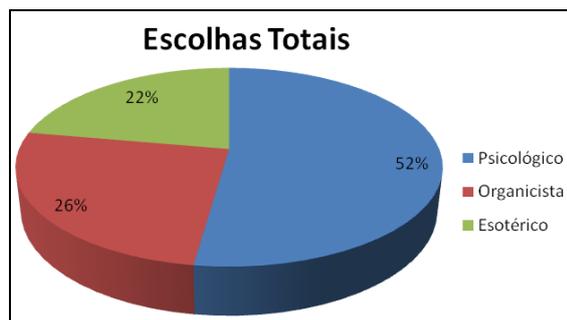


Gráfico 6. Resultados Gerais Modelo A (Escolhas) sem outros

Passemos agora aos resultados do Modelo B, com avaliações em termos de notas.

Tabela 4: Resultados Modelo B (Notas) Grupo Ingênuo

Enunciado	Pontos Totais
Psicológico	1878
Organicista	1382
Esotérico	1327
Total	4587

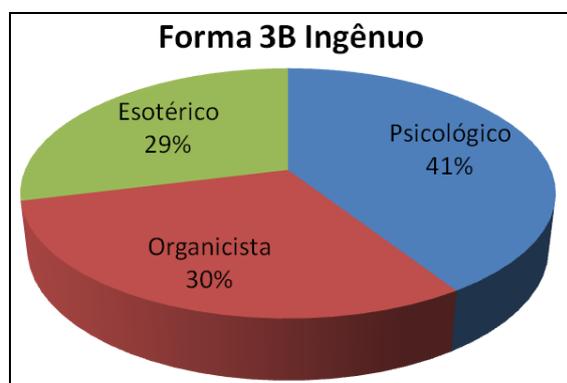


Gráfico 7. Resultados Modelo B (Notas) Grupo Ingênuo

Tabela 5: Resultados Modelo B (Notas) Grupo Expert

Enunciado	Pontos Totais
Psicológico	2013
Organicista	1219
Esotérico	1446
Total	4678

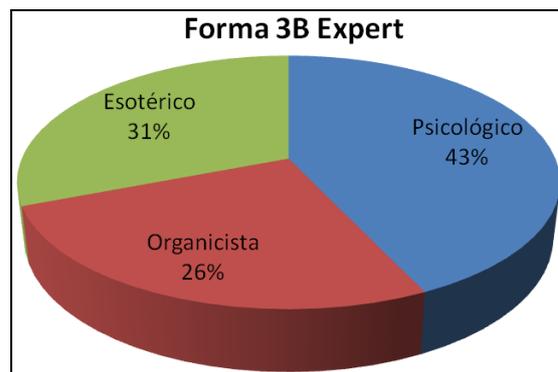


Gráfico 8. Resultados Modelo B (Notas) Grupo Expert

Tabela 6: Resultados Totais Modelo B (Notas)

Enunciado	Pontos Totais
Psicológico	3891
Organicista	2601
Esotérico	2773
Total	9265



Gráfico 9. Modelo B – Resultados Totais

Deve ser registrado que este predomínio dos enunciados psicológicos confirma uma tendência presente nas sondagens anteriores. A única exceção ocorreu na terceira aplicação, de 2006, na qual nos formatos B (notas) e C (ordenação) puderam prevalecer por pequena margem sobre os enunciados esotéricos. Esse resultado pode ter ocorrido pelo fato de o enunciado esotérico ter ficado, na maior parte das vezes, com pontuações (formato B) ou ordenações (formato C) médias, em oposição aos enunciados psicológicos e organicistas que oscilavam muito em suas pontuações e ordenações. De toda forma, este resultado mostra que, quando a escolha por alguns dos discursos pode ser feita de forma mais democrática (Modelos B e C), sem precisar fazer escolhas excludentes (A), a diferença de aderência entre os enunciados

Ferreira, A. A. L.; Pereira, C. S.; Hautequest, F.; Gomes, G. A.; Brandão, J. T.; Pereira, N. B. & Madeira, R. J. P. A Psicologia como um Dispositivo de Produção de Subjetividades: Um Percurso pelos Métodos Quantitativos

tende a ser menor. No entanto, na modalidade A, o predomínio foi sempre dos enunciados psicológicos, como pode ser visto no gráfico abaixo.

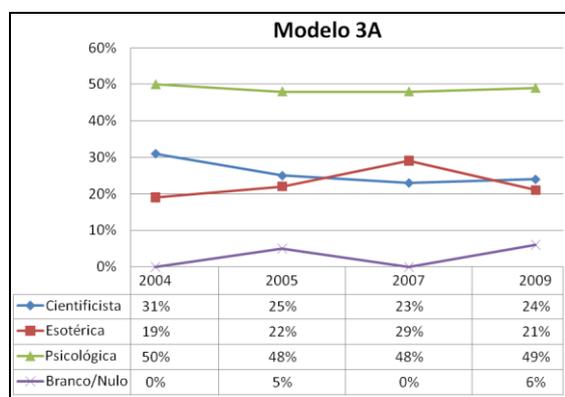


Gráfico 10. Balanço das Aplicações Anteriores – Formato A

Sondagem 4: O balanço entre as diversas psicologias

Com a quarta sondagem, apresentada nos mesmos moldes da anterior, buscou-se uma avaliação da força dos enunciados das principais orientações psicológicas (psicanálise, humanismo, behaviorismo e cognitivismo), a partir da consideração de certos problemas. Para isso, foram propostas 9 questões que diziam respeito à causalidade, diagnóstico e forma de tratamento, pedindo aos sujeitos que estipulassem o grau de concordância com as alternativas propostas dentro das orientações acima citadas. Do mesmo modo que na terceira sondagem, neste modo foram propostos três formatos: no primeiro era pedido que os participantes marcassem a melhor opção (forma A), no segundo o nível de concordância (forma B) e no terceiro, que ordenassem por ordem de preferência (forma C). Para validação do instrumento, foram consultados psicólogos pertencentes a cada uma das referidas tendências. Eis um exemplo dos tipos de sentenças:

A melhor forma de combater a anorexia nervosa (pavor de engordar) é:

Modificando os pensamentos e opiniões da pessoa sobre a alimentação através de uma aproximação lenta e refletida.

Buscando compreender os conflitos inconscientes ligados ao ato de se alimentar.

Compreendendo a realização pessoal do indivíduo, pois esta pode estar em completa dependência da aprovação dos outros.

Recompensando as formas de alimentação adequadas.

Resultados e discussão

Com relação à quarta sondagem, foram tabulados 145 questionários, 74 no formato A (escolha exclusiva) e 71 no formato B (pontuação livre). No formato A, 37 participantes foram incluídos no grupo submetido ao dispositivo “Ingênuo” e 37 no grupo submetido ao dispositivo “Expert”. No formato B, 34 participantes foram incluídos no grupo submetido ao dispositivo “Ingênuo” e 37 no grupo submetido ao dispositivo “Expert”.

Tabela 7: Resultados Formato 4A (Escolhas) Grupo Ingênuo

Enunciados	Escolhas
Cognitivistas	66
Psicanalíticos	68
Humanistas	52
Behavioristas	46
Outros	51
Total	283

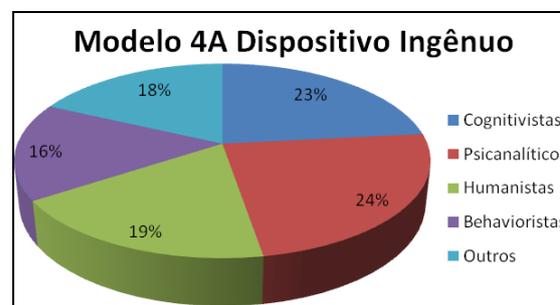


Gráfico 11. Resultados Formato 4A (Escolhas) Grupo Ingênuo

Tabela 8: Resultados Modelo 4A (Escolhas) Grupo Expert

Enunciados	Escolhas
Cognitivistas	76
Psicanalíticos	81
Humanistas	54
Behavioristas	56
Outros	44
Total	311

Ferreira, A. A. L.; Pereira, C. S.; Hautequest, F.; Gomes, G.A.; Brandão, J. T.; Pereira, N. B. & Madeira, R. J. P. A Psicologia como um Dispositivo de Produção de Subjetividades: Um Percurso pelos Métodos Quantitativos

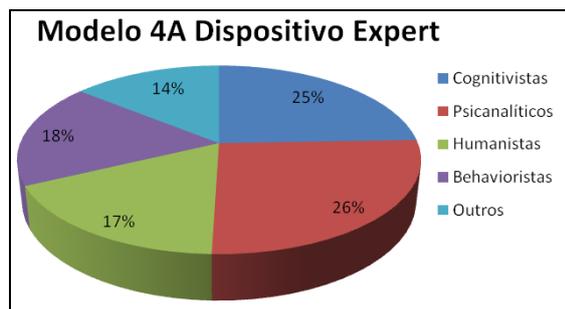


Gráfico 12. Resultados Formato 4A (Escolhas) Grupo Expert

Em linhas gerais, no modelo A existem poucas diferenças entre os grupos Expert e Ingênuo com o predomínio ligeiro das escolhas pelos enunciados psicanalíticos seguidos de perto pelos cognitivistas. A diferença ocorre com uma sutil ultrapassagem da escolha pelos enunciados behavioristas no grupo Expert. Vejamos como ficariam os resultados totais neste modelo.

Tabela 9: Resultados Totais Modelo 4A (Escolhas)

Enunciados	Escolhas
Cognitivistas	142
Psicanalíticos	149
Humanistas	106
Behavioristas	102
Outros	95
Total	594

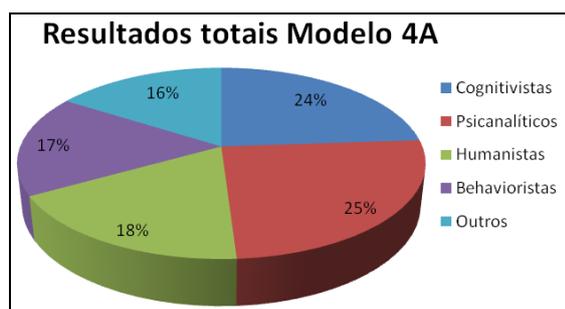


Gráfico 13. Resultados Totais Modelo 4A (Escolhas)

Passemos aos resultados do Modelo B, avaliando os dois grupos.

Tabela 10: Resultados Modelo B (Pontuação) Grupo Ingênuo

Enunciados	Pontos
Cognitivistas	1099
Psicanalíticos	1137
Humanistas	994
Behavioristas	955
Outros	257
Total	4442

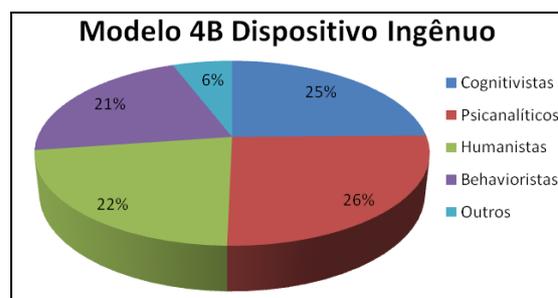


Gráfico 14. Resultados Modelo B (Pontuação) Grupo Ingênuo

Tabela 11: Resultados Modelo B (Pontuação) Grupo Expert

Enunciados	Pontos
Cognitivistas	1255
Psicanalíticos	1130
Humanistas	1127
Behavioristas	1017
Outros	135
Total	4664

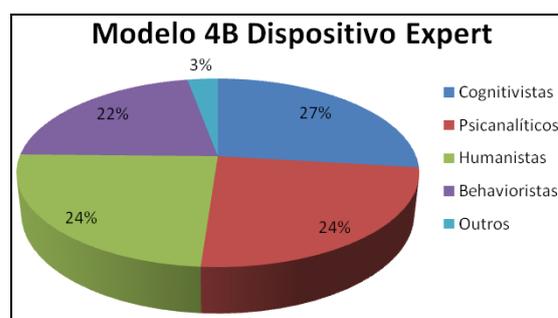


Gráfico 15. Resultados Modelo B (Pontuação) Grupo Expert

Os resultados, novamente apontam para poucos contrastes entre os dois grupos, destacando-se aqui a inversão da primeira posição com o predomínio das escolhas cognitivistas. Passemos aos resultados gerais do Modelo B.

Tabela 12: Resultados Totais Modelo B (Pontuação)

Ferreira, A. A. L.; Pereira, C. S.; Hautequest, F.; Gomes, G. A.; Brandão, J. T.; Pereira, N. B. & Madeira, R. J. P. A Psicologia como um Dispositivo de Produção de Subjetividades: Um Percuro pelos Métodos Quantitativos

Enunciados	Pontos
Cognitivistas	2354
Psicanalíticos	2267
Humanistas	2121
Behavioristas	1972
Outros	392
Total	9106

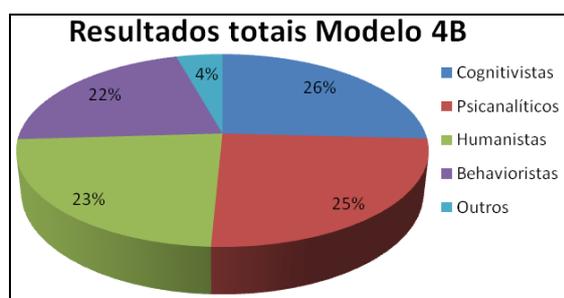


Gráfico 16. Resultados Totais Modelo B (Pontuação)

Uma importante constante nesta sondagem é a preferência pelos enunciados psicanalíticos e cognitivistas que estão, no geral, significativamente acima dos enunciados behavioristas e humanistas. Ambos disputam entre si a liderança ao longo dos anos e dos formatos (conforme tabela abaixo). Este resultado pode estar articulado com a chamada *guerra dos pys* entre essas duas correntes psicológicas (conferir Meyer, 2005), um recente movimento de disputa envolvendo questões de poder como a discussão sobre a cientificidade, o financiamento de pesquisas e da implementação de políticas públicas de saúde. Esse movimento acaba polarizando as discussões (o que pode ser uma explicação para a menor preferência por enunciados de outras linhas), e explica a oscilação entre a liderança do enunciado da psicanálise (predominante nas escolhas exclusivas) e do cognitivismo (predominante nas avaliações não-exclusivas).

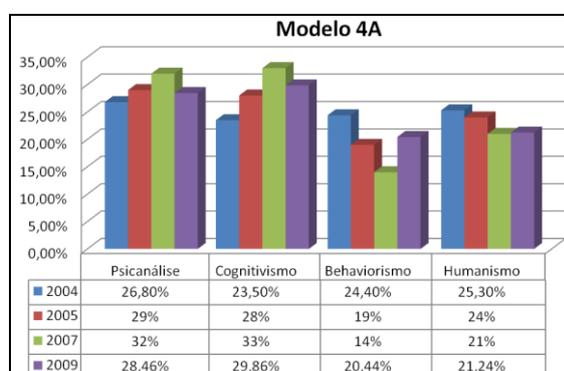


Gráfico 17. Balanço das Aplicações do Formato A

Conclusão

Os resultados desta aplicação demonstraram que os estudantes possuíam grande aderência ao discurso psicológico frente às questões postas de um modo tradicional de conduzir pesquisa: estes tendem a concordar com enunciados proferidos por psicólogos, em detrimento daqueles proferidos por políticos ou líderes religiosos e tem maior predileção por explicações psicológicas que esotéricas ou científicas. Poderíamos concluir de modo simplificado, dizendo que tais resultados apontam claramente para um alto grau de produção de subjetividade psicologizada entre alunos do segundo grau.

Mas isto seria concluir ao modo representacional, mesmo que este resultado venha a contradizer em termos de resultado toda a perspectiva de refletir a realidade dos pesquisados de uma forma purificada, sem qualquer influência ou modo de articulação. É preciso retomar a própria concepção de um conhecimento produzido enquanto uma articulação múltipla entre entidades, como faz a Epistemologia Política e a Teoria Ator-Rede. Sendo o conhecimento articulação e afetação, a influência não é vista como um problema, podendo gerar uma boa ou uma má articulação (docilidade ou recalcitrância).

Como estes modos de articulação se manifestam no modo de pesquisa realizado? Despret (2004) estabelece que a possibilidade da recalcitrância nos testemunhos psicológicos, bastante rara, se torna mais difícil ao lado dos dispositivos que trabalham com participantes colocados na posição “ingênua”. Aqui teríamos uma reversão com relação à maior parte dos manuais de história da psicologia: a passagem do sujeito treinado para o sujeito ingênuo não é apenas um passo adiante do conhecimento psicológico na direção da objetividade e do controle, mas um passo atrás na possibilidade de recalcitrância, engendrando articulações dóceis, assimétricas e limitadoras com relação aos seus testemunhos. Sujeitos sem a excelência da *expertise* não trazem risco de tomar posição nas investigações. (Despret, 2002, p. 97). É neste modo de articulação que se produzem muitas das pesquisas psicológicas, sem que se abram possibilidades de intercâmbio entre pesquisadores e pesquisados. (Despret, 2002, p. 100).

Contudo, estes dispositivos objetivantes não garantiriam uma posição de derradeira ingenuidade por parte dos testemunhos psicológicos. Para Despret, os participantes submetidos à posição de ingênuos seria uma posição ambivalente por parte

Ferreira, A. A. L.; Pereira, C. S.; Hautequest, F.; Gomes, G. A.; Brandão, J. T.; Pereira, N. B. & Madeira, R. J. P. A Psicologia como um Dispositivo de Produção de Subjetividades: Um Percorso pelos Métodos Quantitativos

destes, entre a confiança, dada no crédito aos cientistas, e a desconfiança de que algo se esconderia, como pôde ser observado a partir de entrevistas realizadas com participantes do clássico experimento de Stanley Milgram sobre obediência à autoridade. (Despret, 2002, p. 99). O efeito disto seria uma espécie de clivagem na consciência, típica das situações de confiança & desconfiança conjuntas: a obediência ao cientista, mas com uma certa suspeita na tentativa de se entender o que se passa. No caso da pesquisa aqui apresentada, alguns dos estudantes entrevistados posteriormente compreenderam de modo claro que se tratava de uma pesquisa de psicologia (associada à medicina, psiquiatria, jornalismo ou moda), visando compreender algo sobre a “mente ou comportamento das pessoas”. Em geral, havia um posicionamento de que o questionário era interessante porque «deixava-os expressar suas opiniões». Em uma entrevista, um estudante afirmou que o próprio questionário funcionou como um teste vocacional, despertando-o para a “escolha para psicologia”. Uma articulação realmente inesperada.

A captação de uma subjetividade psicologizada nesta pesquisa nos conduz a um dilema: a) ou o método representa bem a realidade, mas esta seria a da inexistência de um sujeito ingênuo e indiferente (pelo contrário, bastante psicologizado); b) ou o método falha mesmo tentando preservar a ingenuidade dos pesquisados, influenciando-os. Aqui, o índice mais interessante para confirmar esta ingenuidade impossível é a quase ausência de contrastes relevantes entre os grupos Ingênuos e Experts em todas as sondagens. De onde se pode concluir que estes instrumentos psicológicos, por mais redobrados que sejam os cuidados que os cercam, jamais conseguirão captar a pureza de um sujeito despido de qualquer forma de influência, à moda de uma tábula rasa. Mesmo, e especialmente nos próprios meios das pesquisas mais canônicas (como os desta investigação), não há modo de se despir de alguma influência, tendo ela ocorrido previamente por dispositivos diversos espalhados pelas redes sociotécnicas ou posteriormente pelos modos de articulação produzidos pela pesquisa.

À guisa de conclusão, pode-se dizer que a finalidade deste trabalho, portanto, não foi buscar uma psicologia livre de influência, conforme os trabalhos de Rosenthal, nem de libertar a psicologia deste afã purificador em nome da verdade científica, o que seria também um processo de purificação. Mas justamente poder captar algo deste processo no recurso paradoxal de seus métodos e estratégias mais purificadas. E abrir, assim, a

possibilidade de outras formas de se produzir o saber psicológico, tornando este “o lugar de exploração e de criação disso que os humanos podem ser capazes quando se os trata com a confiança que se dispensa aos *experts*” (Despret, 2004, p. 102). São formas que talvez não sejam muito diversas do que tem sido feito, com a diferença de não terem qualquer pretensão purificadora. Estão costuradas, assim, na produção de um “pluriverso” de subjetivações.

Referências

- Despret, V. (1999). *Ces émotions que nous fabriquons. Ethnopsychologie de l'authenticité*. Le Plessis-Robinson, Paris: Synthélabo.
- Despret, V. (2002). *Quand le loup dormira avec l'agneau*. Paris: Les empêcheurs de penser en rond.
- Despret, V. (2004). *Le cheval qui savait compter*. Paris: Les empêcheurs de penser en rond.
- Ferreira, A. A. L., Velásquez, B. B., Paula, E. O., Lima, F. N. M., Monteiro, L. A., Halbritter, P., Bueri, F., & Baptista, I. (2004). A psicologia como instrumento de produção de subjetividades. *Temas em Psicologia*, 12(2), 145-154. Recuperado em 01 fevereiro, 2011, de <http://www.sbsonline.org.br/revista2/vol12n2/v12n2a05.pdf>
- Ferreira, A. A. L., Monteiro, M. C., Leitão, A. N., Bazilio, E. G., Zidan, P. M., & Halbritter, P. (2005). A psicologia no mundo das subjetividades em produção. *Série Documenta (UFRJ)*, 16, 1-26. Recuperado em 01 fevereiro, 2011, de http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/documenta/doc16_art5.pdf
- Ferreira, A. A. L., et al. (no prelo). La psychologie au-delà des épistémologies: un espace pluriel production de subjectivités. *Revue d'Anthropologie des Connaissances*. Presses des Mines, Paris.
- Latour, B. (2004). How to talk about the body. *Body & Society* 10(2-3), 205-229.
- Law, J. (2004). *After Method*. New York: Routledge.

Ferreira, A. A. L.; Pereira, C. S.; Hautequest, F.; Gomes, G.A.; Brandão, J. T.; Pereira, N. B. & Madeira, R. J.
P. A Psicologia como um Dispositivo de Produção de Subjetividades: Um Percuro pelos Métodos Quantitativos

Meyer, C. (2005). *Le Livre noir de la psychanalyse*,
Paris: Les Arènes.

Recebido: 10/08/2011

Revisado: 12/09/2011

Aceito: 20/09/2011